



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Educação e Humanidades

Mira Lini Marconsin Caetano


**Essencial, porém precário: o trabalho terceirizado no contexto da
pandemia na UERJ**

Rio de Janeiro

2023

Mira Lini Marconsin Caetano

**Essencial, porém precário: o trabalho terceirizado no contexto da pandemia na
UERJ**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.^a Dra. Deise Mancebo

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S219 Caetano, Mira Lini Marconsin.
Essencial, porém precário: o trabalho terceirizado no contexto da
pandemia na UERJ/ Mira Lini Marconsin Caetano. – 2023.
178 f.

Orientador: Deise Mancebo.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Centro de Educação e Humanidades.

1. Neoliberalismo – Teses. 2. COVID-19 – Teses. 3. Qualidade de
vida no trabalho – Teses. I. Mancebo, Deise. II. Universidade do Estado
do Rio de Janeiro. Centro de Educação e Humanidades. III. Título.

bs CDU 35.08

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou
parcial desta tese.

Assinatura

Data

Mira Lini Marconsin Caetano

**Essencial, porém precário: o trabalho terceirizado no contexto da pandemia na
UERJ**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

⇒

⇒

Aprovada em 14 de julho de 2023.

⇒

⇒

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr^a. Deise Mancebo (Orientadora)

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof. Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida

Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ

Prof.^a Dr^a. Andréa Araújo do Vale

Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof.^a Dr^a. Denise Bessa Leda

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Prof.^a Dr^a. Catharina Marinho Meirelles

Universidade Federal Fluminense – UFF

Rio de Janeiro

2023

RESUMO

CAETANO, Mira Lini Marconsin. *Essencial, porém precário: o trabalho terceirizado no contexto da pandemia na UERJ*. 2023. 178f. Tese (Doutorado) em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

A presente tese analisa a terceirização dos trabalhadores da limpeza e do asseio na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), no contexto atual do neoliberalismo. Pautada no método de análise do materialismo, histórico e dialético examina o percurso que acabou por modificar a carreira dos servidores técnico-universitários, abrindo brechas que possibilitaram a terceirização de parte da categoria, nos anos de 1990 e 2000. Destaca-se os processos de divisão dos trabalhadores da UERJ entre os efetivos e os terceirizados e as consequentes contradições de interesses, direitos e condições laborais. As ideias neoliberais de austeridade fiscal, enxugamento do Estado e desmonte de políticas públicas, potencializadas pelo fim do compromisso fordista, aparecem como o fundamento da ação de sucessivos governos, com avanços e retrocessos no desmonte dos direitos sociais, na transferência de recursos públicos para a iniciativa privada e na ampliação das disparidades socioeconômicas também no Brasil. A tese ainda discute a intensificação da desigualdade, no contexto da pandemia Covid-19 e os impactos sociais e humanitários de um governo negacionista, no país. Ademais, ao se deparar com a perda do campo de investigação, com a emergência sanitária e até um assalto, a autora buscou relatar como fez para se reinventar e tecer novas relações e temas a partir dos fatos transcorridos ao longo dos anos de doutoramento. A tese, portanto, adicionalmente, traz consigo reflexões sobre as vicissitudes do fazer pesquisa acadêmica, levando a autora a registrar suas impressões no diário de campo e a enfrentar os limites impostos no encontro da teoria com a prática, na construção do saber.

Palavras-chave: Pandemia. Terceirização. Neoliberalismo. Universidades. Trabalho. Precarização.

ABSTRACT

CAETANO, Mira Lini Marconsin. *Essential, but precarious: outsourced work in the context of the pandemic at UERJ*. 2023. 178f. Tese (Doutorado) em Políticas Públicas e Formação Humana) – Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

This thesis analyses the intrinsic relations between the work processes at the University of the State of Rio de Janeiro (UERJ), especially with the regard to the precariousness of the outsourced labour, in the current context. In this sense, it rescues the change in the career of technical-administrative employees that enable the outsourcing of part of the category, in the years 1990 and 2000. It presents a debate on neoliberalism as the ideology that underlies outsourcing. Based on the method analysis of dialectical historical materialism, the thesis analyzes the division of UERJ workers between the effective and outsource, and the consequent disparities in labor rights and conditions. In addition, it discusses the intensification of these inequalities in the context of the Covid-19 pandemic.

Key-words: Pandemic. Outsourcing. Neoliberalism. Universities. Work. Precariousness.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	07
1.1	O solapamento do fordismo e a nova ordem mundial	17
1.2	O impacto do ideário neoliberal nas formas de organização da vida social	20
1.3	A política do medo e a prática constitutiva do poder neoliberal no século XXI	25
2	O BRAZIL NÃO MERECE O BRASIL: NEOLIBERALISMO E TERCEIRIZAÇÃO À BRASILEIRA	29
2.1	A implantação da agenda neoliberal no Brasil	30
2.2	A façanha petista: social-liberalismo?	35
2.3	Dilma e as Jornadas de Junho: acabou o amor	42
2.4	Nova direita surfando a tsunami reacionária: o Fora Dilma	48
2.5	Uma ponte para o abismo: a hecatombe neoliberal ou plano Temer	51
2.6	Breves notas sobre a terceirização no Brasil	53
2.7	Trabalho temporário: uma brecha para a precarização dos direitos trabalhistas	55
2.8	Terceirização total: a precarização legalizada	58
2.8.1	Mais terceirização, por favor.....	60
3	O ENCONTRO DE JAIR COM O VÍRUS	66
3.1	Das vilas militares para o planalto: uma expressão do militarismo tupiniquim	69
3.1.1	“O cara tem que ser arrebetado para abrir o bico” (JAIR..., 2022, s.p)	72
3.1.2	Uma família muito unida aos seus fantasmas e rachadinhas	75
3.2	A política da terra arrasada: destruição e desemprego nos primeiros anos de Jair no Executivo	76
3.3	O vírus não escolhe as vítimas, o capitalismo, sim	80
3.4	O encontro de Jair com o vírus	84
3.4.1	Negacionismo ou negociacionismo?.....	90
3.4.2	A iniquidade parecia não ter fim.....	94
4	NEOLIBERALISMO APORTA NA UERJ E DEVASTA OS SERVIDORES DA LIMPEZA E DA CONSERVAÇÃO	105
4.1	O Rio de Janeiro sob ataque	107

4.2	Regime de recuperação fiscal: o ERJ na boca do leão	110
4.3	A UERJ resiste!	112
4.4	Terceirizado da UERJ: invisível, porém essencial	127
5	“MELHOR NÃO FALAR”: O MEDO DO DESEMPREGO E OS DESGASTES NO CAMPO DA PESQUISA	133
5.1	O medo dá origem ao mal, o homem coletivo sente a necessidade de lutar	142
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	151
	REFERÊNCIAS	153
	ANEXO A - VALORES CONTRATOS CONSTRUIR FACILITIES E APPA EMPREGOS	169
	ANEXO B - NOVA DISTRIBUIÇÃO PROPOSTA PELO ESTUDO TÉCNICO	170
	ANEXO C – DISTRIBUIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS ASSEIO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - 2021	171
	ANEXO D – NOVA DISTRIBUIÇÃO PROPOSTA PELO ESTUDO TÉCNICO	172
	ANEXO E - ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO	173
	ANEXO F - ENTREVISTA PARCIALMENTE TRANSCRITA	174
	ANEXO G - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DA ASDUERJ	176

INTRODUÇÃO

A presente tese debate as condições do trabalho terceirizado no asseio e limpeza da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Analisa as circunstâncias laborais dos profissionais contratados pela empresa Appa, responsável pela faxina da UERJ, e também como as diferenças de relações de trabalho se expressam na universidade entre os servidores efetivos e os terceirizados, inclusive durante a pandemia do vírus SARS-COVID2 (Covid-19), no período entre os anos de 2020 e 2022. Adicionalmente, em termos de análise da teoria social, buscamos investigar a relação intrínseca entre a agenda neoliberal e a terceirização, bem como o surgimento dessa forma de trabalho na UERJ como parte do processo de implantação do neoliberalismo no estado do Rio de Janeiro. Nesse sentido, reconstruímos o percurso de implantação do ideário neoliberal no Brasil e seus impactos nas relações de trabalho no país. Ao longo de sucessivos governos, apontamos as mudanças que permitiram a introdução de categorias de contrato de trabalho precarizado, notadamente a terceirização, tomada como símbolo deste processo, modalidade interposta de trabalho que, ao chegar na UERJ, atingiu diretamente a categoria de técnico-universitários.

A pesquisa se justifica, em primeiro lugar, pela sua importância acadêmica. Diversos autores estudam, no campo da teoria social, as mudanças nas relações entre capital e trabalho na atualidade, sendo uma tendência da Sociologia do Trabalho analisar a precarização em múltiplos segmentos no mundo laboral. No entanto, no que se refere à terceirização, nos serviços considerados “atividade-meio” das universidades públicas, especialmente os terceirizados da faxina da UERJ, poucas são as análises realizadas, apesar do número significativo de trabalhadores terceirizados. Soma-se a isso a relevância de dar sistematização às poucas informações disponíveis sobre os valores públicos dos contratos da Universidade, que permanecem inacessíveis para a maioria da comunidade universitária. Justifica-se, portanto, pois realiza esforço de dar publicidade às informações referentes à contratação de empresas interpostas na UERJ, considerando a opacidade dos portais que deveriam ser de transparência e que, no entanto, trazem informações inconsistentes, confusas e de difícil acesso para o público em geral.

Ademais, justifica-se também política e socialmente, pela urgência de dar

visibilidade às consequências nefastas da implantação da agenda neoliberal no país, notadamente após o impedimento da ex-presidente Dilma Rousseff, bem como de revelar (e denunciar) os impactos negativos na vida daqueles que vivem do trabalho. Ganha relevância, nesse sentido, na pesquisa, buscar as determinações que levaram o país e o Estado do Rio de Janeiro a permitir que a guerra aberta do capital ao trabalho acontecesse em território nacional e estadual. Por fim, a escolha dessa temática reside no campo da construção de afetos e vivências, uma vez que, dentre outros aspectos, aprendemos nos corredores cinzas do Campus Maracanã o sentido da solidariedade de classes, convivendo com faxineiras que têm suas vidas marcadas pelo medo do desemprego, da miséria e da fome.

A escolha do método do materialismo histórico dialético favoreceu um recorte a partir da percepção dos conflitos e contradições postos na sociedade capitalista, de um ponto de vista crítico da economia política e da teoria social, na atualidade. Resumidamente, materialista, porque percebe a prevalência do que é concreto sobre o que abstrato, na vida social. Bem como, dialético pois se propõe a buscar os diferentes interesses que se chocam de forma contraditória, destruindo, construindo e reconstruindo as relações sociais humanas. Esse choque é entendido aqui como a contradição que possibilita o surgimento de novas relações sociais. Por fim, histórico por rejeitar apriorismos, verdades absolutas e imutáveis e fundamentar toda a análise no percorrer da história, com seus avanços e retrocessos.

Tal arcabouço metodológico serviu como ferramenta para a análise dos avanços e retrocessos e das relações recíprocas entre os sujeitos e as classes, notadamente no entendimento das múltiplas determinações que levaram ao surgimento do ideário neoliberal e sua posterior conversão em agenda política de diversos governos pelo mundo. No que se refere ao contexto do terceirizado da UERJ, as reflexões possibilitaram melhor compreensão do ser social e sua objetificação no capitalismo em termos da precarização do trabalho, pensando o quanto os impactos da agenda neoliberal radicalizam a deterioração do cotidiano de quem trabalha, inclusive intensificando em termos globais os efeitos letais do vírus, no contexto da pandemia Covid-19, especialmente daqueles expostos a situações de maior precariedade.

Método possui diversas atribuições que indicam formas de se conhecer fenômenos diversos, procedimentos para se chegar à verdade das coisas, seguindo pontos investigativos. É um caminho escolhido racionalmente perante vários outros

possíveis. Os objetos da metodologia são as diversas formas metodológicas, suas peculiaridades, identidades e diferenças. Apesar de não ser o ponto fulcral do presente trabalho, cabe ponderar que, para além de um conjunto de técnicas de investigação, o método relaciona-se à necessidade de fundamentar os processos em que se apoiavam as elaborações nos estudos que se realizam. Estudos, esses, que devem ter a história como solo e levar em consideração conceitos como razão, verdade, conhecimento e ciência.

Karl Marx e Friedrich Engels (1983) nunca estiveram voltados para a definição de regras sobre como a pesquisa social deveria ser conduzida. No entanto, a concepção marxista de método para análise da realidade, pode ser também trabalhada no campo da teoria social, sendo esta a concepção adotada na presente tese. Eles partem de uma perspectiva de totalidade, percebendo o que está subsumido na aparência, declarada como essencial pelas classes dominantes, ao longo da história. Para revelar os reais processos escondidos pelo véu das ideias daqueles que dominam não há uma fórmula pré-definida. No entanto, perceber os avanços e retrocessos, as relações recíprocas entre os processos, pesquisar autores, assimilando seus conhecimentos através do processo da crítica e da superação dialética são elementos fundamentais do processo de elaboração da crítica social marxiana.

A crítica social dá-se, portanto, através do cotejamento entre as relações de troca e o desenvolvimento das forças produtivas, entendendo as contradições existentes entre elas, e percebendo seu caráter dominante no desenvolvimento histórico. Nesse sentido, analisar a conversão do ideário neoliberal em agenda de governo após a queda do muro de Berlim, as relações entre desemprego e precarização do trabalho na atualidade, mundialização do capital e formas flexibilizadas de trabalho, crises financeiras e desmonte de políticas públicas a partir dos choques de austeridade fiscal, o conflito de interesses entre os trabalhadores terceirizados, a administração do órgão público e a empresa atravessadora de mão-de-obra, fazem parte deste recorte metodológico.

Na moderna sociedade burguesa, a análise do capital é o ponto inicial e também o final. Isto porque ele é o elemento social essencial que perpassa a totalidade das relações sociais presentes no capitalismo. Segundo Marx e Engels (1983:416), em primeiro lugar, deve-se analisar as determinações gerais (relações de forças, desenvolvimento das forças produtivas), presentes em todas as

sociedades; em segundo, procura-se analisar as categorias que dão corpo às classes fundamentais que se chocam na sociedade (formas de propriedade, capital, trabalho), estabelecer e contrapor as relações recíprocas entre elas (capital x trabalho, latifúndio/ indústria); em terceiro, perceber essas relações cristalizadas na organização societal (instituições e seus derivativos); em quarto lugar, entender e explicar as relações num plano internacional, como as relações se desenvolvem entre os diferentes países (mercado mundial, mundialização financeira e crise do capital).

Dessarte, pode-se perceber que a ordem em que os processos se colocam-se na aparência, não é, necessariamente, a que se utiliza para seu desvendar voltado para uma crítica social. Partir do todo, apoiado fortemente na história, analisar suas partes, retornar ao todo e às partes, notar os conflitos, os processos materiais que se negam-se e se afirmam-se constantemente uns aos outros é parte da construção de uma análise materialista histórica e dialética, e esforço da presente tese.

Na coleta de dados para a investigação, enfrentamos diversas dificuldades para estabelecer diálogo com os terceirizados. Com efeito, com medo de represálias, a maioria se negou a deixar-se gravar nas entrevistas para a pesquisa. Nesse sentido, todos aqueles que foram entrevistados ou que, de alguma forma se envolveram na pesquisa, tiveram suas identidades preservadas, tendo seus nomes substituídos por letras e informações importantes para a identificação daqueles que permaneceram como faxineiros, também foram omitidas. Sendo assim, B. C. E K., por exemplo, são referências para alguns personagens, na apresentação da pesquisa. Além disso, outras vicissitudes que estão descritas no decorrer da tese nos fizeram mudar os rumos da programação, inicialmente pensada de coleta de entrevistas, e acabaram por obstaculizar a continuidade dos trabalhos. Assim, analisamos o trabalho do terceirizado da faxina no contexto da pandemia Covid-19 a partir das contribuições que foram possíveis coletar. Tais percalços conduziram-nos à reflexão, registrada no corpo da tese, sobre a importância das marcas deixadas pelo encontro entre a teoria e a prática, nos avanços e retrocessos da construção da pesquisa social e do saber científico. Ao final do percurso, apresentamos a tese com o seguinte retrato:

No primeiro capítulo, identificamos brevemente o debate teórico em torno do conceito de neoliberalismo e seus desdobramentos históricos, desde a construção do ideário neoliberal, ainda em 1947, com a fundação da chamada Sociedade de

Mont Pèlerin, desembocando, ao longo da história, na conversão das ideias neoliberais em agenda prioritária do capital, em grande parte dos países, da segunda metade do século XX em diante. Avaliamos a queda da chamada “cortina de ferro”, que deu a oportunidade de ampliar os domínios do capital sobre aqueles territórios, e também possibilitou o discurso de que o capital havia vencido a principal batalha da luta de classes. Naquele momento, o capitalismo se supôs o grande artífice de um novo mundo: a aldeia global. O discurso dominante glorificava o suposto fim da luta de classes e, por consequência, da história. Essa era uma das peças de propaganda da guerra aberta do capital ao trabalho, na qual o neoliberalismo tem sido a arma principal. O neoliberalismo articulado com a mundialização financeira do capital e a acumulação flexível são chaves de análise relevantes neste capítulo. Sem fronteiras, com alta tecnologia e flexibilidade produtiva, o capital, notadamente o financeiro, tomou conta de tudo e passou a circular livremente, erguendo ou devastando economias de países inteiros, da noite para o dia. A promessa de atrair novos investimentos e superar crises fiscais, supostamente modernizando a economia e a legislação, tem sido a isca utilizada para a imposição da agenda neoliberal às nações. Com efeito, demonstramos que as soluções encontradas pelo capital para sair da crise que derruiu o compromisso fordista transformaram o mundo numa *aldeia global*, sim, mas de precarizados. Por fim, buscamos compreender o processo de expansão da agenda neoliberal pelo mundo, analisando a articulação proposital do medo, das crises cíclicas e do choque fiscal como prática constitutiva do poder no século XXI.

No segundo capítulo, buscamos entender a chegada do neoliberalismo no Brasil e a aplicação dessa agenda no país. Neste sentido, articulamos o encadeamento de diferentes governos, analisando os avanços e retrocessos desta guerra do capital contra o trabalho no país. Demarcamos a primeira brecha para a flexibilização da legislação brasileira que possibilitou a expansão de modalidades precarizadas de trabalho, com a análise do decreto-lei 200/1967 que versava sobre a reforma do Estado brasileiro. Nele já estava presente o ideário neoliberal, notadamente no que se refere à vilanização do Estado e à austeridade. No entanto, é no governo Fernando Collor de Mello (1990/1992) que a agenda neoliberal de fato se consolida como política de governo, destruindo o parque produtivo brasileiro, dentre outras consequências nefastas dessa gestão. O sociólogo Fernando Henrique Cardoso (FHC), presidente entre 1994 e 2002, é apresentado como artífice

de um governo voltado para a concretização do ideário neoliberal no país, especialmente no que se refere às privatizações de estatais estratégicas e ao plano de reforma gerencial da máquina pública. Demarcamos esse período de implementação do neoliberalismo no Brasil em amplo espectro, tendo como resultante a piora das condições materiais do povo brasileiro no geral e das classes trabalhadoras mais especificamente. A agenda de FHC e seus efeitos nefastos contribuíram enormemente para que grande parte dos trabalhadores brasileiros votassem e elessem, pela primeira vez, um presidente petista que se contrapunha, mesmo que timidamente, ao neoliberalismo. Apontamos a reconfiguração do mercado de trabalho operada pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e a façanha de Luiz Inácio Lula da Silva (2002/2010) e Dilma Rousseff (2010/2015) em conciliar a agenda neoliberal com políticas de redistribuição de renda e de reparação social. Apontamos, ainda, o esgotamento do caminho tomado pelo PT para a garantia do pacto social entre as classes, em especial para os trabalhadores. Como parte desse movimento, pontuamos o aumento das greves, a deterioração das condições de vida causada pelos impactos da crise financeira mundial e da desaceleração da economia chinesa e a reversão da tendência de crescimento da economia como impulsionadores de insatisfação generalizada que acabou por desembocar nas chamadas “Jornadas de Junho de 2013”. Seguindo nesse contexto, há a captura do movimento pela grande imprensa, notadamente a Rede Globo de televisão, com sua pauta difusa de anticorrupção e, posteriormente, pela extrema direita, inicialmente contra a presença dos partidos de esquerda nas manifestações. A escolha do capital por criminalizar os setores progressistas da sociedade, por um lado, e a incapacidade da esquerda de se colocar como alternativa prática, por outro, são pontuados como elementos importantes que favoreceram a reorganização da extrema direita no país, especialmente em torno da campanha do “Fora Dilma” e da ampla publicidade para a operação Lava Jato, conduzida pelo então juiz, atualmente senador, Sérgio Moro. Destacamos, ainda, que o impedimento da presidente Dilma Rousseff foi a oportunidade que o capital encontrou para radicalizar a agenda neoliberal no Brasil, ampliando ainda mais os seus lucros e dividendos. A rapinagem ganhou forma de documento e um nome que procurava disfarçar suas intenções de construir um futuro desprovido de direitos para os trabalhadores. Nesse sentido, introduzimos o texto “Uma Ponte para o futuro”, do governo Michel Temer (2015/2019), como um

projeto de destruição dos direitos sociais e trabalhistas brasileiros. Em seguida, analisamos a terceirização, seu conceito, os sujeitos envolvidos e a legislação que possibilitou o surgimento de empresas atravessadoras de mão de obra no país. Salientamos que a terceirização é ponto importante da neoliberalização das políticas de governo, bem como acentuamos que as mudanças nas leis trabalhistas operadas pelo Plano Temer estavam em sintonia com a radicalização da aplicação da agenda neoliberal. A ampliação da rotatividade e da informalidade, do desalento e do desemprego, bem como da miséria e da fome são algumas resultantes desse processo. Por fim, destacamos as mudanças na legislação que permitiram a generalização do trabalho temporário e da terceirização como pontos relevantes da guinada dada pelo país rumo à radicalização da agenda neoliberal, após o impedimento de Dilma Rousseff, com destaque para a reforma trabalhista e a lei da terceirização total.

No terceiro capítulo, em primeiro lugar, investigamos a ascensão de Jair Bolsonaro na política. Sublinhamos o início da sua participação ainda como soldado, as relações com as vilas militares e táticas usadas para compor a base eleitoral ao longo do tempo. O ataque sistemático a autoridades, a projeção na imprensa, as relações com as milícias, as denúncias de peculato nos gabinetes da família Bolsonaro e as mudanças na pauta defendida pelo ex-capitão são partes que se destacam na análise. Soma-se a isso a exposição das condições singulares que possibilitaram ao ex-capitão chegar ao cargo de chefe do Executivo Federal, destacando a prisão de Lula, a ascensão da extrema direita em outros países e a operação Lava Jato. Enfatizamos que o governo Bolsonaro é uma continuidade da política de radicalização da agenda neoliberal, implementada por Michel Temer, mesmo que com debilidades. Destacamos, ainda, a reforma da previdência, o desmonte de diversos ministérios e a venda de ativos de empresas estatais de economia mista importantes, como o Banco do Brasil. Caracterizamos a gestão de Bolsonaro como um governo de destruição, notadamente da legislação social protetora do trabalho, da seguridade social dos mais pobres, da natureza e do saber científico. No segundo momento do capítulo, observamos os dados sobre a pandemia Covid-19 em termos globais e como as desigualdades sociais foram fator de aumento das mortes, principalmente por meio da análise das projeções de subnotificação. Em conformidade com diversos estudos, apontamos que foi a desigualdade social, decorrente do sistema capitalista, quem escolheu as vítimas

letais do vírus, atingindo de forma dramática os mais pobres, as mulheres, os migrantes e periféricos. No que se refere ao Brasil, analisamos o impacto da chegada do vírus no país, tendo como contexto o negacionismo de Jair Bolsonaro e as ações das milícias digitais para espalhar notícias falsas sobre o vírus, remédios sem eficácia comprovada e as vacinas. Destacamos que as descobertas da CPI-Covid instaurada pelo Senado Federal demonstraram que havia sido montado no Ministério da Saúde um esquema de propina envolvendo compras de vacinas que a imprensa chamou de negacionismo. Por fim, construímos breves notas sobre a resistência ao governo negacionista e as trágicas consequências do encontro entre o presidente Jair Bolsonaro e o vírus da Covid-19 para o povo brasileiro.

No quarto capítulo, sublinhamos que as leis complementares ao pacto federativo, como disposto na Constituição Federal, criou brechas para a aplicação da agenda neoliberal no estado do Rio de Janeiro. Em conformidade com outros autores, encontramos no excesso de isenções fiscais e na transferência sistemática de volumosas verbas públicas para pagamento de juros da dívida pública os fundamentos do estado de calamidade vivido pelo Rio de Janeiro, entre os anos de 2014 e 2017. Apontamos a utilização da tragédia do não pagamento de salários como chantagem utilizada pelo governo para a aplicação de um choque fiscal que desregulamentou direitos dos servidores públicos e privatizou estatal importante, com o nome de regime de recuperação fiscal. Em seguida, apresentamos a importância acadêmico-social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como um polo regional de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão. Pontuamos, ainda, que a chegada da crise na UERJ teve por epicentro a falta de salário dos terceirizados da faxina, inviabilizando as atividades da instituição, antes mesmo de os servidores ficarem sem seus vencimentos. Analisamos o arcabouço normativo (Resoluções do Conselho Universitário, AEDAS, Manuais de Cargos e leis estaduais) que modificou o Plano de Carreira dos técnico-universitários da instituição, possibilitando a terceirização de parte importante do segmento. Sublinhamos que, apesar de as mudanças terem criado a figura do trabalhador terceirizado da faxina na universidade, o cargo de auxiliar técnico-universitário encontra-se mantido no manual de perfis e cargos até os dias atuais. Perscrutamos os enormes valores transferidos pelo governo do ERJ para as empresas interpostas de mão de obra terceirizada *Construir Facilities* e *Appa Empregos*, demonstrando que a terceirização é mais dispendiosa para as contas públicas do que a contratação

direta ou por concurso público de provas e títulos. Apresentamos as dificuldades de acesso aos dados, especialmente àqueles referentes às transações entre as empresas atravessadoras e o governo, notadamente, quanto aos valores executados. Por fim, apoiados em estudo realizado sobre a categoria na UERJ, buscamos apresentar um perfil de quem é o faxineiro terceirizado, destacando como ele lida com o cotidiano de vulnerabilidade causada pela instabilidade do contrato de trabalho a que está submetido.

No quinto capítulo, refletimos sobre as vicissitudes do campo de pesquisa e as implicações na construção tanto da tese quanto da autora. Cotejamos as hipóteses com a prática do campo, explicitando aquelas que foram confirmadas e a que não pôde ser verificada nas conversas com os funcionários da Appa. Buscamos apresentar, de forma didática, as fases da pandemia para o trabalhador terceirizado da faxina, destacando o período de vigência do AEDA 35/2020, a partir de fragmentos de relatos dos trabalhadores e da análise do documento. Registramos as tentativas de fazer as entrevistas e as condições que levaram à impossibilidade de prosseguir com o campo. Destacamos tanto as contingências que independiam do objeto em tela, quanto aquelas que se relacionaram com ela, em especial a negativa em participar das entrevistas gravadas por parte da maioria dos indivíduos indicados para a construção desse diálogo. Por fim, debatemos as dificuldades da pesquisa, com suas implicações na construção dos métodos e teorias, bem como na formação do sujeito que opera a análise no choque entre a teoria e a prática. As marcas deixadas por esse processo apresentam-se como dados da pesquisa e possibilidades de construção de novos horizontes.

Nas considerações finais, recuperamos o percurso de exposição dos resultados da pesquisa, tanto do ponto de vista das reflexões teóricas, da análise documental, bem como da prática constitutiva do campo, na construção do saber científico. Pontuamos as modificações importantes realizadas na confecção do texto de apresentação do resultado da pesquisa, a partir de profícua sugestão da banca de qualificação, com maior visibilidade à relação afetuosa da autora com a universidade. Por fim, resgatamos o sentido inicial da tese de dar visibilidade à dor daquelas famílias submetidas à falta de pagamento e instabilidade no emprego, fruto da precariedade nas relações de trabalho, assim como o de esperar em nossa capacidade de resistência em defesa de uma UERJ cada vez mais acolhedora com seus trabalhadores e estudantes, pública, gratuita e de qualidade.

1 NEOLIBERALISMO: GUERRA ABERTA AO TRABALHO

Era senso comum nos telejornais e nas bancas de jornais dos anos de 1990 a ideia de que as divisões de classes haviam acabado. O mundo seria, então, uma conectada aldeia global, e as diferentes tribos conviveriam em harmonia. A extinção da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o suposto fim da centralidade do trabalho para a geração de riquezas serviram como base até para algumas análises na academia que favoreciam tal concepção. O mais célebre livro do cientista político Hyoshihiro Francis Fukuyama, “O fim da história”, publicado no final do ano de 1989, é um exemplo, mesmo que anedótico para a atualidade, do que se acreditava como certo naquele momento.

O suposto consenso, por parte das classes dominantes, em torno da ideia fazia parecer que o fim da Guerra Fria havia retirado as barreiras que protegiam o trabalho. O discurso de fim da luta entre as classes sociais com a falência do chamado socialismo real significaria também o fim do trabalho em si. Apesar de ter seu surgimento muitos anos antes, o neoliberalismo ganhara força naquele caldo cultural. Não pretendemos aprofundar na complexidade do tema, porém, importa ressaltar que o discurso de vitória do capitalismo sobre o socialismo, naquele momento, deu força ao desmonte dos direitos trabalhistas em todo o globo, bem como de diversos Estados (inclusive os que compunham a URSS e países satélites), em diferentes regiões, tendo como mote a modernização por meio da implantação do neoliberalismo. De certa forma, pode-se afirmar que o neoliberalismo, a partir da concepção de fim das lutas sociais, aponta para uma guerra aberta do capital contra o trabalho.

De acordo com Perry Anderson (1995, p.10), o ideário neoliberal tem como ponto de partida o ano de 1947, com a fundação da chamada Sociedade de *Mont Pèlerin*, formada inicialmente pelos teóricos Milton Friedman, Karl Popper, Friedrich Hayek, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupken, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, entre outros. Essa Sociedade funcionava como uma “espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos” (ANDERSON, 1995, p.10). Desde seu surgimento, apregoava o fim do Estado do Bem-Estar e a formação de um “capitalismo duro e livre de regras para o futuro” (ANDERSON, 1995, p.10). De modo sintético, os preceitos do neoliberalismo, ainda em conformidade com

Anderson (1995, p.15), são:

- Estado mínimo para a regulamentação financeira e para os direitos e garantias sociais, porém forte para a repressão e criminalização dos sindicatos e movimentos sociais;
- Austeridade orçamentária e reformas fiscais centralizadoras para redistribuição de rendas em favor dos mais ricos;
- Deflação para recuperação dos lucros;
- Aumento do desemprego como mecanismo “natural e necessário de qualquer economia de mercado eficiente” (ANDERSON,1995, p.15);
- Aumento do grau de desigualdade.

O ideário neoliberal, paulatinamente, tornou-se agenda majoritária, sendo parte de programas de governos de direita ou mesmo de esquerda e até socialistas, notadamente na Europa. É mister destacar que, tendo como base a chantagem da crise, a agenda neoliberal pressupõe o Estado mínimo nos direitos e garantias sociais, por um lado; por outro, advoga um Estado forte para reprimir os movimentos de resistência que porventura se coloquem como obstáculos.

Portanto, o neoliberalismo é um processo que atravessa os diferentes sujeitos e grupos sociais, operando como uma espécie de fio condutor de conflitos na sociedade contemporânea. Importa ressaltar que esse processo tem relação com a crise do capital — fenômeno intrínseco ao movimento cíclico da acumulação capitalista — que se inicia na transição da década de 1960 para 1970, a qual atinge a totalidade da vida em sociedade. Como saída da crise, o capital iniciou um processo de reajustamento econômico, social e político com incidências inevitáveis na produção e na vida social. Faz, assim, emergir um novo sistema de acumulação, um novo regime de sociedade como suporte político à acumulação. Dentre os vários elementos presentes no processo, a crise provoca o solapamento do compromisso fordista, cujo entendimento torna-se fundamental para a análise do fenômeno em debate.

1.1 O solapamento do fordismo e a nova ordem mundial

Sem a pretensão de abarcar toda a complexidade do processo, o ponto de partida do debate são as transformações capitalistas ocorridas a partir dos anos de 1970. Isso porque elas impactaram profundamente a forma de viver em sociedade e

definiram padrões diferentes de relações sociais. O neoliberalismo, a mundialização financeira do capital e a acumulação flexível são chaves de análise importantes para o entendimento do ponto de vista da teoria social sobre a forma de organização do trabalho que se soergueu sobre os escombros do compromisso fordista. Formas de trabalho que eram antes exceções passam a ser regra: a informalidade, a flexibilização de direitos do trabalho e a terceirização, ou seja, o que antes eram formas de trabalho acidentais ou periféricas passam a ser racionalmente induzidas e ganham centralidade.

Em seu livro “A condição pós-moderna”, David Harvey (1994) analisa esse processo. Para o autor, a compressão do tempo é parte importante, sendo necessária para manter níveis altos da aceleração do tempo de giro de produção de mercadorias e realização de sobretrabalho para a geração de excedente. Harvey (1994) coloca que a nova forma de acumulação capitalista perpassa também todos os níveis do ciclo de valorização, desde a extração da matéria-prima, pela produção em si da mercadoria, até o seu consumo final.

Nesse contexto sócio-histórico, as montadoras japonesas, por exemplo, apareceram no cenário do Ocidente, em especial no mercado de automóveis estadunidense e europeu. Segundo Gounet (1999), os produtos japoneses eram mais competitivos por diversas razões. Em primeiro lugar, o sistema Toyota adaptava-se melhor às crises de demanda. Com seu estoque reduzido, seu parque industrial e relações de trabalho flexíveis, conseguia reorganizar-se rapidamente no caso de um revés econômico, voltando ao seu tamanho original logo que a crise cessasse. Em segundo lugar, havia a simplicidade de seu sistema de máquinas. Não há robotização e tecnologia de ponta, as máquinas são simples e dificilmente entram em pane, são flexíveis e capazes de ser transformadas para uma mudança repentina de produção. Por último, o trabalho em equipe — com a polivalência, o atendimento personalizado e o controle de qualidade — atendia à demanda do cliente de forma personalizada.

Harvey (1994, p.140) chama de acumulação flexível do capital tanto a experiência japonesa (o toyotismo) quanto a experiência italiana (a Terceira Itália).

A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia [sic] na flexibilidade dos processos de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e,

sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a “Terceira Itália”, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compressão do espaço-tempo” [...] no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado.

Tem-se, por outro lado, o fim do Estado de Bem-Estar e a emergência do neoliberalismo (do qual a Inglaterra é um caso exemplar). De acordo com Ricardo Antunes (2001), a Inglaterra foi fundamental para que essa nova forma se estabelecesse. A partir da derrota política e ideológica do trabalhismo, com base no imaginário do livre mercado e no seu caráter radicalmente privatista, edificou-se uma nova fase da acumulação do capitalismo inglês: voltado mais para os serviços do que para as indústrias, menos produtivo e mais financeiro, mais individualista e menos coletivista, mais flexibilizado, desregulamentado, fundamentado no livre mercado, no monetarismo, e contrário à face estatizante do momento anterior. Portanto, um capitalismo mais adaptado à nova forma de acumulação, surgida após a década de 1970.

A criminalização dos movimentos sociais e, em especial, a conversão do sindicalismo no arqui-inimigo do neoliberalismo teve como efeito uma mudança na relação entre o Estado e a classe trabalhadora. Em primeiro lugar, houve um afastamento dos representantes sindicais dos debates sobre a agenda estatal (em especial com relação à questão do desemprego, da economia e do papel do Estado), além da retirada dessas representações de órgãos de decisão econômicos, locais e nacionais.

Assistiu-se, também, ao fechamento de vários órgãos tripartites, como o *National Enterprise Board*, que estabelecia o campo da intervenção estatal, o *Manpower Services Commission*, voltado para o treinamento de recursos humanos e para a política de mercado, além do *National Economic Development Committee*, voltado para as medidas nacionalizantes e corporativas, que vigorava desde os anos [19]60 (ANTUNES, 2001, p. 68).

A lógica neoliberal opera com a ideia de aumentar potencialmente a exclusão das representações de trabalhadores de todas as instâncias de deliberação da sociedade, desde o interior das fábricas até o Estado. Nos anos que se seguiram,

essa tendência se acentuou. A ação sindical começou a ser desencorajada ou mesmo proibida. Funcionários da Agência de Informações do Governo (*Government Communications Headquarters*) foram proibidos de atuar nos sindicatos (ANTUNES, 2001). O thatcherismo diminuiu a atuação nos sindicatos ao passo que introduziu novas formas de produção pautadas na individualização das relações capital – trabalho.

Paulatinamente, a nova forma de acumulação e a financeirização mundializada da economia, conduzidas pela agenda neoliberal, foram se tornando modelo a seguir por quase todos os países do mundo. O neoliberalismo se tornou, então, uma espécie de modelo civilizatório em que o capitalismo se coloca como um ápice inexorável da sociedade humana e do qual nenhum país poderia fugir sob pena de ser considerado atrasado, *jurássico*, antidemocrático.

Diante desse contexto, governos neoliberais se espalharam por todo o globo. Com isso, a precarização do trabalho se tornou regra, e o sistema financeiro ganhou centralidade extrema, forjando também uma forma específica de subjetividade humana contingente, volátil, precária, competitiva e empreendedora, inclusive nas relações interpessoais.

Tendo isso em vista, a consequente ampliação do poder do sistema financeiro tem solapado a economia de diversos países. Os mecanismos geradores das crises no capitalismo, o desenrolar delas do ponto de vista da acumulação de capital, bem como as consequências para a classe trabalhadora são eixos fundamentais para o entendimento da ampliação do desemprego e da precariedade do trabalho no mundo. Assim, a crise do capital de 2008-2009 trouxe a reversão da tendência de crescimento e, paulatinamente, ao longo dos últimos anos, incidiu e foi deteriorando a vida material de populações inteiras.

1.2 O impacto do ideário neoliberal nas formas de organização da vida social

A verticalidade rígida do compromisso fordista dá lugar a uma constante instabilidade e efemeridade no cotidiano dos sujeitos. Daí que o mundo do instantâneo, flexível, das rápidas comunicações, da compressão espaço-tempo impôs, ao mesmo tempo, àqueles que vivem do trabalho relações também instantâneas, flexíveis e precarizadas.

Segundo Harvey (2011), esse processo opera nas várias esferas da atividade

humana¹ e tem consequências em diversos aspectos da vida. Quais sejam: a obsolescência dos produtos, a volatilidade das modas, ideias, valores, imagens, contextos; a flexibilização dos valores que afeta as relações interpessoais, gerando uma sociedade do descarte, em que a instabilidade e a descartabilidade são encaradas como virtudes indispensáveis para o convívio social; a sobrecarga sensorial, gerada pelo processo em que imagens foram convertidas em mercadorias; a dificuldade de planejamento em longo prazo, a instabilidade do curto prazo passa a ser preponderante, normalmente; a publicidade ganha papel central de “manipulador de desejos e gostos diante de imagens” (HARVEY, 1994, p. 259), a propaganda mobiliza sexo, poder e dinheiro para reduzir o tempo de consumo das mercadorias, acelerando o tempo de realização de mais-valia; as defesas subjetivas construídas para lidar com a compressão temporal; são formas de resistência a busca de perenidade em relações sociais cotidianas através de dedicação à religiosidade ou à família e o retorno a simulacros de uma realidade perdida, em que as relações se alongam no tempo de forma mais constante.

A compressão dos espaços, da mesma forma, é central para a aceleração do tempo de produção e realização do capital. Esse processo tem consequências na sociabilidade humana. Os espaços são construídos de forma padronizada, semelhantes em todo o mundo para propiciar o consumo rápido (Shopping Centers, academias e até laboratórios de exames são exemplos de padronização de espaços); contato ao vivo com diversos espaços em tempo real através de tecnologia audiovisual, seja pela internet ou pela televisão; os meios de transporte mais rápidos, viagens encurtadas; as tecnologias de contêineres, tanto para transporte seguro e rápido de mercadorias pelos diferentes espaços quanto para montagem rápida de serviços como educação, saúde e outras políticas públicas; as cidades mundiais, em que o homem (especialmente o homem rico) se reconhece em qualquer lugar. Todavia, a queda de muitas barreiras espaciais não significou que a noção de espaço tenha perdido importância. Ao contrário, a escolha dos locais para investimento, por exemplo, ganha prioridade. Adicionalmente, também ocorrem

¹ Resumidamente, o capital se movimenta em busca de lucro através de diferentes “esferas de atividades” (HARVEY, 2011, p.103) que se relacionam de forma conflituosa e, também, simbiótica entre si. São elas: 1) tecnologias e formas de organização; 2) relações sociais; 3) arranjos institucionais e administrativos; 4) processos de produção e de trabalho; 5) relações com a natureza; 6) reprodução da vida cotidiana e da espécie; 7) concepções mentais de mundo.

formas de resistência a esse processo, em que o local é encarado como prioritário em relação ao global, formando localidades autênticas que se negam a aderir à padronização dos espaços (HARVEY, 1994).

Ao mesmo tempo e no mesmo processo, as transformações do capitalismo se refletem também na paisagem das cidades. Cidades europeias industrialmente potentes, no século XIX, têm sua estrutura modificada com a evolução do capital. Parques industriais gigantescos foram erguidos e depois modificados de acordo com as transformações sofridas na produção de mercadorias na sociedade capitalista. A geografia das cidades se altera conforme se altera também o capital.

Se, como Marx certa vez afirmou, nossa tarefa não é tanto compreender o mundo como transformá-lo, então, tem de ser dito, o capitalismo tem feito um bom trabalho em seguir seu conselho. A maioria dessas mudanças dramáticas aconteceu sem que ninguém se incomodasse em descobrir, primeiro, como o mundo funcionava e, segundo, quais as consequências dessas mudanças (HARVEY, 2011, p.101-102).

Importa destacar, nesse contexto, como um todo, que o Estado, no modo de produção capitalista, difunde uma perspectiva ideológica de sociabilidade que assegura os processos de individualização. As necessidades coletivas das frações de classes são fragmentadas e individualizadas nesta ação. Quando esse processo falha, há à disposição todo um aparato técnico/profissional para individualmente responsabilizar, culpabilizar e punir o indivíduo e sua família. Assim, as injustiças sociais passam a ser banalizadas, deixando de pertencer ao âmbito da estrutura social, e responsabilizando a vontade e o mérito do sujeito em empreender e ser bem-sucedido.

David Harvey (2011), discutindo as crises capitalistas, mostra que a tendência à crise é parte do processo, porque o soerguimento do capital muitas vezes se dá de forma caótica em que o não planejado, o inesperado acontece, tendo, por consequência, situações desagregadoras. Esse movimento se dá de forma contraditória e dialética. A negação da fome é a riqueza quase que absoluta. Ao mesmo tempo em que há a carestia para milhões, há abundância para pequenos grupos. Ainda de acordo com o referido autor: “A saga do capitalismo é cheia de paradoxos [...]” (HARVEY, 2011, p.102). Se, por um lado, tem-se a fome, as guerras, a destruição constante de elos das forças produtivas, como a natureza e o trabalho, por outro, grupos vivem na abundância, numa sociedade em que as barreiras espaciais e de comunicação foram encurtadas pela tecnologia e que gozam de um

bem-estar jamais antes alcançado pelas diversas sociedades humanas.

O capitalismo, nesta fase, impôs-se de forma desregulamentada como um espaço verdadeiramente mundial, sem limites, despojado de restrições para extração e realização de mais-valor e hierarquizado internacionalmente do ponto de vista da centralização dos lucros. O mercado mundial centralizado e, ao mesmo tempo, diversificado, sem fronteiras para a mobilidade do capital, se articula, colocando em competição permanente os trabalhadores de todo o mundo, apoiado num enorme contingente de reserva de trabalho em termos mundiais.

O capital, com o modelo neoliberal, flexível e financeirizado de acumulação capitalista, ganhou fôlego até o final da década de 2000, entretanto, naquele momento, essa nova forma de acumular capitais, produção e reprodução social demonstrou sinais de esgotamento. O *crash* do sistema hipotecário estadunidense, em 2008, rapidamente se transformou em crise do sistema financeiro mundial, atingindo em cheio os países da tríade (Estados Unidos da América, União Europeia e Japão).

Conforme François Chesnais (2008), dentre vários elementos, no último período, grande parte da liberalização e desregulamentação fundamentou-se na acumulação de capital fictício por meio dos fundos de pensão e de investimentos financeiros. Em muitos países, inclusive, os sistemas de previdência passaram a ser utilizados para geração de capital fictício, com rendimentos vinculados a uma valorização que poderia desaparecer da noite para o dia num momento de crise.

Notadamente na Inglaterra e nos EUA, desde o início do século XXI, acumulou-se capital fictício em forma de crédito, especialmente hipotecário. Esse tipo de capital fictício é ainda mais vulnerável a momentos de inflexão conjuntural, mesmo sendo esses episódios plenamente previsíveis. Por exemplo, sabe-se que um *boom* imobiliário é finito, que especular com isso tem um limite e que a demanda por imóveis é limitada; contudo, o capital, nos EUA, colocou-se numa situação de dependência modo que o fim do *boom* imobiliário criou uma grave crise. A economia daquele país, no início de 2008, sofreu um profundo abalo financeiro no setor de empréstimos hipotecários. Além da vulnerabilidade acima citada, os empréstimos eram concedidos a famílias que já não teriam como pagar, com contratos realizados de forma duvidosa, em que o devedor mal sabia exatamente o montante do débito.

A análise da crise de 2008, para Harvey (2011), perpassa pela constatação de um colapso no fluxo econômico. Para entender esses fluxos, o autor se debruça

sobre a teoria de Karl Marx (1818-1883) sobre o valor, na célebre obra do filósofo alemão, “O Capital”. Assim, constata que a relação social que envolve o capital exige a reprodução ampliada do valor-trabalho para exercer a extração de mais-valor (sobretabalho) para geração de excedente, que é apropriado individualmente para ampliação da riqueza privada e sua própria reprodução. A crise de superprodução e a financeirização da economia tem forte relação, para o autor, com a nova forma de acumulação de capital vivenciada na atualidade. Para, então, “desvendar o enigma do capital” (HARVEY, 2011, p.102), é fundamental entender como se dá esse processo de acumulação e suas crises.

A crise financeira de 2008 atingiu diretamente os países centrais capitalistas, com exceção da Alemanha. Ademais, deslocou os capitais para países antes periféricos (China, Índia, Brasil), intensificando a formação de densos monopólios capazes de realizar o sobretabalho em lugares mais atrativos.

As saídas postas em andamento pelo capital, para o problema, ampliaram a terceirização, a informalidade, o desemprego e o vilipêndio do trabalho. O Estado, em termos mundiais, se tornou e vem se tornando ainda mais uma espécie de Robin Hood às avessas: socializando a miséria e concentrando ainda mais riquezas. Assim, a deterioração acentuada da vida material da maioria da classe que vive do trabalho agudiza os conflitos de classes e expõe as contradições do capitalismo.

Para David Harvey (2016), na sociedade capitalista as contradições² operam de um ponto de vista dialético. Ou seja, realizam um movimento de múltiplas determinações com gargalos, avanços e recuos do capital e sua produção/reprodução conflituosa. São forças opostas que se chocam, e o acirramento desse choque gera as crises. As contradições podem ser fundamentais ao modo de produção, outras se colocam mutáveis e também há as perigosas para o sistema. Ainda em conformidade com o autor (2016), nesse processo, o capital engendra constantemente diversas formas violentas de vilipêndio do trabalho através da sua espoliação. Nesse sentido, a acumulação primitiva de capital e o neoliberalismo são entendidos como momentos de acirramento dessas contradições.

² Harvey (2016) aborda sete contradições. São elas: 1) o valor de uso e o valor de troca; 2) o valor social do trabalho e sua representação pelo dinheiro; 3) a propriedade privada e o Estado capitalista; 4) a apropriação privada e a riqueza comum; 5) capital e trabalho; 6) capital como processo ou como coisa; 7) a unidade contraditória entre produção e realização.

1.3 A política do medo e a prática constitutiva do poder neoliberal no século XXI

O filme baseado no livro “A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre”, de Naomi Klein, demonstra como o capitalismo cria as crises ou guerras e se aproveita de catástrofes para colocar em prática as teorias de Milton Friedman (1912-2006) e dos Chicago Boys³. A obra cinematográfica procura realizar uma arqueologia da forma violenta e traumática como o neoliberalismo foi imposto a diversos países, como ocorreu, inicialmente, no Chile de Augusto Pinochet, em 1973. Naquele momento, a política de choque serviu-se da crise para depor o presidente eleito, Salvador Allende, e fazer do Chile um laboratório das desregulações, privatizações e cortes nos programas sociais, idealizado nos corredores da Escola de Economia de Chicago. Também foi assim na Inglaterra, com a guerra das Malvinas; no Leste Europeu, com a queda do muro de Berlim; e nos Estados Unidos, com o furacão Katrina.

O Estado de Choque não é apenas o que ocorre conosco quando algo ruim acontece. É o que ocorre quando perdemos nossa narrativa, quando perdemos nossa história, quando ficamos desorientados. O que nos mantém orientados, alertas e fora do choque é a nossa história. Um período de crise, como o que estamos vivendo [...] é um bom momento para pensar na história, para pensar em continuidades e em origens. É um bom momento para nos posicionarmos na longa história de luta da humanidade (KLEIN, 2009 *apud* RODRIGUES, 2011, s.p).

O choque tem a propriedade de desorientar as pessoas. Através da exasperação, passa-se a aceitar qualquer coisa para que elas retornem à normalidade. Assim, as crises econômicas, catástrofes e guerras são utilizadas para o apagamento de alternativas e rápida aplicação das privatizações, da retirada de direitos e garantias sociais. O medo do desemprego, da morte, das doenças e do acirramento da crise tem sido usado como mecanismo de controle eficiente para garantir a aplicação da agenda neoliberal em diversos países do mundo. Isso é feito

³ Chicago Boys é o nome atribuído ao movimento composto por 25 economistas neoliberais que se articularam através da Universidade do Chile e da Universidade de Chicago, dentre eles Milton Friedman. Parte importante desse grupo buscou aplicar as suas ideias neoliberais como base da economia chilena durante a ditadura empresarial militar de Augusto Pinochet (1973-2006). Paulo Guedes, Ministro da Economia de Jair Bolsonaro, esteve no Chile durante esse período, participando também da iniciativa. (EL PAÍS, 2018)

por meio do controle do medo e da morte.

De acordo com Pilar Calveiro (2015), o neoliberalismo está muito longe do discurso de paz e democracia que apregoam seus defensores. Ao contrário, a violência e o medo são usados como formas de controle, exercidas pelo poder neoliberal através das redes público-privadas. Para a autora, existem diversas expressões da violência no processo de construção da hegemonia neoliberal, por exemplo: a repressão explícita e encarniçada em determinados territórios na chamada guerra às drogas ou, ainda, a “guerra ao terror”, após o atentado ao complexo *World Trade Center*, no ano de 2001; as múltiplas formas de acumulação por meio da intensa retirada de direitos e garantias sociais; bem como o estabelecimento de clivagens de direitos, processo que relega partes inteiras da população a uma situação de desumanização ou ausência de determinados direitos; e, por último, o abandono irrestrito de diferentes grupos sociais.

Portanto, a constituição da governabilidade neoliberal, para Calveiro (2015), se dá por meio do medo, da violência, do terror administrado pelas redes público-privadas, numa dimensão tanto local quanto internacional. Isso porque, ainda para a autora, a utilização do medo por parte do poder neoliberal é importante para a criação de sujeitos assustados.

Se crea así un estado de indefensión económica, social, política que suscita miedo, pero sobre todo necesita de él. Lo alienta como instrumento de gobierno de las almas, las conciencias, los ciudadanos. Implica nuevas formas de abordar “los problemas específicos de la vida y la población” (Foucault, 2004/2008, p. 366), en las cuales se agitan diversos miedos (a enfermedades, catástrofes, “enemigos” internos y externos, precariedades) para configurar un ciudadano temeroso y asustado, retraído hacia la esfera privada de la seguridad personal y absorbido por el mercado (CALVEIRO, 2015, p.37).

A política do medo tem sido importante, em diversos lugares, para que as pessoas aceitem a destruição de diferentes modos de viver, e para a implantação do neoliberalismo. A imposição do poder do neoliberalismo não se dá, também, de outra parte, sem múltiplas formas de resistência. O extermínio dos povos originários é exemplo relevante, na atualidade, tanto pelos constantes conflitos armados, massacres, chacinas, centenas de desaparecidos de forma direta, pela destruição dos recursos naturais, quanto pela sua capacidade de persistir através dos séculos, apesar de todo o genocídio. Tal resistência se estabelece nas aldeias e entre elas, e normalmente não se vincula a nenhuma organização institucionalizada/estatal. Apesar de não confrontar diretamente o Estado, vez ou outra, localmente, desafia

seu poder. Trata-se de uma resistência que advém de uma forma diferente de viver, de se relacionar com a natureza e com os outros seres vivos do planeta.

Além disso, a crise financeira que corrói até os dias atuais a economia de diversos países é consequência da financeirização e sua combinação com o neoliberalismo como condutor das relações econômico-sociais e políticas em todo o mundo. Ela tem como principais consequências o desemprego, a instabilidade e a miséria para grandes massas trabalhadoras. Ao passo em que o *crash* se alastrava pelos países centrais, formava em todo o mundo um contingente cada vez maior de jovens trabalhadores semiqualeificados com relações de trabalho precarizadas, vivendo com baixos salários, premidos pelo tempo, com contratos de trabalho flexibilizados, sob forte pressão e medo do desemprego.

Vista pelos detentores do capital como necessária para sanar a crise, por exemplo, a subcontratação terceirizada livra o empresário de responsabilidades perante o empregado. Joga o trabalhador numa espiral de precariedade, em contratos sem direitos e sem condições de barganha, baixos salários, contratos intermitentes, jornadas prolongadas, assédio moral, ausência de organização sindical, gerando, dentre várias resultantes, trabalhadores ansiosos, doentes, deprimidos. A vida desse trabalhador, precária da mesma forma, torna-se instável e pauperizada, na qual o medo do desemprego e da miséria é uma constante.

No Brasil, os impactos das políticas neoliberais foram extremamente graves para a classe trabalhadora, uma vez que a informalidade e a precarização, dentre vários elementos, não são novidade nas relações de trabalho. Mesmo após a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no ano de 1943, o trabalho, no Brasil, manteve-se em grande parte informalizado e precarizado. Não pretendemos abarcar toda a complexidade do tema, mas importa ressaltar que o padrão de acumulação do capitalismo periférico brasileiro, desde sua gênese, foi balizado por dois movimentos: produção de bens de consumo para um mercado interno restrito e elitizado — em função do baixo nível de salário estruturalmente constituído — e protagonismo da produção de “commodities” para exportação. Esse padrão permaneceu mais ou menos inalterado até o final do século XX, com algumas variações. No entanto, após a instauração do neoliberalismo como política hegemônica de Estado, a situação para os trabalhadores, especialmente aqueles historicamente submetidos a relações de trabalho precarizadas, tornou-se ainda mais vulnerável. Ou seja, considerando o Brasil como um país de desenvolvimento

capitalista tardio e periférico, os impactos da precarização do trabalho operada pela reestruturação produtiva e pela financeirização da economia sob a égide neoliberal tornaram-se ainda mais nefastos.

2 O BRAZIL NÃO MERECE O BRASIL: NEOLIBERALISMO E TERCEIRIZAÇÃO À BRASILEIRA

Conforme analisamos no capítulo anterior, um dos pilares do ideário neoliberal é a vilanização do Estado, notadamente o de bem-estar social europeu. A arbitragem estatal, nessa perspectiva, é vista como um obstáculo para o suposto *livre desenvolvimento* da sociedade. O discurso de desmonte do Estado foi o mote utilizado para converter as ideias da escola de Chicago em uma agenda neoliberal para governos e empresas também no Brasil.

Ainda que sem a pretensão de abarcar toda a complexidade do tema, consideramos importante criar uma cronologia da implementação do neoliberalismo no país para situar as transformações sociais que servem como pano de fundo para a implantação da terceirização na UERJ.

Seguindo esse percurso, debatemos a implantação do neoliberalismo como agenda política de sucessivos governos no país, notadamente a partir dos governos de Fernando Collor de Mello (1990/1992) e Fernando Henrique Cardoso (1994/2002). Demarcamos esse período de implementação do neoliberalismo no Brasil, em amplo espectro, tendo como resultante a piora das condições materiais do povo brasileiro no geral e das classes trabalhadoras, mais especificamente. Apontamos a reconfiguração do mercado de trabalho operada pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e a façanha de Luiz Inácio Lula da Silva (2002/2010) e Dilma Rousseff (2010/2015) em abrandar o neoliberalismo, conciliando a agenda neoliberal com políticas de redistribuição de renda. Destacamos o documento “Uma Ponte para o Futuro”, do governo Michel Temer (2015/2019), como um projeto de destruição dos direitos sociais e trabalhistas brasileiros. Por fim, analisamos a terceirização, o conceito, os sujeitos envolvidos e a legislação que possibilitou o surgimento de empresas atravessadoras de mão de obra no país. Salientamos que a terceirização é ponto importante da neoliberalização das políticas de governo, bem como acentuamos que as mudanças nas leis trabalhistas operadas pelo Plano Temer estão em sintonia com a radicalização da aplicação da agenda neoliberal. Assim, a ampliação da rotatividade e da informalidade, do desalento e do desemprego, bem como da miséria e da fome são algumas resultantes desse processo.

2.1 A implantação da agenda neoliberal no Brasil

Os primórdios do neoliberalismo no Brasil remontam aos governos da ditadura empresarial-militar (1964/1985), ainda que de forma tímida e pontual. Por exemplo, o decreto-lei 200/1967 assinado pelo general H. Castello Branco e alguns ministros versava sobre a reforma do Estado com a nova Constituição. Sinteticamente, o objetivo do regramento era descentralizar o Estado e ajustar as finanças da administração federal. Os princípios fundamentais expressos no título II explicitam que a descentralização e a delegação de competências devem nortear a atividade da gestão federativa. A reforma teria como clivagem a descentralização do Estado em três planos, quais sejam,

- a) dentro dos quadros da Administração Federal, distinguindo-se claramente o nível de direção do de execução;
- b) da Administração Federal para a das unidades federadas, quando estejam devidamente aparelhadas e mediante convênio;
- c) da Administração Federal para a órbita privada, mediante contratos ou concessões (BRASIL, 1967).

A vilanização do Estado já se mostrava presente: a justificativa dos militares seria um suposto inchaço da máquina pública e o dispêndio de verbas para sustentar uma estrutura diagnosticada com um crescimento desmensurado. A descentralização proposta pelos militares implicava justamente realizar o movimento principal do neoliberalismo, que é o desmonte do Estado, notadamente na precarização dos servidores públicos, serviços sociais através de ajustes fiscais, privatizações, concessões e convênios com a iniciativa privada. Ademais, ressaltamos que tanto as decisões políticas quanto o aparato de repressão não foram atingidos pelo princípio de descentralização que aponta o título II do decreto 200/1967.

No entanto, foram os governos de Fernando Collor de Mello (Collor) e Fernando Henrique Cardoso (FHC) que de fato aprofundaram a agenda de austeridade e privatizações. De acordo com Ricardo Antunes (2005), a aventura bonapartista de Collor e o bico do tucano⁴ FHC devastaram o país.

⁴A ave Ramphastidae, popularmente conhecida como Tucano, é o símbolo do partido de Fernando Henrique Cardoso - Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). A expressão “no bico do tucano” é utilizada por Ricardo Antunes (2005, p. 37) em seu artigo publicado no jornal “PT em movimento” (1998).

Antunes (2005) estabelece uma correlação entre Collor e o sobrinho de Napoleão Bonaparte. Eternizado no ilustre texto de Karl Marx, “O dezoito Brumário”, como a representação da farsa e do golpe, o autor destaca que, apesar das diferenças de contexto entre a França do século XIX e o Brasil dos anos de 1990, há uma “dimensão universalizante, presente no fenômeno social e político do bonapartismo e que, por isso, faz com que este conceito, originário da contextualidade francesa, em muito a transcenda” (ANTUNES, 2005, p.7). As características comuns destacadas pelo autor são:

- 1) O interesse da “ordem” em primeiro lugar: o Plano Collor tem como propósito a “modernização” do capital e “para alcançar tal objetivo implementa algumas medidas que, em sua imediaticidade, e só nesse plano, ferem aspectos de setores do capital” (ANTUNES, 2005, p. 8);
- 2) O líder bonapartista necessita de uma base social fiel que permita interesses autônomos em relação ao conjunto das classes dominantes. Assim, para esse contingente, ele é um líder, um salvador: “aqui aflora a representação mais difusa, mas real, dos ‘descamisados’, dos ‘pés descalços’” (ANTUNES, 2005, p.8);
- 3) Redução do poder do parlamento: há uma tentativa de retirada de poder das casas legislativas por meio da desconsideração das suas decisões. “Depois da aprovação da medida provisória n. 168, Collor vetou praticamente todos os acordos feitos pelos seus representantes parlamentares” (ANTUNES, 2005, p.8).

Antunes (2005, p.9) ressalta ainda o caráter improvisado do governo que iniciou a implementação do neoliberalismo no país: uma aposta arriscada das classes dominantes perante um cenário eleitoral desfavorável: “Collor foi a expressão (bem-sucedida) de um improviso necessário da ordem ante os riscos presentes no quadro eleitoral”. O caráter aventureiro do governo Collor reside, por um lado, na pouca viabilidade eleitoral dos partidos ligados ao capital e, por outro, na incerteza e no medo em relação às candidaturas mais progressistas, como Lula e Leonel Brizola, bem posicionadas nas pesquisas.

A aventura de Collor levou o país para um inexorável caos. Ainda de acordo com Antunes (2005, p.12), ao completar um ano de governo, a destruição já estava acentuada.

Dócil ao grande capital externo, aproveitando-se da concorrência intramonopólica, vislumbra a modernização capitalista sucateando o capital estatal, destruindo o pequeno e médio capital, implodindo a tecnologia nacional, substituindo-a por uma tecnologia forânea e abrindo nosso parque produtivo para o capital que detém essa tecnologia. E claro, tornando ainda mais miseráveis o enorme contingente de assalariados que vivem a brutalização mais aguda da história republicana (ANTUNES, 2005, p.12).

Em seu curto mandato, Collor articulou o bonapartismo e a agenda neoliberal de forma desastrosa. Os Plano Collor 1 e Collor 2 tiveram como consequência o achatamento salarial, desestímulo do parque industrial e inflação acima de 20%. Do ponto de vista político, todo o processo de criação e implementação dos planos desconsiderou tanto os movimentos sociais quanto o Congresso Nacional e outros segmentos interessados. “A ortodoxia neoliberal combinou-se uma vez mais à prática bonapartista” (ANTUNES, 2005, p.14).

Dessa forma, a crise gerada pela implantação da agenda neoliberal de Collor é fator impulsionador da interrupção precoce de seu governo. Em que pesem as denúncias de corrupção, a postura autocrática em relação ao Congresso e os movimentos sociais e o confisco das poupanças são fatores mais relevantes para o entendimento do impedimento de Fernando Collor de Mello. No entanto, o estrago já estava feito. O choque da crise geral do governo Collor pavimentou o caminho para a aplicação do neoliberalismo no Brasil, não mais como um fator contingente e, sim, como um projeto de poder do capital. O sucessor de Collor, Itamar Franco (1992-1994), por meio de seu Ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, abriu as portas para a consolidação dos preceitos neoliberais nas políticas de governo através do Plano Real.

Nesse sentido, os oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso marcaram a consolidação da agenda neoliberal no país. O ensaio geral para aplicar o ideário neoliberal na sociedade brasileira interrompido pela crise do impedimento de Collor teve na administração tucana a oportunidade de se desenvolver. A gestão do presidente e sociólogo FHC recolocava o debate de vilanização do Estado e propunha racionalizar a administração pública com austeridade fiscal e o consequente enxugamento da máquina pública por meio da reestruturação do Estado, processo esse colocado como inescapável por todo o capital.

O economista Luiz Carlos Bresser-Pereira (1998), além de cargos importantes em governos anteriores, foi Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998) e responsável por implementar a reforma gerencial da máquina pública.

Seu plano de enxugamento do Estado estava pautado em quatro dimensões:

a) Atuação: A contenção do seu tamanho por meio da restrição de seu poder de ação com o objetivo de extinção ou substituição de quadros públicos pela iniciativa privada. São parte importante as desestatização de contratos, mão de obra e procedimentos da administração pública através das “ideias de privatização, publicização e terceirização” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 50);

b) Regulação: O rearranjo na função mediadora da vida econômica e social, reduzindo-se ao grau do fundamental. Nesse sentido, opera desregulamentando a arbitragem da sociedade pelo Estado e os processos que disciplinam as atividades consideradas próprias do capital privado.

c) Governança: Ajuste fiscal, reforma administrativa e separação entre a criação e a execução das políticas públicas. A austeridade fiscal e administrativa, de acordo com o autor (1998), tinha como meta a recuperação da governança estatal, entendida como a “capacidade financeira e administrativa em sentido amplo de uma organização de implementar as suas políticas” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 83);

d) Governabilidade: De acordo com o autor (1998), sem a mudança no sistema político do país, o governo não teria legitimidade para implementar os outros pontos da agenda de reformas. A intenção é o aumento da capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade e governar. Assim, a reforma política defendida pelo autor criaria diversos mecanismos de contenção por meio da responsabilização de agentes públicos, “políticos e burocratas” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 83).

Faz-se importante destacar que a consolidação da agenda neoliberal operou no país uma transferência de diversas atividades do Estado para a iniciativa privada. A justificativa foi a desoneração da folha de pagamento no geral e a restrição dos investimentos do Estado a determinadas funções exclusivas, deixando para o setor de capital privado o restante. No caso da terceirização, por exemplo, algumas atividades inicialmente pertencentes à administração pública passam a ser exercidas por empresas especializadas do ramo, por meio do mecanismo de pregão eletrônico e licitações. Caberia ao Estado, nesse sentido, fazer o processo de seleção da empresa e executar o orçamento vencedor.

O motivo principal, entretanto, foi um processo gradual de delimitação da área de atuação do estado. Aos poucos foi se reconhecendo que o estado não deve executar diretamente uma série de tarefas. Que reformar o estado significa, antes de mais nada, definir o papel deixando para o setor privado

para o setor público não estatal as atividades que não lhe são específicas (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 63).

Ainda de acordo com o referido autor (1998), para a desobrigação de parte das funções estatais, seria necessário primeiro dividi-las de acordo com o seu grau de importância e de relação com o novo papel do Estado. O que significa, assim, definir quais atividades são basilares e quais são subsidiárias para o Estado entre “(a) as atividades exclusivas do Estado; (b) os serviços sociais e científicos do Estado; e (c) a produção de bens e serviços para o mercado” (BRESSER-PEREIRA, 1998, p. 63). Serviços como faxina, segurança e manutenção são terceirizados mesmo nas instituições consideradas “exclusivas do Estado”. A terceirização é colocada, portanto, como fator importante na reforma do Estado conduzida, em grande parte, pelo governo FHC.

No decorrer de seu mandato, articulado à reforma do Estado, o processo de reestruturação produtiva foi ampliado no parque industrial e setor de serviços, notadamente nas montadoras e bancos. De acordo com Ricardo Antunes (2011, p.127), os “programas de qualidade total e dos sistemas *just-in-time* e *kanban*”⁵ e o “Programa de Participação nos Lucros e Resultados”⁶ na indústria e nas “novas políticas gerenciais”⁷ e terceirização nos bancos são exemplos de que a flexibilização dos contratos de trabalho, no país, se ampliou para além do Estado e se estabeleceu como um movimento na sociedade.

Durante o período, a aplicação da agenda neoliberal se consolidou no Brasil por meio de seus preceitos de enxugamento de setores importantes do capital privado e do Estado. A dilapidação da antiga organização nas empresas e na máquina estatal, incluindo o incremento da terceirização/privatização, teve como uma das principais resultantes a ampliação do desemprego e a precarização do trabalho no país. Sendo assim, o impacto da aplicação da agenda neoliberal sobre a classe trabalhadora significou a deterioração das condições (historicamente difíceis)

⁵ *Just-in-time* e *Kanban* são formas organizativas características do toyotismo. Resumidamente, a primeira pressupõe zerar o estoque e a armazenagem, o parque industrial trabalha sob demanda e se modifica de acordo com ela. O segundo é um sistema de sinais que modelam o ritmo de produção no interior da fábrica. (ANTUNES, 2011)

⁶ Uma forma de “introdução de ganhos salariais vinculados à lucratividade e à produtividade” (ANTUNES, 2011, p.127).

⁷ No mesmo sentido das montadoras, flexibilizando o salário por meio de programas de “qualidade total” e premiações por metas (ANTUNES, 2011, p.127).

de trabalho e vida.

2.2 A façanha petista: social-liberalismo?

Em linhas gerais, a transformação das ideias neoliberais em agenda de governo levou o país a uma situação insustentável. Naquele momento, diversos fatores sociais, econômicos e políticos compuseram uma profunda crise. Destacamos que a reforma do Estado, a reestruturação produtiva no setor privado e a financeirização crescente da economia tiveram como principal consequência o aumento do desemprego, da violência e da precarização/informalidade. O acúmulo de desgaste político para os arautos do neoliberalismo levou os tucanos ao fracasso nas eleições presidenciais de 2002. A campanha presidencial do Partido dos Trabalhadores (PT) canalizou a insatisfação de amplos segmentos do eleitorado brasileiro, que escolheu Lula como favorito.

Sem a pretensão de esgotar a complexidade dos 13 anos de administração do PT, destacamos os movimentos de continuidade e ruptura em relação à aplicação da agenda neoliberal no país. Dentre outros fatores, ganha relevo a forma ímpar dos governos petistas em imbricar políticas alinhadas ao sistema financeiro internacional e políticas públicas de distribuição de renda e reparação social ao longo dos anos. De acordo com Ricardo Antunes (2018), o governo petista realizou uma façanha ao inventar uma versão abrandada do neoliberalismo, ou um viés social (espécie de social-liberalismo), porém não foi engenhoso o suficiente para dilapidar a hegemonia do capital na sociedade:

O governo Lula, que poderia ter iniciado o desmonte efetivo do neoliberalismo no Brasil, acabou se tornando, a princípio, seu prisioneiro e, depois, seu lépido agente, ainda que sob a forma do social-liberalismo, incapaz de principiar a desestruturação dos pilares da dominação burguesa (ANTUNES, 2018, p.225).

Para além de uma simples peça de propaganda, a Carta aos Brasileiros norteou o novo pacto social operado pelo PT através da forte liderança de Lula no país. A missiva significou muito mais do que um aceno ao mercado financeiro, como propaganda eleitoral. Ao contrário, foi a expressão de um processo que deu continuidade a pontos importantes para o capital financeiro, recolocando o Estado como condutor da economia e mediador de conflitos sociais, dentro dos limites de uma perspectiva neoliberal e financeirizada.

No que se refere ao conteúdo, a epístola continha a promessa de repactuação entre a sociedade e o Estado, visando à superação da grave crise gerada pela implantação do neoliberalismo no país. A mensagem destaca reiteradamente que Lula não desrespeitaria os contratos e políticas do capital financeiro, consideradas como “obrigações do país”.

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. **Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país.** As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo e de clamor popular pela sua superação (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2002, grifos nossos).

Sumariamente, os governos do PT readequaram o papel do Estado brasileiro no jogo capitalista nacional e internacional nos marcos do neoliberalismo, cumprindo, assim, a principal promessa da carta, quer seja, o respeito aos contratos do sistema financeiro, garantindo a rentabilidade por meio de um renovado acordo entre as classes sociais. Conforme analisamos na dissertação “Jornadas do trabalho rebelado: apontamentos para uma análise de classes das manifestações de junho de 2013” para o título de mestre em Sociologia (PPGS-UFF), em 2015:

A Carta aos Brasileiros mostrou, portanto, que o **Estado voltaria a operar, dentro de limites possíveis, no sistema financeirizado, como mediador de conflitos entre trabalho e capital e agente indutor de desenvolvimento.** A “desertificação neoliberal” (2005), no Brasil, naquele momento, criou um terreno favorável para que o pacto se realizasse através das eleições (CAETANO, 2015, p. 67, grifos nossos).

No que se refere à concretização do novo contrato social, o passo inicial foi dado ainda no primeiro ano de mandato: a primeira grande vitória do governo Lula, no Congresso Nacional, a reforma da previdência. A desregulamentação da previdência social do funcionalismo público compunha ponto relevante da agenda neoliberal e foi garantia de que os preceitos da Carta aos Brasileiros seriam seguidos. O principal alvo da reforma aprovada era a aposentadoria do servidor público, em consonância com os preceitos da reforma do Estado preconizados por Bresser-Pereira (1998). Dentre as mudanças significativas da reforma destacamos: a contribuição de inativos, a fixação de idade mínima e o teto para aposentadoria. Ademais, a punição de parlamentares contrários ao projeto com a expulsão das

fileiras do Partido dos Trabalhadores⁸ foi a confirmação política de que Lula cumpriria o acordo prescrito na carta.

Em conformidade com Ruy Braga (2012), a Carta ao Brasileiros, afiançada pela votação da reforma da previdência, foi articulada por ex-sindicalistas, notadamente bancários paulistas promovidos a operadores de fundos de pensão e salários. A conversão de militantes em operadores de fundos de investimentos, para o autor (2012), é fundamento da união entre o petismo e o mercado financeiro⁹.

É possível dizer que a cúpula dos bancários de São Paulo foi o principal meio de ligação da aliança afiançada por Lula da Silva entre a burocracia sindical petista e o capital financeiro. Na verdade, o cimento desse pacto foram os setores da burocracia sindical que se transformaram em gestores dos fundos de pensão e dos fundos salariais. O Sindicato dos Bancários de São Paulo forneceu os quadros políticos para essa operação (BRAGA, 2012, p. 205).

Resumidamente, consoante com o autor, parte importante da direção dos militantes bancários petistas converteu-se em defensora vigorosa do “compromisso” com a “liquidez e rentabilidade dos ativos financeiros dos fundos” (BRAGA, 2021, p.206). Apesar das implicações práticas de fortalecimento da hegemonia do sistema financeiro mundializado no país, os volumes de capital advindos das operações serviriam, em tese, para a geração de “emprego e renda para os trabalhadores” e “seleção de investimentos ecologicamente sustentáveis”¹⁰. Na prática, os fundos de investimentos foram utilizados como ferramentas do sistema financeiro para a “oligopolização econômica” por meio de “fusões e aquisições de empresas” (BRAGA, 2012, p. 206). Ainda de acordo com o autor, esse processo tendeu a precarizar as relações de trabalho, enfraquecer o poder de negociação dos trabalhadores, intensificar “o ritmo de trabalho” e promover o “enxugamento dos setores administrativos das empresas” (BRAGA, 2012, p. 206).

Designadamente, ainda segundo Ruy Braga, a valorização dos investimentos

⁸ A senadora Heloísa Helena (AL) e os deputados federais Babá (PA), João Fontes (SE) e Luciana Genro (RS) se recusaram a apoiar a Reforma da Previdência. Após a sua expulsão, participaram da fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 6 de julho de 2004. (PSOL, 2015)

⁹ Para Braga (2012), o transformismo, conceito de Antonio Gramsci, experienciado pelo Partido dos Trabalhadores, configurou-se também com a conversão de militantes em rentistas, empresários, fazendeiros etc.

¹⁰ A construção da Usina Belo Monte é um exemplo de que, na prática, a sustentabilidade nem sempre foi preservada. (EXAME, 2021)

advindos de fundos de pensão possibilitou “financiar o ciclo de fusões e aquisições de empresas, além de reforçar os investimentos no setor de produção de energia” (BRAGA, 2012, p. 207). Sendo assim, os volumosos valores das aposentadorias dos trabalhadores brasileiros, administrados pelos gestores ex-sindicalistas, foram fulcrais para financiar “os quatro motores da acumulação: bancos, mineração, petróleo e agronegócios” (BRAGA, 2012, p. 207). Apesar das mudanças que se seguiram, de certa forma, a relação de proximidade entre ex-sindicalistas bancários e operadores de fundos de pensão possibilitou a manutenção dos preceitos contidos na Carta aos Brasileiros até o final da chamada era petista.

Se, por um lado, a primeira vitória no Congresso aprofundou o compromisso com o capital financeiro de respeitar os marcos do neoliberalismo, por outro, trouxe também denúncias de compras de votos de parlamentares a favor do governo. Em concordância com Ricardo Antunes (2018), nos anos de 2005 e 2006, o governo Lula foi atingido por um escândalo de corrupção que alterou os rumos da sua política. Conhecidas como “o Mensalão”, nome amplamente divulgado pela imprensa, as denúncias feitas pelo ex-deputado federal Roberto Jefferson¹¹ versavam sobre uma mesada paga à base fiel à pauta do governo no Congresso nacional. De acordo com o ex-deputado, o esquema teria sido utilizado na compra de votos para aprovar a reforma da previdência. Ainda que as denúncias salvaguardassem a figura do presidente¹², atingiram em cheio a sua articulação no Congresso, notadamente figuras importantes do partido, como José Dirceu. O escândalo desacelerou (não interrompeu) a tendência de crescimento que o Partido dos Trabalhadores vinha experienciando desde a vitória nas eleições presidenciais, causando certo impacto na imagem do governo e do partido pela campanha sistemática da imprensa em relação às denúncias.

A resposta do PT foi uma inflexão nas políticas do governo, voltando-se aos segmentos mais pauperizados da sociedade. Lula e seu partido apostaram em conquistar parcelas do eleitorado que esperavam pela ajuda dos governantes para

¹¹ Roberto Jefferson, atualmente presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), aliado de Lula até então, ao ser acusado de participação em esquema de corrupção dos Correios, acabou por se sentir abandonado pelo governo e denunciou o esquema de “mensalão do PT” em seu controverso depoimento na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios. (INFOMONEY, 2005)

¹² A distribuição da “mesada” teria sido interrompida quando Lula descobriu o que ocorria. (INFOMONEY, 2005)

sair de uma situação de desalento. Nesse sentido, após o mensalão, se estabeleceu uma concomitância entre a aplicação da agenda neoliberal e de uma política econômica de tonalidade neodesenvolvimentista. Ainda em conformidade com Ricardo Antunes:

Desse modo, seu governo (Lula) fechou as duas pontas da tragédia social no Brasil: remunerou de forma exemplar as diversas frações do capital (em especial o financeiro, mas também o industrial e aquele vinculado ao agronegócio) e, no extremo oposto da pirâmide social em que encontramos os setores mais “desorganizados” e “empobrecidos” da população brasileira – que dependem do Estado para sobreviver -, implementou uma política social assistencialista, associada a uma pequena valorização do salário mínimo. É decisivo acrescentar, contudo, que tais medidas não confrontaram nenhum dos pilares estruturantes da desigual sociedade brasileira, na qual a riqueza também continuou se ampliando significativamente (ANTUNES, 2018, p. 223).

Os Planos de Aceleração do Crescimento (PAC)¹³ e os programas de distribuição de renda¹⁴, por exemplo, de certa forma, recolocaram o papel do Estado na economia sem que significasse alterar as bases históricas da acumulação de riquezas. Manteve-se, nesse sentido, a preponderância do latifúndio e da produção de matéria prima para exportação (*Commodities*), assim como, em boa parte do tempo, ampliou-se o poder do mercado financeiro mundializado, inclusive nas políticas públicas de distribuição de renda e crédito. Sendo assim, o cumprimento dos compromissos com o sistema financeiro, imerso na lógica neoliberal mundializada, imbricava-se com a adoção de políticas públicas de distribuição de renda, valorização do salário mínimo, abertura de diversas frentes de trabalho¹⁵ e facilitação de crédito. Os resultados mais imediatos foram a ampliação da

¹³ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), composto de obras de infraestrutura em todo o país nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos, trazia também desonerações tributárias e incentivos fiscais ao setor privado. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2007)

¹⁴ O segundo mandato de Lula foi marcado pela engenhosidade petista em conciliar interesses, notadamente das partes mais antagônicas da dinâmica capitalista contemporânea. A criação do Bolsa Família é o exemplo mais célebre. O programa “visava minimizar os níveis de miserabilidade de milhões de trabalhadores e trabalhadoras” (ANTUNES, 2018, p. 228), principalmente nos grotões do norte e nordeste do país.

¹⁵ A maioria das vagas criadas tem baixa remuneração, com acentuada rotatividade, apontado para flexibilização de direitos. De fato, de acordo com Pochmann (2012, p.20), observamos que, na primeira década dos anos 2000, 65% das vagas criadas pagavam até 1,5 salários mínimos, e as demais remunerações “reduziram sua posição relativa”, por via de consequência. Além disso, uma reconfiguração importante operou-se no trabalho: um aumento no grau de escolaridade. A valorização relativa do valor nominal e real do salário mínimo, a inserção cada vez maior das mulheres, dos adultos entre 30 e 39 anos, com exigência de escolaridade mínima ensino médio completo são características da reconfiguração do trabalho no Brasil realizada na era PT.

capacidade de consumo de amplos setores da classe trabalhadora, a melhora objetiva nas condições de vida da população em geral e o escoamento de excedentes para o mercado, de forma a ampliar os lucros tanto do sistema financeiro como do capital em geral.

Apesar de toda a campanha de criminalização do PT por parte da grande imprensa, após o mensalão, o partido sai fortalecido e inaugura um novo ciclo de crescimento. O final do primeiro mandato de Lula é marcado, então, por um redirecionamento político em prol da redução da miséria e das desigualdades sociais, gradualmente ampliando o poder intervencionista do Estado, por exemplo, em projetos de infraestrutura e urbanização que não só geraram milhares de empregos na construção civil e áreas afiliadas, como também funcionaram como expediente de escoamento do excedente de capital, vindo do sistema financeiro internacional. O capital (financeiro) e o trabalho (precário) pareciam felizes com o governo e apesar das tentativas do PSDB pela direita, e do PSOL/PSTU à esquerda, Lula se reelegeu com amplo apoio popular e o PT nacionalizou sua influência, popularizando seus simpatizantes (CAETANO, 2015, p. 80).

Resumidamente, a redução da miséria, a criação de empregos e a valorização do salário mínimo aumentaram o consumo interno do país, possibilitando um ciclo de crescimento com mais geração e realização de valor. O aumento dos lucros dos proprietários de meios de produção e de circulação de mercadorias — por meio de diferentes mecanismos — e os lucros exorbitantes dos bancos garantiram tranquilidade para que o capital aceitasse as mudanças sociais. Tais políticas compuseram um quadro de melhora geral em que, durante alguns anos, o país apresentou indicadores positivos, especialmente em termos sociais e econômicos. Conforme já assinalado, no ano de 2008, a crise financeira mundial¹⁶ pareceu não afetar de forma significativa a economia do país. Os altos níveis de aprovação de Lula, no final do segundo mandato, apontavam para uma vitória da política preconizada pela Carta aos Brasileiros. A eleição da sucessora de Lula anunciava que a façanha petista, o neoliberalismo brando ou social-liberalismo, havia prevalecido.

Assim, os governos do PT promoveram políticas públicas, entendidas como

¹⁶ Conforme assinalado no capítulo anterior, naquele ano, houve um acentuado abalo na economia dos EUA com a falência do sistema hipotecário daquele país. Rapidamente, o pânico se instaurou no sistema financeiro e com celeridade derrubou as bolsas de valores de todo o mundo, afetando negativamente a economia dos EUA, União Europeia e Japão. Um fator importante que explica por que a crise não atingiu o Brasil da mesma forma é a ampliação das parcerias comerciais com a China, país que também não foi afetado de forma relevante pelo *crash* da bolsa de Nova Iorque num primeiro momento.

distribuição de renda¹⁷, mas também valorização do salário mínimo e acentuada diminuição do desemprego, com a abertura de diversas frentes de trabalho. De acordo com os dados do Relatório Anual de Informação do Ministério do Trabalho e Emprego (RAI/MTE) (BRASIL, 2012), de 2003 a 2012 foram criados cerca de 18 milhões de empregos formais no país. O auge desse processo, ainda de acordo com os dados, aconteceu no ano das eleições presidenciais de 2010, com a geração de quase 3 milhões de postos.

Para Márcio Pochmann (2012, p. 9), a partir de 2004, a ampliação de postos de trabalho, articulada às políticas públicas de transferência de renda no país, modificaram a estrutura do trabalho. Um ponto forte nas transformações vivenciadas pelos trabalhadores brasileiros naquela década, ainda de acordo com Pochmann (2012), foi o aumento da participação salarial. Em outros termos, o trabalho assalariado ganhou força na participação na renda total gerada como expressão do aumento do número de vagas de empregos formais, valorização dos salários e ampliação da capacidade de consumo de amplos setores da população.

O aumento da participação dos salários na renda nacional por um lado, e a leve queda da renda de propriedade por outro, para Pochmann (2012, p.10) “encontra[m]-se diretamente influenciada[s] pelo impacto na estrutura produtiva, provocado pelo retorno do crescimento econômico” e articulados com a ampliação do setor de serviços. Ainda de acordo com o referido autor: “O fortalecimento do mercado de trabalho resultou fundamentalmente na expansão do setor de serviços, o que significou a difusão de nove em cada grupo de dez novas ocupações com remuneração de até 1,5 salários mínimos [...]” (POCHMANN, 2012, p.10).

Vale destacar que a ampliação do crédito nas cidades, embora tenha garantido o deslocamento de excedentes de capital por um lado, e a ampliação do consumo por outro, aprofundou o endividamento das famílias de trabalhadores. Em

¹⁷ O Programa Bolsa família foi instituído no ano de 2004 como um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. Integra o Plano Brasil Sem Miséria, que tem como foco de atuação os milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 77 mensais, e baseia-se na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. Possui três eixos principais: a transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. O saque é feito com cartão magnético, emitido preferencialmente em nome da mulher. O valor repassado depende do tamanho da família, da idade dos seus membros e da sua renda. Há benefícios específicos para famílias com crianças, jovens até 17 anos, gestantes e mães que amamentam (BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO, [s.d.]).

2009, a dívida consumia em torno de 32% do orçamento anual das famílias, sendo que grande parte dessa dívida tinha relação com o crédito imobiliário. Como esse processo estava articulado a uma relativa valorização do salário mínimo, até o final do governo Lula, as famílias conviviam com essas dívidas e conseguiam quitá-las, não sem grandes esforços, mas a inadimplência não era motivo de preocupação.

Dessa forma, os compromissos históricos defendidos pelo Partido dos Trabalhadores permaneceram preteridos. Nesse aspecto, a Reforma Agrária, por exemplo, não foi efetivamente realizada, ganhando ênfase no agronegócio. Ainda no primeiro mandato de Lula, a então ministra do Meio Ambiente — Marina Silva —, sancionou a “lei dos transgênicos”, ampliando o poder de transnacionais no meio rural brasileiro, a exemplo da Monsanto. O poder da bancada ruralista foi ampliado e suas relações com o governo foram aos poucos sendo estreitadas. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foi chamado para negociar, não abandonou a causa pela reforma agrária, mas se pôs em compasso de espera.

Na outra ponta da estrutura de classes brasileira, observou-se o aumento dos lucros dos proprietários de meios de produção e de circulação de mercadorias, e os compromissos assumidos com o sistema financeiro internacional foram mantidos. De acordo com o DIEESE (2013), a soma total dos ativos do capital financeiro, no Brasil, em 2013, teve uma ampliação de 11,6% em relação ao período anterior. Apesar de os lucros globais terem se ampliado, foram demitidos cerca de 7 mil trabalhadores bancários — ainda segundo dados do DIEESE (2013). A continuidade da precarização do trabalho, em especial, por meio da flexibilização dos direitos trabalhistas, da terceirização, o apoio às atividades da indústria da mineração e do petróleo, do agronegócio, das obras para os megaeventos e os investimentos no setor imobiliário, dentre outras ações, inclusive por meio de parcerias público-privadas, possibilitaram a ampliação dos lucros no país.

2.3 Dilma e as Jornadas de Junho: acabou o amor

Apesar das tentativas do PSDB, as eleições de 2010 reafirmaram a opção do eleitorado por uma versão mais amena do neoliberalismo na roupagem petista. Dilma Rousseff (PT), ex-chefe da Casa Civil de Lula¹⁸, ganhou a presidência, no

¹⁸ Dilma ganhou notoriedade por sua atuação como operadora do PAC. Ex-militante do grupo Colina

segundo turno, com 56,05% dos votos válidos, contra 43,65% do tucano José Serra. A decisão por ser Dilma à sucessora de Lula, de acordo com Ricardo Antunes (2018, p. 230), foi “monocrática (ainda que tomada com muita simpatia e envolvimento, mas sem aceitar nenhuma contestação)”. Ainda de acordo com Antunes (2018, p. 230), o ex-presidente tinha uma expectativa de que o novo governo não iria questionar a “*intocável hegemonia de Lula* (e do lulismo) dentro do PT”. Os primeiros anos do mandato de Dilma foram marcados pelo avanço da agenda social-liberal, apelidada de “neodesenvolvimentista”.

Em suas diretrizes econômicas mais gerais, Dilma manteve basicamente o receituário do segundo mandato de Lula: crescimento econômico com ênfase na expansão do mercado interno; incentivo à produção de *commodities* para exportação (favorecendo especialmente o capital vinculado ao agronegócio); redução de tributos que beneficiou os grandes capitais (industrial, construção civil etc.), mantendo uma política financeira preservadora — em grande parte de seu governo — dos juros altos, procurando garantir o apoio do sistema financeiro. Somente em alguns poucos momentos, quando as repercussões da crise internacional começaram a se intensificar no Brasil é que o governo Dilma ensaiou uma política de redução de juros; o enorme descontentamento que encontrou no mundo financeiro fez com que voltasse rapidamente para a política de juros altos (ANTUNES, 2018, p. 231).

Em 2012, teve início o esgotamento do caminho tomado pelo PT para a garantia do pacto, em especial para os trabalhadores. O aumento significativo no custo de vida e um decréscimo na valorização do salário mínimo pressionaram para baixo o conjunto dos salários. No período até 2014, observou-se uma queda significativa do crescimento econômico real *per capita* em relação ao do governo Lula.

Imbricada, então, a esse decréscimo da valorização do salário-mínimo, a queda do crescimento econômico real *per capita*, observa-se o aumento da cesta básica¹⁹ e do custo de vida em geral no governo Dilma. No mesmo contexto, a baixa qualidade dos serviços públicos, com um sucateamento cada vez maior da saúde e da educação, inicia, no período, em nosso entendimento, um desgaste do pacto

(Comando de Libertação Nacional), foi combatente contra a ditadura civil-militar e presa política durante os anos de chumbo. Dilma não havia sido eleita para nenhum cargo anteriormente e seu perfil técnico foi mote de campanha. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2011)

¹⁹ Segundo o DIEESE (2015), em “2012,2 os preços da cesta básica apresentaram alta em todas as 17 capitais onde houve “mensalmente, durante todo o ano, a Pesquisa Nacional da Cesta Básica”. Ainda de acordo com os dados apresentados, no Rio de Janeiro a alta foi de 7,20%, e em São Paulo - onde se registrou a maior alta do país - foi de 9,96%. Até maio de 2013, o aumento do preço da cesta básica no Rio de Janeiro foi de 14,04, e, em São Paulo, de 12,184%.

social de classes hegemônico pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

Por outro lado, a rotatividade da força de trabalho no emprego, que historicamente é alta no Brasil, teve continuidade: embora tenha sofrido um leve declínio em 2009, voltou a crescer em 2013. Até aquele ano, de acordo com dados do DIEESE, a média de incremento de carteiras assinadas correspondia a um (01) milhão e oitocentos mil, denotando alta rotatividade na criação de novos postos.

De acordo com o relatório “Números da Rotatividade no Brasil” do DIEESE (2015, s.p):

No mercado de trabalho celetista a taxa de rotatividade global chegou a 63,7%, em 2013, e a taxa de rotatividade descontada, após a exclusão dos motivos ligados aos trabalhadores, foi de 43,4% no mesmo ano. A trajetória da taxa de rotatividade celetista no período recente mostra que, após um pequeno arrefecimento, em 2009, tanto da taxa global quanto da taxa descontada, em função dos efeitos da crise internacional, voltaram a subir, a partir de 2010, apresentando ordem de grandeza de aproximadamente 64% para a global, e próxima a 43% para a taxa descontada.

Dentre outros elementos, a degradação das condições materiais dos trabalhadores no governo Dilma tem relação com a chegada da crise financeira mundial²⁰ nos países aliados. Conforme analisamos, inicialmente o impacto da crise não chegou ao Brasil muito em razão da diplomacia brasileira com a China e com a Índia. Ao contrário, os investidores em fuga dos países da tríade buscavam os países dos BRICS²¹ para escoamento de capitais. Importa ressaltar que, nos últimos 30 anos, a urbanização e a industrialização da China e da Índia são importantes para o fluxo de excedentes e meio de concentração de renda em termos mundiais. De acordo com David Harvey:

Mais de cem cidades passaram da marca de 1 milhão de habitantes nos últimos 20 anos e pequenas aldeias, como Shenzhen, tornaram-se grandes metrópoles com 6 a 10 milhões de pessoas. A industrialização, a princípio concentrada nas zonas econômicas especiais, rapidamente se difundiu para qualquer município disposto a absorver o excedente de capital do exterior e reinvestir os lucros numa rápida expansão. Vastos projetos de infraestrutura, como barragens e estradas – **mais uma vez, tudo financiado pela dívida** - transformaram a paisagem (HARVEY, 2011, p. 141, grifos nossos).

Em 2012, a desaceleração da economia chinesa impactou fortemente o país. O preço da manutenção dos compromissos neoliberais de austeridade e

²⁰ Conforme já mencionado, desencadeada entre 2008 e 2009, de acordo com François Chesnais, ocorreu uma nova crise, cujas proporções são mais graves, talvez, que a de 1929 (CHESNAIS, 2008).

²¹ Bloco Econômico formado por Brasil, Rússia, Índia e China no ano de 2014 (IPEA, 2014).

financeirização da economia foi cobrado. Os mecanismos geradores das crises no capitalismo, o desenrolar delas do ponto de vista da acumulação de capital, bem como as consequências para a classe trabalhadora são eixos fundamentais para o entendimento da ampliação do desemprego e da precariedade do trabalho naquele momento, no mundo e também no Brasil. Assim, a crise do capital, no período, trouxe a reversão da tendência de crescimento e, paulatinamente, ao longo dos anos, incidiu e foi deteriorando a vida material dos trabalhadores, estabelecendo uma relação de causalidade com os processos históricos que abalaram o poder dos governos petistas a partir de junho de 2013.

Ou seja, a aceitação do pacto social de classes construído pelo PT, marcado pelo apassivamento dos sindicatos, da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e outros importantes movimentos, como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), por exemplo, no período que antecedeu as chamadas Jornadas de Junho, passou a esbarrar na condição fundamental da dominação do capital, cujas marcas são a exploração intensa e precária do trabalho, balizada pela alta rotatividade e, a partir daí, pelo quadro econômico-social regressivo.

Por essa razão, dentre outros fatores, ainda em 2012, conforme aponta Ruy Braga (2013)²², há um pico de greves que se tornou histórico²³. Para o autor (2013), esse processo é expressão da insatisfação de trabalhadores descontentes com os efeitos do ajuste fiscal, operado pelo Ministro da Fazenda de Dilma, o banqueiro Joaquim Levy. Ruy Braga (2013) percebe um aumento da ebulição social entre as classes subalternas a partir do ano de 2010, notadamente no setor de telemarketing e na indústria brasileira, com um constante aumento nas greves. Pelos estudos que realizamos na dissertação de mestrado²⁴, podemos afirmar que as Jornadas de Junho de 2013 foram ponto de virada rumo ao esgotamento da política de reformas passivas e graduais aplicadas pelo PT, no sentido de conter os conflitos entre as classes antagônicas na sociedade brasileira. No entanto, o descontentamento era

²² Ruy Braga analisa as manifestações de junho. Debate promovido por Nabil Bonduki no espaço "Casa da Cidade" (TV BOITEMPO, 2013).

²³ O número total ficou abaixo apenas do ano de 1989, quando da primeira eleição direta para presidente, após a ditadura empresarial militar e o ano de 1990, momento chave da imposição neoliberal, no Brasil, ainda sob o governo de Collor de Mello, de acordo com Braga (2013).

²⁴ "Jornadas do trabalho rebelado: apontamentos para uma análise de classes das manifestações de junho de 2013" (PPGS-UFF, 2015).

anterior.

A partir de meados dos anos 2000, registramos o aumento da atividade grevista na indústria paulistana de *call center*. Após 2010, o ritmo da mobilização acelerou ao ponto dos teleoperadores se destacarem nas greves nacionais bancárias. Os aumentos reais do salário-mínimo e a oferta de crédito consignado já não eram mais suficientes para conter a insatisfação social. Tornaram-se parte de uma avassaladora onda reivindicativa em escala nacional (BRAGA. 2013, p. 81).

Grande parte dos manifestantes que foi para as ruas em 2013, por exemplo, era assalariada e com baixos rendimentos familiares mensais, o que, para Ruy Braga (2013), aponta para a presença massiva do precariado nas manifestações. A pauta (transporte, saúde, educação e segurança) cativou aqueles que estão submetidos a trabalhos precários, que buscam os serviços públicos sucateados, enfrentam deslocamentos em transportes coletivos caros para trabalhar e ainda tendo que lidar com a repressão policial cotidiana em seus locais de moradia. Ainda de acordo com Braga (2013, p. 82): “Estamos diante de um autêntico processo de mobilização do proletariado precarizado em defesa tanto de seus direitos à saúde e à educação públicas e de qualidade quanto pela ampliação de seu direito à cidade”.

Destacamos que havia um processo mundial de descontentamento difuso, mobilizado em redes virtuais e reais de solidariedade e compartilhamento de indignação. Quando um contingente massivo foi para as ruas no Brasil, havia também a inspiração de movimentos como a Primavera Árabe, movimentos *Occupy* e as manifestações na Turquia. Dentre outros elementos, os protestos de 2013 tiveram impressionante capilaridade²⁵, um certo ineditismo entre a articulação redes sociais/manifestação de rua e a capacidade de mobilizar redes de solidariedade entre jovens trabalhadores, em sua maioria, questionando os fundamentos do ideário neoliberal. Observa-se também a segunda característica comum entre as revoltas na atualidade, colocada por Wallerstein (2013), qual seja a curta temporalidade. As manifestações não se sustentaram por muito tempo, dentre outros elementos, em função da brutal repressão policial e cansaço dos militantes em razão das demandas geradas pelos protestos na vida cotidiana deles. Mas o autor (2013) não considera esse arrefecimento, necessariamente, uma derrota do movimento.

De acordo com Giovanni Alves (2013), a maioria desses jovens trabalhadores, com média e alta escolaridade, baixa renda familiar mensal e situação de vida

²⁵ Foram registradas manifestações em mais de 388 cidades, nos dias que se seguiram as Jornadas de Junho. (PPGS-UFF, 2015)

precária, ansiava por ascensão social e ampliação do consumo e se depararam constantemente com o derretimento de seus sonhos. O cotidiano massacrante, tanto no trabalho quanto fora dele, lhes nega a concretização da ascensão, seja através da alta rotatividade no trabalho, na dificuldade de permanência na universidade ou, ainda, com um revés econômico nacional. Trata-se de uma característica relevante dessa fração da classe trabalhadora que foi às ruas em 2013 a contradição entre o que se quer individualmente empreender e o que se perde coletivamente enquanto classe. Fonte de constante ebulição, a inquietação gerada por esse contraste levou muitos às ruas com forte indignação.

Isto é, embora cultivem aspirações fetichistas de consumo e adotem o individualismo competitivo próprio do *ethos* burguês, estão profundamente imersos na condição de proletariado. Por isso, o sentimento moral imediato de parcelas amplas do precariado é a indignação (ALVES, 2013, s.p).

Ainda em conformidade com o referido autor (2013), a condição contraditória própria do precariado aponta para dois tipos de indignação: a menos politizada e mais consumista, propícia a aderir ao discurso dos “*mass media*”, que manipula a indignação de acordo com seus interesses, geralmente fortalecendo o moralismo burguês, a direita e também o fascismo; a mais politizada, que rejeita o discurso da grande imprensa e dos apelos ao consumo, encontrando na esquerda radical sua forma de indignação.

O “caráter dual da alma do precariado”, conforme aponta Alves (2013), possibilitou a captação subjetiva do movimento, com entrada da classe média e da aceitação de seu pensamento pelo “*mass media*” nos segundo e terceiro momentos das Jornadas de Junho. Importa também levar em consideração a caracterização daqueles que participavam das manifestações. Em todas as pesquisas, a rede social *Facebook* aparece como o lugar privilegiado para obter informações e mobilizar as pessoas para os atos, corroborando as análises de Castells (2012).

Outro fato que merece destaque é que a maioria dos manifestantes compareceu aos atos em grupos de amigos. Quanto à experiência de participação em manifestações anteriormente, observa-se diferenças entre as pesquisas²⁶. Nas

²⁶ A **pesquisa Ibope** foi feita nas capitais de sete estados (SP, RJ, MG, RS, PE, CE, BA) e em Brasília na quinta-feira, dia 20. Foram entrevistados 2002 manifestantes com 14 anos ou mais, com margem de erro de 2 pontos percentuais para mais ou para menos. Disponível em <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 10 abr. 2023.

sete capitais e em Brasília, 54% já haviam participado de manifestações antes de junho de 2013, e 43% participavam pela primeira vez. De forma mais detalhada: em Belo Horizonte, 60% já haviam participado de manifestações, sendo grande parte pertencente à juventude trabalhadora com nível médio e superior incompleto. No Rio de Janeiro, 34% haviam participado entre duas e três manifestações, 18% haviam participado em mais de 11 atos de rua, somando, então, 52%, e 30% foi pela primeira vez. Quanto à organização política e sindical, em Belo Horizonte, 78% não se sentiam representados por nenhum partido, e 9,3% se identificavam com o PT. Na pesquisa realizada em sete capitais e Brasília, 89% não se sentiam representados por nenhum partido, e 86% não eram filiados a um sindicato. Em São Paulo, 97% não tinham filiação partidária. A pesquisa realizada no Rio de Janeiro não apresentou resultados quanto à organização partidária e/ou sindical.

Esses dados podem ser analisados, dentre outras possibilidades, na perspectiva de que uma maioria significativa dos participantes das manifestações era inexperiente e desorganizada no que se refere à política (no sistema representativo brasileiro) e classe (no âmbito sindical). Por ser inserido no escopo da esquerda, o PT poderia ter construído possibilidades concretas de emancipação da classe trabalhadora em nosso país. No entanto, a materialização do transformismo acabou por reforçar os mecanismos políticos de exclusão histórica dos pobres, mantendo-os afastados das decisões sobre os destinos da sociedade brasileira e desorganizando politicamente os trabalhadores (MARCONSIN, 2009).

2.4 Nova direita surfando a tsunami reacionária: o Fora Dilma

A retomada das lutas sociais a partir de 2012 não significou a criação e recriação de práticas de auto-organização e emancipação da classe trabalhadora de forma duradoura. O potencial criativo surgido nas Jornadas de Junho, por exemplo,

A **Innovare Pesquisa** de Mercado e Opinião realizou uma pesquisa com manifestantes em Belo Horizonte, no dia 22 de junho de 2013, com concentração na Praça Sete. Foram realizadas 409 entrevistas, com um questionário de 5 minutos de duração. A margem de erro é de 5% para mais ou para menos. Disponível em <http://www.innovarepesquisa.com.br/blog/quem-e-e-o-que-pensa-o-manifestante-de-belo-horizonte/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

No levantamento do **DataFolha** foram realizadas 766 entrevistas com margem de erro máxima de 4 pontos percentuais para mais ou para menos, considerando um nível de confiança de 95%. Isto significa que se fossem realizados 100 levantamentos com a mesma metodologia, em 95 os resultados estariam dentro da margem de erro prevista. Disponível em <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297654-largo-da-batata-reuniu-75-mil-a-maioria-novatos-na-onda-de-protestos.shtml>, acesso em: 10 abr. 2023.

foi efetivamente desmontado em relativamente pouco tempo. A violência policial contra manifestantes criminalizando lutadores em processos kafkianos e a campanha sistemática contra os *black-blocs* são elementos do desmonte desse potencial criativo. O esvaziamento das ruas também foi operado pela divisão entre vândalos e pacíficos e a perseguição aos militantes de partidos de esquerda presentes nos próprios atos. A contrarrevolução que se seguiu ao refluxo das manifestações de 2013 impôs importante derrota para as amplas camadas populares. Um verdadeiro tsunami reacionário varreu o país e serviu de caldo cultural para o empoderamento de agrupamentos ultradireitistas (fascistas, monarquistas e até mesmo nazistas) e para o desmonte dos direitos trabalhistas e de diversas garantias sociais.

Sinteticamente, para além da captura da subjetividade da população em geral e dos trabalhadores, em particular, operada de forma intensa pela grande imprensa para frear os progressistas em 2013, as esquerdas também não conseguiram dar respostas efetivas e a longo prazo para os descontentamentos que transbordaram nas manifestações, tornando possível essa virada de chave conjuntural. O PT havia se configurado no partido da ordem, e os agrupamentos não-governamentais foram incapazes de se colocar como alternativa organizativa para amplas camadas daqueles que compunham as manifestações de 2013. No “Fora Dilma”, cujo 15 de março de 2015 teve um marco, podemos observar que o capital — por meio de suas diferentes formas de comunicação — conseguiu capitalizar sozinho a insatisfação e levar suas pautas reacionárias às ruas.

Dentre outros elementos, se compararmos os dois movimentos, mesmo que de forma resumida, observamos diferenças significativas tanto no que se refere à composição de classe dos movimentos quanto no que diz respeito às pautas de reivindicação. Além disso, restou evidente a saída das ruas de setores populares e progressistas para a entrada em cena de camadas mais abastadas e conservadoras.

Os dados de diversas pesquisas apontam para uma idade média dos manifestantes em 2013 de 28 anos, formando uma maioria de jovens e jovens adultos. De acordo com o Datafolha, em pesquisa realizada em São Paulo no dia 15 de março de 2015, os dados apontam para uma idade média de 40 anos. Há, portanto, uma diferença geracional relevante na composição etária das duas amostras. Há diferença também na faixa salarial: a maioria (68%) presente nas

manifestações “Fora Dilma”, na cidade de São Paulo, em 2015, ainda de acordo com os dados da amostra do Datafolha, tinha renda familiar mensal superior a cinco salários mínimos. Em termos do pertencimento de classe, em 2015 havia a presença de 14% de empresários, e 34% de assalariados formais; em 2013, cerca de 70% era composta por assalariados, e empresários não chegando a 1%. Em termos das pautas, as duas manifestações se distanciam também, pois, em 2013, a primeira motivação aos protestos era a redução da passagem, seguida pela melhoria nos serviços públicos (saúde/educação) e críticas à corrupção. Em 2015, a principal motivação dos participantes era a corrupção, seguido pelo “Fora Dilma” e “Fora PT”.

O perfil dos manifestantes nos atos de 15 de março de 2015, portanto, tem características bastante díspares do perfil dos manifestantes de dois anos antes. Nos atos “Fora Dilma” há uma ausência de pautas mais populares, relacionadas notadamente à questão da favela e às melhorias na saúde e na educação. Isso, articulado aos dados do perfil dos manifestantes sobre ocupação, renda e idade, aponta à possibilidade de que a maioria dos trabalhadores precarizados que compôs parte relevante das jornadas em 2013, em nosso entendimento, pode ter saído de cena nas manifestações orquestradas pela direita em 2015. A derrota tanto da esquerda quanto da pauta dos trabalhadores precarizados em 2013 é importante elemento, dentre outras determinações, para o entendimento da saída do PT do poder e a nova radicalização da agenda neoliberal no Brasil.

Assim, ao passo que os trabalhadores precarizados foram se retirando da cena política, a luta por transporte, saúde e educação foi sendo substituída pela revolta difusa contra partidos, sindicatos, políticos e a política em geral, a direita foi se fortalecendo nas ruas, na pauta antipetista, com apoio da grande imprensa. Fascistas e nazistas, antes envergonhados e clandestinos, passaram a atuar livremente nas ruas e nas redes, atacando Dilma e as esquerdas. Abriu-se o esgoto do reacionarismo brasileiro, e dele saíram toda sorte de misóginos, racistas, homofóbicos que se sentiram empoderados com as manifestações de 2015 e acolhidos pela chamada nova direita. A debacle petista acabou por se transformar numa verdadeira enxurrada de chorume ultraconservador e antipovo que, ao longo dos anos, devastou o país.

De acordo com o historiador Felipe Demier (2016),

[...] não haver uma semana sequer em que não assistimos estupefatos a algum vultuoso corte de verbas nas áreas sociais; a alguma barbaridade

cometida pelas degeneradas polícias militares; a alguma esdrúxula proposta antiminorias apresentada na Câmara dos Deputados; a alguma incitação ao ódio por parte de histriônicos líderes político-religiosos; a algum crime motivado por machismo, racismo, homofobia, transfobia e mesmo xenofobia contra haitianos; a algum linchamento de assaltante realizado por turbas animadas pelo vespertinos programas policiais [...] (DEMIER, 2016, p.11).

A nova direita soube usar a insatisfação com as condições materiais dos trabalhadores, com o derretimento da política petista articulada com o sentimento antipovo das elites, que naquele momento se reafirmava em ódio contra o PT, a presidenta Dilma e as esquerdas em geral. A operação Lava-jato, conduzida pelo juiz de primeira instância Sergio Moro, também é ferramenta importante de desgaste dos governos petistas e do desmonte da política como possibilidade de mobilização.

Não é nossa intenção abarcar toda a complexidade da queda de Dilma, no entanto, ressaltamos que o processo desencadeado pelas manifestações de 2015 abriu espaço para a consolidação de uma agenda conservadora e ultra neoliberal pelas mãos da nova direita no país. Em 2016, Dilma sofreu impedimento por meio de um golpe articulado pelo próprio vice-presidente, Michel Temer (Movimento Democrático Brasileiro - MDB). A política de alianças também cobrava seu preço, e Temer assumiu o executivo do país com o intuito de radicalizar a aplicação da agenda neoliberal no país.

2.5 Uma ponte para o abismo: a hecatombe neoliberal ou plano Temer

“Uma Ponte para o Futuro” (Plano Temer) foi o nome dado pela fundação Ulysses Guimarães, ligada ao PMDB, à proposta de radicalização da agenda neoliberal no Brasil, em 29 de outubro de 2015. Com o pretexto de preservar a economia brasileira, tal programa está inserido no contexto do impedimento da presidenta Dilma Rousseff (PT) e teve como meta radicalizar a agenda neoliberal, ampliando o vilipêndio do trabalho no país. Pautado no discurso de austeridade fiscal, se colocou como o plano de governo de Michel Temer para um intitulado ajuste fiscal severo. Em linhas gerais, propunha-se transferir massivamente volumes financeiros do Estado para a iniciativa privada, por meio de privatizações, concessões, mais flexibilização e terceirização. O documento fazia um suposto diagnóstico sobre o que considerava as causas do baixo crescimento econômico, do aumento da inflação e do desemprego: o descontrole nas contas públicas.

O Estado brasileiro vive uma severa crise fiscal, com déficits nominais de 6% do PIB em 2014 e de inéditos 9% em 2015, e uma despesa pública que cresce acima da renda nacional, resultando em uma trajetória de crescimento insustentável da dívida pública que se aproxima de 70% do PIB, e deve continuar a se elevar, a menos que reformas estruturais sejam feitas para conter o crescimento da despesa (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PMDB, 2016, p. 3).

O documento é uma convocação ao Congresso Nacional para ajustar o que é considerado distorção na Constituição Federal e na CLT que estaria aumentando o endividamento público. Ele normaliza que a única resolução seria cortar as despesas geradas pelas chamadas deformidades e excessos da Constituição. Ignorava, desta forma, o mecanismo sistêmico de crises capitalistas e a desaceleração da China e da Índia como fatores de degradação da condição econômica nacional. Dessa forma, o custo de não seguir à risca os mandamentos do Plano Temer seria o abismo do agravamento dos problemas: “Sem um ajuste de caráter permanente que sinalize um equilíbrio duradouro das contas públicas, a economia não vai retomar seu crescimento e a crise deve se agravar ainda mais” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PMDB, 2016, p. 5).

A mudança deveria ser política, encampada pelos parlamentares e na lei. Além das privatizações, importa ainda ressaltar que a hecatombe neoliberal do plano Temer consolidou mudanças que até hoje se fazem sentir na piora das condições de vida dos trabalhadores brasileiros. Dentre outras, destacamos: a redução do alcance de programas de redistribuição de renda, a mudança constitucional para desinvestimento das áreas sociais como saúde, educação, cultura e ciência e tecnologia (o chamado teto dos gastos) — Emenda Constitucional 95 —, e desregulamentação da gestão pública sobre o refino e manejo de petróleo. Notadamente, a radicalização do ideário neoliberal como fundamento da agenda apresentada pelo documento “Uma Ponte para o Futuro” apontou para a flexibilização da CLT, por meio de mudanças na legislação trabalhista que solaparam a tutela do Estado perante as relações de classes no país²⁷.

A proclamada reforma trabalhista, realizada no mesmo ano, possibilitou a ampliação do poder patronal sobre a classe trabalhadora para além do que preconizava a proposta. Os parlamentares mudaram, por exemplo, a forma das

²⁷ Na sistematização de propostas do documento, o ponto i é categórico: “na área trabalhista, permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais, salvo quanto aos direitos básicos” (FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PMDB, 2016).

contendas judiciais. Ao responsabilizar o trabalhador com os custos do processo em caso de perda, desestimulou aqueles que sofrem qualquer tipo de injustiça a buscar perante a lei os seus direitos. Não é intenção do presente trabalho aprofundar essas questões, porém, cabe ressaltar que esse processo de aplicação da agenda “Uma Ponte para o Futuro” foi fundamental para a definição do mercado de trabalho no Brasil na atualidade: mais precário, instável e concentrador de poder nas mãos do patronato.

2.6 Breves notas sobre a terceirização no Brasil

A terceirização é uma forma de organização do trabalho para a comercialização de mão de obra por meio do estabelecimento de um contrato entre uma instituição e o trabalhador com a utilização, para tanto, de uma empresa intermediária. Ou seja, a instituição não emprega diretamente o funcionário, fazendo uso de uma agenciadora de força de trabalho para realizar determinado serviço. Portanto, a terceirização é uma forma triangulada de organização do trabalho e de exploração do trabalhador por parte da empresa atravessadora e da empresa contratante.

O cotidiano de trabalho do terceirizado é constantemente disciplinado pela empresa intermediária. As incumbências da instituição contratante são, notoriamente, relativas às condições mínimas de sobrevivência durante a jornada. Em linhas gerais, essas empresas têm como obrigação cuidar da segurança, salubridade e higiene dos terceirizados. Para a atravessadora, cabem as responsabilidades contratuais, a remuneração e a disciplina dos trabalhadores. Portanto, no contrato de trabalho terceirizado, a instituição que se beneficia do serviço se exime das incumbências trabalhistas para com os terceirizados, os quais integram regimes contratuais diferentes, apesar de trabalharem na mesma empresa e, às vezes, na mesma função.

Atualmente, a relação de trabalho terceirizada se dá, majoritariamente, por empreitada ou cessão de mão de obra. No regime de empreitada, o contrato estabelece a execução de uma tarefa, obra ou serviço, realizado nas dependências de ambas as empresas ou na de terceiros, tendo como objetivo um resultado a ser alcançado. A cessão de mão de obra, por outro lado, é a disponibilização do trabalhador para a empresa que contrata, nas suas dependências ou de terceiros,

para realização de serviços contínuos, relacionados ou não com a atividade considerada fim, quaisquer que sejam as formas de contratação, inclusive trabalhos temporários.

Em um âmbito geral, na atualidade, a terceirização de mão de obra e a subcontratação de fornecedores, de fato, têm possibilitado economia vigorosa quanto à força de trabalho, bem como maior flexibilidade e diminuição de custos em transporte e estoque, dentre outros fatores de ampliação do lucro através da precarização dos contratos de trabalho.

No que se refere à indústria automobilística — um exemplo claro de como o processo se espalhou pelos diferentes setores da atividade econômica —, a subcontratada de autopeças, situando-se a poucos quilômetros de distância, reduz os custos e o tempo de transporte. O estoque de autopeças fica na subsidiária, economizando em gastos de força de trabalho e instalações físicas. Por último, esta, utilizando-se de sua força como única compradora, impõe condições de preços, qualidade e prazos para as subcontratadas que só podem ser realizáveis por meio de uma grande exploração da força de trabalho, de forma que as condições de trabalho nessas instituições são as mais precárias possíveis. Isso significa que as condições de trabalho na matriz são diferenciadas das oferecidas nas subsidiárias e nas fornecedoras. Como forma de baratear os custos, as fornecedoras e terceirizadas exploram ao máximo sua força de trabalho para assegurarem o nível de preços e o grau de competitividade exigido pela montadora. É frequente a “chantagem” da matriz utilizando-se de outra fornecedora mais barata para redução maior dos custos de suas subsidiárias.

Além disso, quanto mais distante da cadeia horizontalizada de fornecedores está a empresa, mais vilipêndio do trabalho é possível observar. Os direitos dos trabalhadores terceirizados e das subsidiárias estão muito distantes da realidade dos trabalhadores da montadora. Como parte desse processo, coloca-se em andamento a redução dos quadros funcionais das empresas, a disseminação das pequenas filiais e a diminuição da burocracia de gerenciamento, resultando num aumento sustentado e massivo do desemprego, além de profundas transformações no mundo do trabalho.

2.7 Trabalho temporário: uma brecha para a precarização dos direitos trabalhistas

A terceirização é um processo situado nas transformações vividas pelo capitalismo na transição da década de 1960 para 1970. No Brasil, é o decreto 200/1967 que abre espaço para a terceirização do trabalho. Conforme já pontuamos, é nele que estão os primórdios das leis pautadas na agenda neoliberal para o país. É o princípio da descentralização da reforma da administração federal que permite a delegação de determinadas atribuições para empresas da iniciativa privada. Em seu artigo 10, o decreto preconiza a desobrigação do Estado com determinados serviços, abrindo portas para a terceirização do trabalho no âmbito da Administração pública.

§ 7º Para melhor desincumbir-se das tarefas de planejamento, coordenação, supervisão e controle e com o objetivo de impedir o crescimento desmesurado da máquina administrativa, a Administração procurará desobrigar-se da realização material de tarefas executivas, recorrendo, sempre que possível, à execução indireta, mediante contrato, desde que exista, na área, iniciativa privada suficientemente desenvolvida e capacitada a desempenhar os encargos de execução (BRASIL, 1967, s.p).

Complementarmente, é a lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que reconhece e dá legitimidade à atividade da empresa de trabalho temporário como a responsável por disponibilizar às “outras empresas, temporariamente, trabalhadores, devidamente qualificados, por elas remunerados e assistidos” (BRASIL, 1974, s.p). Dentre outros elementos, isso pode ser considerado uma brecha para o desenvolvimento do que viria a ser, anos depois, uma empresa de mão de obra terceirizada²⁸. Importa, ainda, ressaltar que, no que se refere à contribuição previdenciária, em caso de falência da atravessadora, a empresa tomadora de serviço deveria ser responsabilizada solidariamente, ou seja, em caso de inadimplemento de verbas salariais, o trabalhador poderia receber de ambas as empresas solidariamente. Por fim, estabelece-se que seria a Justiça do Trabalho a instância responsável por “dirimir os litígios entre as empresas de serviço temporário e seus trabalhadores” (BRASIL, 1974, s.p).

A Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST), editada no ano de

²⁸ Apesar do regramento se referir ao trabalho temporário para situações de excepcionalidade a fim de atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente ou acréscimo extraordinário de serviços (BRASIL, 1974).

1993, também buscou disciplinar a terceirização, no sentido da formação de jurisprudência para as contendas judiciais, considerando que não havia lei específica. Nela, dentre outros pontos importantes, havia a proibição da contratação de empregado por empresa interposta para serviço que envolvesse a chamada atividade fim da empresa, por exemplo. No que se refere às relações do terceirizado com o Estado, considerava-se irregular o reconhecimento de vínculo empregatício entre o funcionário da empresa atravessadora e a administração pública, em razão da previsão constitucional de ingresso por meio de concurso de provas e títulos. Além disso, eram permitidos contratos terceirizados nas dependências dos órgãos públicos nos serviços de vigilância, conservação e limpeza, desde que não ferissem os princípios constitucionais da prática do agente administrativo²⁹. Importa, ainda, destacar que o entendimento expresso na referida súmula é de que há responsabilidade subsidiária³⁰ da tomadora de serviço quando comprovada irregularidade na licitação ou quando a atravessadora não cumprir com as obrigações do contrato trabalhista para com o empregado, dentro de alguns parâmetros³¹.

Inicialmente, como possibilidade aberta com a lei do trabalho temporário, a modalidade de contrato de trabalho era de fato ocasional. Ainda assim, de acordo com Graça Druck (1999), a perseguição por novos modelos, tentativa desesperada de competir no mercado internacional, articulada aos discursos de “produtividade” toyotista, foi ampliando a prática da terceirização nas empresas e também nos órgãos do Estado. Paulatinamente, a terceirização foi se tornando mais constante e menos esporádica nas empresas. Ainda em conformidade com a autora, a

²⁹ De acordo com a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 37, a Administração Pública deve zelar na prática de seus atos pela legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

³⁰ Apesar do regramento se referir ao trabalho temporário para situações de excepcionalidade a fim de atender à necessidade transitória de substituição de seu pessoal regular e permanente.

³¹ IV - O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica a responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços quanto àquelas obrigações, desde que haja participado da relação processual e conste também do título executivo judicial.
V - Os entes integrantes da Administração Pública direta e indireta respondem subsidiariamente, nas mesmas condições do item IV, caso evidenciada a sua conduta culposa no cumprimento das obrigações da Lei n.º 8.666, de 21.06.1993, especialmente na fiscalização do cumprimento das obrigações contratuais e legais da prestadora de serviço como empregadora. A aludida responsabilidade não decorre de mero inadimplemento das obrigações trabalhistas assumidas pela empresa regularmente contratada.
VI - A responsabilidade subsidiária do tomador de serviços abrange todas as verbas decorrentes da condenação referentes ao período da prestação laboral (BRASIL, 1993).

terceirização se torna a dimensão central da chamada modernização da sociedade brasileira, com consequências dramáticas para o trabalho.

Graça Druck (1999) aponta algumas importantes características nesse processo de implantação da terceirização no Brasil:

- É a prática que mais tem se difundido na atividade industrial e também em outras áreas (serviços, comércio, setor público e outros) nestes últimos anos;
- Além da rapidez no seu crescimento, detecta-se uma mudança qualitativa fundamental, qual seja: intensifica-se a terceirização não somente de serviços de apoio, considerados como atividades periféricas (alimentação, transporte, vigilância etc.), mas também atingindo as atividades nucleares/centrais da empresa, como a produção e manutenção;
- É o processo que torna mais visíveis as transformações do espaço fabril, através de um movimento de desintegração dos coletivos de trabalho;
- Implicações para o mercado de trabalho já começam a ser observadas, agravando as suas características estruturais, como segmentação, fragmentação, desorganização, informalização;
- Traz consequências políticas, no plano da ação coletiva, principalmente dos sindicatos, ou seja, fragilizam cada vez mais as representações e práticas sindicais, reforçando as identidades corporativas em prejuízo das identidades de classe, enfraquecendo os laços de solidariedade entre os trabalhadores, estimulando a sua desunião, a sua dispersão e a concorrência entre eles (DRUCK, 1999, p. 128).

A chantagem do desemprego tornou-se a principal arma do capital contra o trabalho, que, dentre outros mecanismos, passou a se utilizar de maneira desmedida da terceirização, exigindo e impondo, inclusive, mudanças regressivas na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)³². As camadas de trabalhadores em situação limiar da pauperização absoluta foram, certamente, as mais atingidas.

A fragilização do trabalho, nesse processo como um todo, ocorre porque a terceirização fraciona o trabalho entre efetivos e terceirizados. O medo da pauperização e da miséria abala os trabalhadores que não estão nos centros das atividades de produção, que não estão contemplados com a estabilidade e que não percebem grandes salários; ficam ainda mais à mercê das terceirizações e da precarização dos contratos e dos direitos sociais. Afeta, também, os denominados efetivos, que se sentem inseguros e ameaçados, tendo sua capacidade de mobilização sindical reduzida. Essas duas situações, imbricadas dialeticamente, impõem o apaziguamento dos conflitos de classes.

³² De acordo com Antunes (2018), no período da ditadura civil-militar, através da Lei 5.645/1970, teve início a autorização legal para a subcontratação de mão de obra por meio da terceirização para atividades-meio no serviço público, tais como “transporte, conservação, custódia, operação de valores, limpeza”, mas vedava as consideradas atividades-fim (ANTUNES, 2018, p.164).

2.8 Terceirização total: a precarização legalizada

No ano de 2017, o governo do PMDB promulgou a lei nº 13.429 denominada como a Lei da Terceirização Total. Como parte do processo de aplicação do Plano Temer, generalizou a terceirização através da modificação da lei 6.019/1974, bem como precarizou ainda mais o trabalho temporário no país. É parte da radicalização da agenda neoliberal defendida no programa “Uma Ponte para o Futuro”, tendo como resultante a ampliação da precariedade, da superexploração do trabalho e da atomização da força sindical.

De acordo com a nota técnica 175 do DIEESE, publicada naquele ano, o projeto de lei 4.302/1998 foi resgatado, após anos de esquecimento no Congresso Nacional. Isso porque, no ano de 2003, o então presidente Lula solicitou que o projeto fosse retirado da pauta e arquivado em mensagem do Executivo, como parte de um acordo com as centrais sindicais. Em 2008, o projeto voltou à tramitação e foi, por fim, votado como parte da reforma trabalhista³³ no Congresso, sendo sancionado por Temer com poucos vetos, convertendo-se na lei 13.429/2017.

A Lei da Terceirização Total, como ficou conhecida, conferiu novo formato à lei 6.019/1974 sobre o trabalho temporário. Inicialmente, modificou a definição “ampliando o uso dessa modalidade e eliminando o caráter de contratação para situações extraordinárias” (DIEESE, 2017, p. 4). Destacamos o conceito de trabalho temporário como “aquele prestado por pessoa física contratada por uma empresa de trabalho temporário que a coloca à disposição de uma empresa tomadora de serviços”, e que a lei elenca de forma vaga o objetivo “para atender à necessidade de substituição transitória de pessoal permanente ou à demanda complementar de serviços” (BRASIL, 2017).

Em concordância com o DIEESE (2017), a ampliação das possibilidades de trabalho temporário possibilita o abuso da sua utilização por parte do capital. A nova redação da lei permite que a empresa possa substituir transitoriamente funcionários somente quando houver demanda complementar. No entanto, a expressão redigida de forma vaga permite toda sorte de entendimento do que seria a complementaridade ou sazonalidade. Isso possibilita diversas interpretações e

³³ Além da lei da terceirização total, compunha também a chamada reforma trabalhista a lei 13.467/2017 que desregulamentou diversos aspectos da CLT. Destacamos a prevalência dos acordos coletivos em relação ao legislado (CUT, 2022).

possibilidades de burla dos direitos trabalhistas.

A definição de demanda complementar de serviços como aquela que decorre de fatores imprevisíveis ou quando tenha natureza intermitente, periódica ou sazonal, permite maior abrangência no uso deste tipo de contratação. Afinal, os serviços adicionais podem ou não ser previsíveis e a intermitência (irregularidade do serviço) pode ser periódica (DIEESE, 2017, p.4).

Ainda em conformidade com a nota técnica 175, é um fator de precarização por estimular a rotatividade no mercado de trabalho:

A ampliação do prazo do contrato temporário de 90 para 180 dias também abre precedente para a precarização das condições de trabalho e aumento da rotatividade, pois alguns setores econômicos podem optar por ampliar a parcela da força de trabalho em regime temporário (DIEESE, 2017, p.7).

Apesar do veto ao parágrafo que previa a possibilidade de alteração do prazo por meio de norma coletiva, a lei permite outras formas de promover consecutivos contratos temporários, transformando o que deveria ser ocasional em permanente precariedade. Por exemplo, a lei determina que entre um contrato e outro deve haver um lapso de 90 dias, sob pena de reconhecimento de vínculo empregatício. No entanto, esse intervalo somente é exigido quando se completam os 270 dias; antes disso, não há que se respeitar o descanso de 90 dias entre um e outro. Ou seja, há possibilidade de burlas indiretas e implícitas para celebração de contratos temporários ininterruptos.

Resumidamente, as mudanças no que se refere ao trabalho temporário são:

a) Obriga a empresa intermediadora de mão de obra temporária a ser pessoa jurídica registrada no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sendo vedado à pessoa física e às empresas sem registro intermediarem trabalho temporário;

b) Define que só quem pode contratar uma intermediadora de mão de obra temporária são pessoas jurídicas ou entidades a elas equiparadas;

c) Determina expressamente que o contrato de trabalho temporário tem que ser por escrito e indicar, dentre outros elementos, a qualidade das partes, o motivo justificador e o prazo da prestação de serviço.

d) Obriga a tomadora de serviço temporário a oferecer as mesmas condições de saúde, higiene e segurança, além de acesso dos mesmos refeitórios e equipamentos médicos entre funcionários diretos e temporários;

e) Permite a contratação de trabalho temporário também para as atividades

consideradas fim das empresas³⁴;

f) Explicita que não há vínculo empregatício entre a tomadora de serviços e o trabalhador temporário, mesmo quando ela responde subsidiariamente com as verbas trabalhistas;

g) Proíbe as empresas de contratar trabalhadores temporários para substituição de grevistas, salvo hipótese prevista em legislação específica;

h) Aumenta o período de vigência do contrato de 90 para 180 dias, com interstício de 90 dias para recontratação.

Em consonância com o DIEESE, o trabalho temporário formal no Brasil era circunscrito a não mais que 1% dos contratos em vigência no ano de 2015.

Esses contratos representavam 2,4% do total de vínculos formais de emprego ao longo do ano, em 2005, e 1,0%, em 2015. Ou seja, além da participação reduzida, houve recuo desse tipo de contrato nos últimos 10 anos, o que pode estar relacionado às melhorias ocorridas no mercado de trabalho nacional e à ampliação do contrato de trabalho por prazo indeterminado, que garante maior proteção ao trabalhador (DIEESE, 2017, p.5-6).

Os interesses do capital em regulamentar o trabalho temporário estariam, então, na utilização das regras para os chamados contratos atípicos³⁵, situações em que a legislação de contrato por tempo indeterminado e o ordenamento do serviço público são omissos. Na prática, amplia a precariedade para “situações específicas que demandam contratos de trabalho não tradicionais” (DIEESE, 2017, p. 6), posto que reduz os direitos, ao passo em que deveria “garantir inclusive remuneração maior por hora trabalhada, devido ao caráter eventual do contrato de trabalho”. Resta evidente que, além disso, houve o interesse em regulamentar a terceirização através do acréscimo de artigos³⁶ relativos ao tema, sem criar uma lei específica para formalizar a matéria, notadamente, sobre liberar a terceirização de forma ampla e irrestrita.

2.8.1 Mais terceirização, por favor

³⁴ “[...] contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços” (BRASIL, 2017).

³⁵ “[...] contrato de trabalho temporário pode versar sobre o desenvolvimento de atividades-meio e atividades-fim a serem executadas na empresa tomadora de serviços” (BRASIL, 2017).

³⁶ Foram inseridos os artigos e parágrafos 4ab, 5ab e 19abc.

A inserção de diversos artigos na lei 6.019/1974, ao invés de uma lei própria para regulamentar os contratos terceirizados no país, de acordo com o DIEESE (2017), em si, já é um estímulo à precariedade.

Colocar a terceirização como adendo de uma lei de trabalho temporário correlaciona ambas as modalidades, transformando o trabalho temporário em um tipo de terceirização. Isso porque, da mesma forma, há a intermediação da contratação por meio da relação jurídica triangulada. Além da mudança da nomenclatura³⁷ das partes envolvidas, a Empresa Prestadora de Serviços a Terceiros passa a dever ser pessoa jurídica de direito privado. Em consonância com o DIEESE (2017, p. 8), aliado às exigências diminutas³⁸ para registro junto aos órgãos reguladores, aponta-se para o estímulo da chamada *pejotização*³⁹, outra faceta da precarização do trabalho na atualidade.

Os termos vagos e imprecisões criam interpretações subjetivas, o que tende a ampliar ainda mais a precarização do trabalhador terceirizado, bem como o alcance da terceirização nas empresas em geral. Por exemplo, a expressão “serviços especializados e específicos” (BRASIL, 1974, s.p) dá ensejo à compreensão de autorização da terceirização em quaisquer atividades. Além disso, ainda em conformidade com o DIEESE, a exclusão dos trabalhadores de vigilância e transporte de valores “não deixa claro se as regras se estendem ou não ao setor público e ao trabalho doméstico” (DIEESE, 2017, p. 8), abrindo uma brecha que gera “insegurança jurídica para empresas e trabalhadores” e “pode levar ao aumento da judicialização” (DIEESE, 2017, p. 8).

Ao que parece para o legislador, quanto mais terceirização e subcontratação, melhor. A regulamentação da quarteirização aponta neste sentido. Nessa

³⁷ A tomadora de serviços passa a ser a contratante e a intermediadora de mão de obra, Empresa de Prestação de Serviços a Terceiros. (BRASIL, 2017)

³⁸ I - prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); II - registro na Junta Comercial; III - capital social compatível com o número de empregados, observando-se os seguintes parâmetros: a) empresas com até dez empregados - capital mínimo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais); b) empresas com mais de dez e até vinte empregados - capital mínimo de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais); c) empresas com mais de vinte e até cinquenta empregados - capital mínimo de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais); d) empresas com mais de cinquenta e até cem empregados - capital mínimo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e e) empresas com mais de cem empregados - capital mínimo de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)” (BRASIL, 2017).

³⁹ “[...] significa a prestação de serviço por empresa de uma só pessoa (Artigo 4º e, de modo ainda mais evidente, no segundo parágrafo do Artigo 4º A)” (DIEESE. 2017, p. 8).

modalidade, a empresa contratante celebra um contrato com a prestadora A, que, para realizar o serviço, contrata a prestadora B, responsável por recrutar os trabalhadores, sendo que é facultado à prestadora B contratar, ainda, a prestadora C para recrutamento de mão de obra. Desta forma, o trabalhador que é contratado, por exemplo, pela empresa C, realiza a tarefa para a empresa B, que, por sua vez, responde a um contrato com a prestadora A, nas dependências da tomadora ou local designado por ela. Essa confusão é proposital, de acordo com o DIEESE, e tem como propósito dificultar a responsabilização perante a inadimplência de direitos trabalhistas e a busca pela execução dos créditos de forma rápida em razão de causa trabalhista ganha.

A realização da atividade poderá ocorrer por meio de pessoal próprio da empresa contratada ou de subcontratação, isto é, a Lei possibilita a quarteirização e a cadeia de subcontratação (Artigo 4º A parágrafo 1º). Somado à possibilidade prevista no Artigo 5º, de que a contratante possa ser pessoa física (PJ) e que também possa terceirizar, intensifica-se o risco de fragmentação excessiva dos processos produtivos, fraudes, sonegação e queda na qualidade dos produtos e serviços (DIEESE, 2017, p. 9).

Ainda em conformidade com a nota técnica do DIEESE (2017, p. 9), não há proibição direta à “intermediação de mão de obra”, o que suscita a empresa a “substituir trabalhadores diretamente contratados por terceirizados”. Já no que se refere à formação de vínculo empregatício entre o trabalhador terceirizado e a tomadora de serviço, a lei é categórica ao negar a possibilidade, ainda que a empresa responda subsidiariamente pelas verbas inadimplidas pela prestadora interposta, bem como o conceito da contratante é bem específico ao delimitar a permissão tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, aumentando as chances de o funcionário sofrer calote na quitação dos direitos trabalhistas.

Além dos aspectos já relacionados, ainda há algumas definições, que destacamos a seguir:

a) Integridade física preservada: A imposição à empresa no fornecimento de saúde, higiene e segurança oferecidas aos empregados diretos e aos terceirizados, independentemente se o trabalho é prestado na sede da empresa ou em outro local designado por ela;

b) Espaços de convivência segregados: Faculta à empresa fornecer o mesmo atendimento médico-ambulatorial e de refeitório para os terceirizados e outros funcionários. Abre a possibilidade, portanto, para a segregação, pois nem todas as empresas concedem acesso aos mesmos refeitórios, com as mesmas condições de

conforto e higiene, por exemplo.

c) Direitos trabalhistas relativizados: O trabalhador terceirizado tem os direitos garantidos pelo artigo 7 da Constituição Federal, como 13º salário, férias e licença maternidade, por exemplo. Porém, não tem os mesmos direitos previstos em normas e acordos coletivos de trabalho. Isso porque o empregado direto tem um sindicato próprio que tende a ser mais representativo do que os múltiplos sindicatos de diversos ramos de trabalhadores terceirizados;

d) Responsabilidade subsidiária consolidada: Prevê a responsabilidade subsidiária para afastar qualquer discussão sobre possível responsabilidade solidária. Não há mais dúvidas de que a contratante somente é alcançada na execução dos créditos trabalhistas após esgotadas todas as tentativas de receber da empresa interposta;

e) Exigências contratuais insuficientes: As exigências para cláusulas do contrato são exíguas e muito abrangentes. De acordo com o DIEESE, não existe prevenção de “garantias contratuais, entre elas, comprovação periódica, pela prestadora de serviços, da quitação de obrigações previdenciárias e trabalhistas” (DIEESE, 2017, p. 9). Ademais, não há mecanismos que assegurem a comprovação da quitação do salário por parte da prestadora;

f) Punições limitadas: Limite à punição de infrações contratuais à aplicação de multas e, além disso, não estabelece “parâmetros para fixação da penalidade (Artigo 19-A)” (DIEESE, 2017, p. 9).

A lei da terceirização total chancela subcontratações, estimula formas de precarização do trabalho, vulnerabilizando ainda mais o trabalhador, além de legitimar a discriminação e enfraquecer a atuação sindical. Não há garantias transitórias, nem proteção específica da lei, por exemplo, para os sindicalistas ou mulheres grávidas que podem ser colocados em disponibilidade pela contratante. Além disso, a lei não estipula percentual mínimo de contratação para reserva de vagas para deficientes físicos como forma de inserção de emprego. Por fim, abre a possibilidade para a criação de empresas que não contratam diretamente nenhum empregado, somente terceirizados, desencarregando-se completamente das responsabilidades trabalhistas. Não há uma regra para isso.

Com base nos aspectos até aqui comentados, pode-se afirmar que a regulamentação da terceirização contida na Lei 13.429/2017 é excessivamente genérica e omissa em vários aspectos das relações de trabalho nas empresas de prestação de serviços e entre essas e as

contratantes. Essas omissões poderão ocasionar aumento da insegurança laboral e jurídica para trabalhadores e empresas, motivando consequente aumento de ações trabalhistas na justiça. Além disso, o texto legal é muito frágil quanto à garantia dos direitos e à proteção dos trabalhadores terceirizados, aumentando riscos de crescimento de precarização das condições de trabalho e rotatividade (DIEESE, 2017, p.10).

O objetivo das reformas trabalhistas de Temer foi ampliar a margem de lucro, no contexto da chamada crise fiscal. O benefício econômico é apropriado por uma pequena parcela da sociedade, por meio da flexibilização dos direitos do trabalho, de acordo com o receituário neoliberal. Assim, o discurso da crise serviu para gerar uma aparência de hipossuficiência da empresa. Na reforma trabalhista de Temer, por exemplo, são as empresas que precisam ter a saúde financeira preservada por meio do vilipêndio da legislação trabalhista. Há, nesse sentido, uma certa inversão na tendência da Justiça do Trabalho brasileira, que antes considerava o trabalhador como a parte que precisava ser protegida.

Não é nossa intenção abarcar toda a complexidade da reforma trabalhista. No entanto, importa destacar que é a lei 13.467/2017, alterando a CLT e outras, que prevê a generalização da terceirização ao permitir a contratação de empresa atravessadora de mão de obra para “quaisquer de suas atividades, inclusive sua atividade principal,” desde que a prestadora tenha “capacidade econômica compatível com a sua execução” (BRASIL, 2017, s.p). Além disso, há a formalização do trabalho intermitente, retirando direitos e garantias históricos, como o seguro desemprego e contribuição para previdência, em caso de demissão.

Nas propagandas do governo e nos jornais da grande imprensa, a expectativa criada com os efeitos das mudanças era grande. Alardeava-se que o desemprego iria diminuir, criando um efeito cascata em que a economia entraria num movimento virtuoso de crescimento rumo ao futuro. Na prática, resultou na ampliação do desalento, da miséria extrema, na formalização da precarização do trabalho, das formas de subcontratação e na generalização da terceirização. De acordo com Ricardo Antunes (2019), a resultante das mudanças na legislação do trabalho foi o oposto ao prometido pelo governo do PMDB.

E hoje, o que de fato temos é o exato inverso: enormes contingentes de trabalhadores e trabalhadoras desempregados (13 milhões sem nenhum trabalho, mais 5 milhões no horroroso “desemprego por desalento”), além de um contingente imenso na informalidade, todos rodopiando em um “mercado de trabalho” de tipo indiano (ANTUNES, 2019, s.p).

O Brasil transformou-se no país da precariedade disfarçada de modernidade,

e a “flexibilização, terceirização, desregulamentação e intermitência tornaram-se o novo elixir da vida empresarial ‘moderna’” (ANTUNES, 2019, s.p). Pode-se afirmar que, do ponto de vista do trabalho, as contrarreformas da chamada era Temer foram catastróficas. “Mas, o governo terceirizado de Temer não conseguiu finalizar a devastação. Foi um *intermitente* ‘bem sucedido’, mas inconcluso” (ANTUNES, 2019, s.p). O trabalho de Temer estava incompleto, dentre outros elementos, pois não conseguiu aprovar ainda mais desregulamentações e destruições, como no âmbito da Previdência Social e a reforma fiscal, por exemplo. A ponte para o futuro ainda poderia levar a abismos sociais muito mais profundos com o sucessor de Temer, Jair Bolsonaro (Partido Liberal).

3 O ENCONTRO DE JAIR COM O VÍRUS

A eleição que leva Jair Bolsonaro (PL) e seu vice-presidente general reformado Hamilton Mourão (PL) ao Palácio do Planalto pode ser considerada atípica. Dentre múltiplos fatores que demonstram sua singularidade, cabe destacar a prisão e perda de direitos políticos de Lula (PT) que estava em primeiro lugar nas intenções de voto; bem como a atuação de verdadeiras milícias digitais que produziram para a campanha de Bolsonaro notícias falsas sobre os adversários e a esquerda em geral. Além disso, contou com uma conjuntura internacional favorável, com a ascensão de líderes de extrema direita em diversos países do mundo, notadamente, nos EUA, com *Donald Trump*, como um das consequências da política de contrarrevolução preventiva, conforme pontuado no capítulo anterior, desencadeada após mobilizações de amplitude global, como *Occupy Wall Street*, Primavera Árabe e, no Brasil, as Jornadas de Junho de 2013.

Ganha relevância a utilização das milícias digitais que, em 2018, fizeram circular uma espécie de terror moral entre as comunidades (notadamente das igrejas evangélicas, mas também de policiais e militares) em grupos de aplicativos de mensagens instantâneas. Algumas das chamadas *fake news* ficaram notórias tamanho o seu absurdo: histórias de distribuição de materiais fálcos que serviriam para doutrinar sexualmente as crianças nas escolas, distribuição de suposto kit *gay* pelo Ministério da Educação, performances escatológicas com crucifixo, tráfico de crianças e drogas, além de anedotas sobre os filhos de Lula e o suposto maior escândalo de corrupção do mundo, o Petrolão. Havia uma miríade de mentiras escancaradas, fofocas, falácias, montagens que instantaneamente enchiam de mensagens os grupos fechados de bolsonaristas no *Telegram* e no *WhatsApp*, atingindo milhões de brasileiros.

De acordo com o Inquérito 4874 (PORTAL STF)⁴⁰ que foi instaurado no âmbito do STF, há “indícios e provas da existência de uma organização criminosa,

40

INQ 4874, que investiga a existência de “milícias digitais antidemocráticas”. De acordo com notícia da página oficial do STF, o inquérito é Relatado pelo ministro Alexandre de Moraes, e apura a formação de organização criminosa, de forte atuação digital, “que se articula em diversos núcleos – político, de produção, de publicação e de financiamento”. (PORTAL STF)

com forte atuação digital” com o objetivo precípua de “atentar contra a democracia e o Estado de Direito no país”. As milícias digitais, de acordo com o Inquérito, são organizadas em diversos níveis de hierarquia, com indícios de lavagem de dinheiro e monetização de publicações⁴¹, com ampla divulgação de notícias falsas nas redes sociais, com destaque para o *Youtube* e *Twitter*. Grande parte das investigações estão em sigilo. Porém, muitos dos personagens que já estão presos ou com suas prisões decretadas, neste inquérito, são próximos à família Bolsonaro, como Alan dos Santos e Daniel Silveira. Não era coincidência o fato de que os mesmos perfis que espalhavam as mentiras fossem aqueles que compartilhavam materiais da campanha de Jair Bolsonaro.

Ao encharcar as redes sociais de mentiras sobre Lula, o PT e as esquerdas, as milícias organizavam a campanha bolsonarista em torno de valores ultrarreacionários que mobilizaram pastores, militares e *influencers*. Ao repercutir as atrocidades inventadas contra os adversários, movimentavam ainda mais perfis para combater o suposto “mal vermelho” que ameaçava as crianças e as famílias brasileiras. O efeito de manada criado pelas correntes de mensagens contra a esquerda na figura do Lula naqueles aplicativos foi reforçado pela operação Lava Jato e toda a campanha midiática contra o PT e seu candidato, Fernando Haddad.

Não é pretensão da presente tese aprofundar sobre a operação Lava Jato. No entanto, destaca-se a prisão de Lula e a construção do PT como vilão nacional para parcelas significativas da população como elementos que favoreceram a eleição de Bolsonaro. Foi fundamental, por exemplo, Sérgio Moro (União Brasil), juiz da operação, ser catapultado pela grande imprensa (notadamente a Rede Globo) à categoria de herói nacional, estimulando o ódio ao PT e à política em geral. Os telejornais apresentavam diariamente como verdades, tendo ampla repercussão, as falas dos delatores, supostas provas obtidas (por meio de uso de táticas duvidosas) e convicções do juiz e dos agentes do Ministério Público. Moro condenou diversos empresários, dirigentes partidários e, especialmente, demonstrou obsessão em prender o principal líder petista. O antipetismo estimulado pela grande imprensa teve seu apogeu no momento da prisão preventiva de Lula, dando não só argumentos, quanto materialidade para o impedimento de sua candidatura, por parte do Pleno do

⁴¹ Monetização é uma forma de ganhar dinheiro com o número de visualizações que uma publicação alcança em uma rede social, como o *Youtube*, por exemplo. (SIGNIFICADOS.COM)

Supremo Tribunal Federal (STF). De acordo com Antunes (2020, p. 61), esse fator foi preponderante para a vitória de Jair naquele ano: “a derrota eleitoral do PT em 2018 deveu-se sobretudo a esse ‘ódio’, que se acentuou sobremaneira na situação de crise econômica”.

Desde que se propôs a levar a agenda da Faria Lima⁴² como prioridade, Bolsonaro apareceu como alternativa viável para os detentores do poder perante a falência completa das candidaturas tradicionalmente ligadas ao capital, como a dos tucanos, por exemplo. A exigência do capital para apoiar Jair era ele montar uma equipe econômica alinhada à radicalização da agenda neoliberal. Paulo Guedes foi o passo necessário para que se tornasse uma opção viável aos olhos do capital para aprofundar o desmonte dos direitos trabalhistas e previdenciários, notadamente. Desta forma, o estímulo do ódio aos vermelhos no discurso de Bolsonaro, que é carregado de colorações neofascistas, passou a ser interessante para os detentores do poder econômico no país.

Isto porque, conforme analisado no capítulo anterior, a partir da década de 2010, de forma desigual em cada país e combinada globalmente, se instaurou uma contrarrevolução preventiva do capital sobre o trabalho. No Brasil, em primeiro lugar, isso significou o fim da era petista. Não havia mais espaço para a política de conciliação de classes, ou seja, concessões tanto para trabalhadores quanto para patrões. Conectados com essa tendência mundial, os operadores da Faria Lima, portanto, se colocaram contrários ao governante que não aplicasse de forma radical a agenda de privatizações e de desmonte dos direitos. Neste sentido, o capital financeiro iria apoiar qualquer candidato que lhe garantisse a ampliação dos já exorbitantes lucros, com o prosseguimento da contrarrevolução preventiva no país. Bolsonaro com seu posto Ipiranga no Ministério da Economia era a garantia de que a rapinagem dos direitos sociais e trabalhistas, iniciada por Temer, teria continuidade.

De acordo com Ricardo Antunes (2020, p.75), Jair é “a expressão de uma variante de semibonapartismo”, alguém que tem uma origem de classe não burguesa, porém que representa os interesses do capital mesmo que “tenha que

⁴² Faria Lima é uma expressão que se refere ao conglomerado de sedes de grandes instituições financeiras que estão localizadas na avenida Brigadeiro Faria Lima, na cidade de São Paulo. (GAZETA DE S.PAULO, 2021).

assumir a aparência de independência e autonomia”. Além disso, para o autor, a personalidade fascistoide de Jair aponta para alguém que em

Sua ação política oscila entre a preservação de uma raquítica formalidade “democrática” e o sonho inabalável de dar o golpe e implantar a ditadura. Enquanto não pode dar o bote, atua como um *autocrata da ordem*, respaldado na enorme militarização que vem sendo realizada cotidiana e sistematicamente em seu governo (...) combinar a *autocracia militarizada* com a implementação de uma política econômica *ultraneoliberal predatória*, que foi a exigência do grande capital para apoiar efetivamente sua candidatura. O empresariado, sabendo do desequilíbrio que tipifica o candidato, temia algum arroubo nacionalista (de direita), como defendera largamente o ex-capitão em seu passado parlamentar (ANTUNES, 2020, p. 76).

Ganha relevância também a trajetória de Jair Bolsonaro: o início de sua carreira política, ainda como capitão do exército, sua posterior atuação como deputado federal, a forma como ganhou popularidade e construiu-se como liderança efetiva de amplos setores reacionários da sociedade brasileira. Neste sentido, sua construção como fruto também de um país que preferiu anistiar os militares que, no passado, desferiram contra brasileiros o terror do Estado. Um regime democrático de poder civil que permitiu que militares se constituíssem como uma força descolada do povo e sustentada por ele, com moradias (vilas militares), hospitais, escolas, justiça próprios, dentre outras regalias. Jair como símbolo da impunidade típica dos privilegiados, que tudo recebem da sociedade, sem quase nada contribuir para ela. Destaca-se, além de sua origem militar, a tática eleitoral que o catapultou à fama e o transformou, ainda de acordo com Antunes (2020, p.76), numa “espécie de Trump⁴³ dos grotões”.

3.1 Das vilas militares para o planalto: uma expressão do militarismo tupiniquim

Em conformidade com o verbete “Jair Bolsonaro” do arquivo do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, a carreira política do ex-presidente começou nas Forças Armadas Brasileiras (FAB), no estado do Rio de

⁴³ Donald Trump, ex-presidente dos EUA, liderança da extrema direita naquele país (JORNAL DA USP, 2021).

Janeiro. No ano de 1977, concluiu curso de oficial na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e, em seguida, na Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro. Alguns anos depois, formou-se na Escola de Educação Física do Exército, além disso, tornou-se mestre em saltos pela Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro.

No ano de 1986, deu-se a sua primeira aparição militante pública. Em matéria publicada pela revista *Veja* (HORA DO POVO, 2018), na seção de opiniões, defendeu aumento de soldo e melhores condições para os cadetes, que, segundo ele, estariam desistindo da carreira por salários baixos. A repercussão do artigo causou a sua prisão por infringir o regulamento disciplinar. Na época, o capitão contou com a solidariedade de diversos oficiais, recebendo mais de 150 telegramas de diversas regiões do país, além do apoio dos oficiais do Instituto Militar de Engenharia (IME) e suas esposas que fizeram manifestação nas portas do Complexo Militar localizado na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro.

Em 1987, o mesmo semanário cobriu a invasão da prefeitura de Apucarana (PR), por 50 homens, liderada pelo capitão Luiz Fernando Valter de Almeida contra os baixos salários das Forças Armadas. Naquela matéria, repercutiu o plano (HORA DO POVO, 2018) “Operação Beco sem saída”, que consistia em “explodir bombas em várias unidades da Vila Militar, da Academia Militar das Agulhas Negras [...] e em vários quartéis”, se o aumento do soldo fosse abaixo de 60%. Na operação, Bolsonaro era peça importante. A reportagem trazia declarações do então capitão contra o ministro do exército, general Leônidas Pires Gonçalves, e uma explicação detalhada de como construir uma bomba-relógio à base de dinamite. Segundo Bolsonaro, a intenção não seria machucar ninguém e, sim, demonstrar a insubordinação da tropa contra os baixos salários e dificultar a administração de Leônidas. Apesar da contestação da veracidade dos fatos reportados pela matéria por documento escrito e assinado tanto por Jair quanto pelo capitão Fábio Passos (outro militar citado na matéria da revista *Veja*), a reportagem trazia a imagem de um croqui com a adutora do Guandu, que abastece a cidade do Rio de Janeiro e um artefato explosivo instalado em um relógio. Após a análise de uma perícia, foi constatado que Bolsonaro era o autor do desenho. Além disso, algumas testemunhas desmentiram a informação de que Jair não conhecia a jornalista autora da reportagem. Assim, o ministro do exército mudou de posição e remeteu o problema para o “conselho de justificação” que, por unanimidade, o considerou

culpado. O ministério então encaminhou o processo ao Supremo Tribunal Militar (STM) que acolheu a tese da defesa.

O julgamento, realizado em junho de 1988 pelo STM, decidiu pelo não afastamento dos dois capitães dos quadros do Exército, pois o tribunal acolheu a defesa dos militares, que “se consideravam vítimas de um processo viciado”. Em defesa, alegaram serem insuficientes as provas documentais — cujo laudo pericial havia sido feito pela Polícia do Exército — por não permitirem comparações caligráficas, uma vez que o documento havia sido redigido em letra de imprensa. Mais tarde, entretanto, esse laudo viria a ser desmentido pela Polícia Federal, que confirmou tratar-se da caligrafia de Bolsonaro (JAIR..., 2022, s.p).

Logo em seguida, passou para a reserva. Com a projeção alcançada em razão das aparições na imprensa, notadamente, com o impacto das falas controversas no meio militar, se elegeu pela primeira vez, em novembro de 1988, vereador na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, pela legenda do Partido Democrata Cristão (PDC). Em outubro de 1990, foi eleito deputado federal, também pelo PDC, tendo como base eleitoral as vilas militares e a cidade de Resende. Com carreira em diversos partidos, se reelegeu deputado federal durante anos. Suas participações normalmente envolviam polêmicas sobre falas em defesa da ditadura militar, do fechamento do Congresso ou acusando personagens que antagonizava. A cada eleição, recebia mais votos e, assim, mantinha uma postura mais agressiva em seus discursos, com uma pauta cada vez mais regressiva para a sociedade. Em outubro de 1994, se reelegeu com votação recorde.

Sua plataforma de campanha incluía, além da luta pela melhoria salarial para os militares, o fim da estabilidade dos servidores, a defesa do controle de natalidade e a revisão da área dos índios ianomâmis, cuja extensão considerava absurda. Reelegeu-se com quase 135 mil votos — mais do dobro da eleição anterior —, a maioria proveniente de sua base eleitoral, formada por militares. Ainda em outubro, no entanto, o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio de Janeiro decidiu anular o pleito por suspeitas de fraude. Marcada nova eleição para novembro, Bolsonaro confirmou sua reeleição (JAIR..., 2022, s.p).

Durante anos, Jair continuou se envolvendo em polêmicas no âmbito do parlamento. Seu discurso seguiu em defesa dos interesses das forças armadas, mas mudou de foco. Voltou-se mais para reescrever o papel das FAB durante a ditadura militar, naturalizando e justificando o fechamento do regime, a censura e a tortura. Sempre se colocou contra qualquer iniciativa da sociedade civil de punir torturadores e assassinos das Forças Armadas, procurando obstaculizar qualquer tentativa de preservar a memória das vítimas das atrocidades cometidas pelo regime militar e a

reparação das famílias que foram atingidas pelo terror do Estado. A atitude provocadora se mostrava também neste particular. Muitos dos seus discursos, por exemplo, se voltaram contra a Comissão da Verdade e Justiça, responsável por investigar os crimes da ditadura civil-militar, bem como a busca dos restos mortais dos desaparecidos.

3.1.1 “O cara tem que ser arrebetado para abrir o bico” (JAIR..., 2022, s.p)

O discurso se radicalizava e beirava as raias do absurdo, notadamente no que se referia à defesa da tortura e da pena de morte para combater crimes comuns, e, no ataque cada vez mais constante aos oprimidos em geral, aos homens *gays*, em particular. Nos anos de 1990, o ódio às esquerdas foi ficando cada vez mais presente. Em 2005, realizou discursos contra o PT em razão do escândalo do Mensalão e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Ainda nesse mesmo ano, foi protagonista na campanha contra a proibição da venda de armas, no plebiscito realizado em outubro. A partir de 2007, no entanto, voltou a ter popularidade ao assumir novo mandato quando se tornou membro da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e brigar com algumas autoridades em rede nacional. Com a atuação que já lhe era padrão, envolveu-se em novas polêmicas, especialmente se colocando contra a reserva indígena Raposa/Serra do Sol. No ano seguinte, foi denunciado pela primeira vez por quebra de decoro parlamentar. Quando Dilma ganhou as eleições em 2010, Jair se reelegeu deputado federal com mais de 120 mil votos.

Foi nesse mandato que Bolsonaro se transformou em pauta constante na imprensa e suas polêmicas ganharam vulto. Participou das Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania; de Relações Exteriores e de Defesa Nacional; e de Direitos Humanos e Minorias. A polêmica com o deputado Jean Wyllys (PSOL) catapultou o deputado ao debate nacional.

Em uma audiência na Comissão de Direitos Humanos, o deputado criticou o que batizou de “kit gay”, material produzido pelo Ministério da Educação para combater a homofobia nas escolas, e atacou indiretamente Wyllys, que se declara homossexual e que estava presente à sessão. Na ocasião, foi interrompido por Manuela D’Ávila (PCdoB), presidente da comissão, que considerou as falas do deputado ofensivas. Enquanto o deputado dizia não ter ofendido parlamentar algum, Wyllys alegou ter se sentido ofendido,

sendo então atacado diretamente por Bolsonaro, que disse “O problema é seu. Eu não teria orgulho de ter um filho como você”, quando novamente a presidente da comissão teve de intervir (JAIR..., 2022, s.p).

A partir desse momento, Jair repercutia suas frases de efeito em programas de televisão e nas redes sociais, normalmente com falas carregadas de falsas acusações e preconceitos de algum gênero. Naquele momento, *shows* de entretenimento e amenidades o entrevistavam como alguém engraçado por ser polêmico, às vezes ultrapassado, outras grosseiro. Era colocado como um tipo excêntrico, e a “brincadeira” fez ecoar seu discurso cada vez mais homofóbico, misógino, racista, em defesa da tortura, do armamentismo, da pena de morte e da ditadura militar. Sua tática de crescer polemizando, brigando com autoridades, e vociferando frases de efeito, mentiras e impropérios começou a dar frutos.

Notadamente, a liderança de Bolsonaro cresceu nos processos de impedimento de Dilma Rousseff (PT). Como analisado anteriormente, no contexto da captura dos anseios expostos nas ruas em junho de 2013 pela direita nacional, a pauta de Bolsonaro ganhou ainda maior capilaridade. O caldo cultural reacionário agora presente nas ruas sob a bandeira do “Fora Dilma” era palco ideal para Jair aplicar sua tática de difamação, acusação e violência para ganhar fama. Transformou-se no símbolo da contrarrevolução preventiva no país. A resposta mais bem acabada do capital aos movimentos radicais da esquerda que ecoavam desde 2013. A tampa perfeita para parar os movimentos sociais da panela da manutenção da ordem capitalista no país.

O discurso de combate a um suposto comunismo cultural, por exemplo, serviu muito bem aos interesses privados tanto do setor educacional quanto cultural do país. Empresários do setor apoiam iniciativas que tiram do Estado o controle sobre a produção de cultura, pesquisa científica e modalidades de ensino. Teorias da conspiração sobre uma suposta doutrinação comunista nas escolas e universidades públicas e notícias inventadas sobre financiamento de artistas serviram também para demolir a imagem de universidades públicas, artistas progressistas, pesquisadores e cientistas perante amplas parcelas da população, justificando, assim, os corte de verbas, a falta de financiamento e até mesmo o desmonte e a privatização.

Como já pontuado anteriormente, os movimentos de junho de 2013 representaram o esgotamento das políticas de conciliação de classes da governança

petista. A eclosão de multidões de trabalhadores nas ruas pressionava por mais espaço no orçamento público para os trabalhadores e oprimidos. Os problemas decorrentes da política neoliberal, como excesso de isenções fiscais, altos juros e taxas bancárias, desfinanciamento da saúde e educação, do poder do mercado financeiro na economia do país, da dívida pública não-auditada, da precarização do trabalho, da terceirização, não foram resolvidos nos marcos da política de conciliação com o neoliberalismo. Esses limites, dentre outros aspectos, levaram a um choque entre os interesses das classes nas ruas em 2013, nas eleições de 2014 e culminaram no impedimento de Dilma Rousseff (PT), em 2016.

Ou seja, se por um lado a entrada de Jair na política é fruto da crise política e econômica, no contexto dos estertores da ditadura militar, sua ascensão como liderança de oposição, antissistema é expressão também do choque de interesses entre capital financeirizado e o trabalho precarizado, no contexto do esgotamento dos governos petistas. Sua personalidade e tática eleitoral serviram perfeitamente para conter qualquer avanço decorrente das mobilizações de junho de 2013, pois foi capaz de personificar a forma que o capital encontrou para motivar enorme contingente a favor da sua política de menos Estado e mais mercado, retomando, assim, a direção política e econômica da sociedade. Uma liderança que se mostrou, naquele momento, capaz de aplicar a contrarrevolução preventiva, defendendo de forma virulenta os interesses do capital, mobilizando setores de massas nas ruas e nas redes. Jair se vendia como uma pessoa que teria coragem para falar o que pensava e enfrentar autoridades, em oposição ao governo petista, contra um suposto terror vermelho que queria destruir a tradição, Deus e a propriedade.

O ano de 2016 foi marcado pela queda da presidente Dilma Rousseff (PT), ocasião em que Jair aplicou sua tática de polemizar com frases de efeito chocantes em cadeia nacional e amplo espaço na imprensa de forma bem-sucedida. Ao anunciar seu voto, o fez em homenagem ao coronel do Exército e torturador Brilhante Ustra⁴⁴, algoz de Dilma Rousseff durante o período em que esteve presa. Atingido por um cuspe vindo do deputado Jean Willys (PSOL) e denunciado à Comissão de Ética mais uma vez, Bolsonaro foi catapultado a líder da nova direita

⁴⁴ Carlos Alberto Brilhante Ustra (Santa Maria, 28 de julho de 1932 – Brasília, 15 de outubro de 2015) coronel da ativa do Exército Brasileiro, foi chefe do DOI-CODI do II Exército (de 1970 a 1974), órgão de repressão e tortura a presos políticos, durante o período da ditadura militar no Brasil. (MEMÓRIAS DA DITADURA)

incontestemente e ampliou fortemente seu alcance político. Mas ele não estava sozinho. Articulado por meio dos seus filhos a figuras como Olavo de Carvalho, Stephen Kevin Bannon e a agrupamentos como o Movimento Brasil Livre (MBL) e defensores da operação Lava Jato, ampliou de forma contundente sua base eleitoral para além dos muros dos quartéis. A nova direita ganhou peso de massas quando articulou o descontentamento do povo com a deterioração das condições materiais, no último ano do governo Dilma, com o anseio do patronato pela radicalização da agenda neoliberal no país. Naquele momento, foi oportuno para Bolsonaro, portanto, reafirmar seu ódio contra o PT, à ex-presidente Dilma, às esquerdas em geral, além da defesa da pauta reacionária. Jair se destacou ainda, no ano seguinte, como articulador nas paralisações de caminhoneiros durante o governo de Michel Temer (PMDB), fazendo um vídeo que viralizou nas redes sociais. Naquele momento, defendeu que somente a paralisação poderia fazer o Executivo recuar e intervir nos preços do diesel (REVISTA EXAME, 2018).

Deputado federal reeleito para seguidos mandatos⁴⁵, candidato à presidência da Câmara por três vezes, pouco realizou em termo de autoria de leis que de fato se transformassem em normas jurídicas. Dentre as cinco propostas que Jair figura como autor (CÂMARA DOS DEPUTADOS, s.d), apenas uma se refere a militares. No entanto, sua tática de frases de efeito e polêmicas com autoridades, por meio do discurso de ódio, a favor dos torturadores, de fantasmagoria sobre um terror vermelho, homofobia, misoginia, racismo, sua veemência contra a Comissão da Verdade e avanços democráticos, ganhou a simpatia de amplos setores populares e do empresariado para além de sua base eleitoral primordial, os militares.

3.1.2 Uma família muito unida aos seus fantasmas e rachadinhas

Seus filhos mais velhos foram conduzidos pelo patriarca a participar da política. Utilizando a mesma tática controversa do pai, elegeram-se para cargos no parlamento. O discurso de combate à corrupção e aos bandidos, ao que parece, não

⁴⁵ **Mandatos (na Câmara dos Deputados):** Deputado(a) Federal - (Congresso Revisor), 1991-1995, RJ, PDC, Dt. Posse: 01/02/1991; Deputado(a) Federal - 1995-1999, RJ, PPR, Dt. Posse: 01/02/1995; Deputado(a) Federal - 1999-2003, RJ, PPB, Dt. Posse: 01/02/1999; Deputado(a) Federal - 2003-2007, RJ, PPB, Dt. Posse: 01/02/2003; Deputado(a) Federal - 2007-2011, RJ, PP, Dt. Posse: 01/02/2007; Deputado(a) Federal - 2011-2015, RJ, PP, Dt. Posse: 01/02/2011; Deputado(a) Federal - 2015-2019, RJ, PP, Dt. Posse: 01/02/2015. (JAIR..., 2022, s.p)

passava de encenação, peça da tática de frases de efeito. Na prática, os gabinetes do clã Bolsonaro ficaram conhecidos pela prática de “rachadinha”. Estabelecido nos gabinetes de Flávio e Carlos Bolsonaro, o crime de peculato pode ser a explicação para o enriquecimento da família, de acordo com investigação em curso no Ministério Público do Rio de Janeiro. A contratação de funcionários “fantasmas”, além de garantir volumosas quantias para o clã Bolsonaro, também servia para abrigar familiares próprios e de milicianos. Como, por exemplo, além da ex-esposa de Jair, a viúva do famoso chefe de milícia carioca Adriano da Nóbrega⁴⁶, Danielle Mendonça da Costa da Nóbrega, de acordo com matéria d’O Globo (2019). As relações com as milícias apareciam também nas homenagens, com medalhas, nas casas onde eram parlamentares, a milicianos e assassinos de aluguel do Rio de Janeiro. Adriano da Nóbrega recebeu a medalha Tiradentes⁴⁷, mais alta honraria da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro. Não é nossa pretensão abarcar toda a complexidade da ligação da família Bolsonaro com as milícias fluminenses e o enriquecimento por meio da prática do peculato, no entanto, cabe destacar o papel importante na ampliação do poder do bolsonarismo, notadamente no estado do Rio de Janeiro.

3.2 A política da terra arrasada: destruição e desemprego nos primeiros anos de Jair no Executivo

Como já assinalado, nas eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro se elegeu presidente da República com uma campanha pautada nas redes sociais, notadamente com os aplicativos de mensagens instantâneas mobilizadas por milícias digitais espalhando notícias falsas sobre um suposto perigo iminente com a vitória do PT. O terror moral das redes bolsonaristas se alimentou também das pregações nos púlpitos sobre supostas atitudes “sexualizadas” de professores nas escolas ou artistas em práticas escatológicas e bizarras nas exposições. Aborto, pedofilia, “kit gay”, “ideologia de gênero” são alguns exemplos do espantinho

⁴⁶ Adriano da Nóbrega era um assassino de aluguel, chefe da milícia intitulada “escritório do crime”, uma das mais temidas do Rio de Janeiro (INTERCEPT_BRASIL, 2022).

⁴⁷ Destinada a premiar pessoas que prestaram relevantes serviços à causa pública no Estado do Rio de Janeiro. (INTERCEPT_BRASIL, 2022).

utilizado por lideranças religiosas bolsonaristas. Engrossando o caldo cultural que alimentava as bases eleitorais de Jair, influenciadores digitais propagavam ideias reacionárias do astrólogo e guru Olavo de Carvalho. Muitos deles foram catapultados a ministros, agentes de governo e operadores de verbas públicas com a eleição de Bolsonaro.

Destacam-se como marcas dos primeiros anos do governo, dentre outras: a criminalização das esquerdas e oposições — notadamente do Lula, do MST e MTST —, a política da banalização da morte (do “bandido bom é bandido morto” e “CPF cancelado”) e o incentivo aos Clubes de Tiro (CACs) por meio de leis armamentistas. Além disso, seus dois superministros: Sergio Moro (PODEMOS), superministro da Justiça, juiz que arbitrariamente operou como chefe de investigação da Lava Jato (responsável pela prisão de Lula), e Paulo Guedes o “posto Ipiranga”, superministro da Economia. A radicalização das políticas neoliberais iniciada por Temer (PMDB) foi continuada com debilidades pelo superministro da economia Paulo Guedes.

Ainda em 2019, o governo conseguiu a aprovação da Reforma da Previdência, em um processo de tramitação que já demonstrava a grande inabilidade do Executivo na coordenação de sua base de apoio no parlamento e na sustentação e defesa dos temas no debate público. Rodrigo Maia sempre deixou clara sua insatisfação com a condução que o governo dava para a PEC, declarando que ela fora aprovada “apesar do Governo”. Se a PEC da Reforma da Previdência fora uma vitória parcial do governo (texto havia sido, consideravelmente, alterado durante a tramitação), ela seria uma das raras nesse tema e marcaria o baixo nível de implementação da agenda de reformas econômicas. Posteriormente, o governo deu sequência à agenda e lançou o Plano Mais Brasil, composto por três PECs (Pacto Federativo – PEC 188/19, Fundos Públicos – PEC 187/19 e Emergencial – PEC 186/19) e a MP da Carteira de Trabalho Verde e Amarela (MP 905/19). Nenhum destes textos enviados em 2019 conseguiu avançar e atender seus objetivos (AMBRÓZIO, 2022, s.p).

Assim, no primeiro ano de governo, promulgou a chamada reforma da previdência⁴⁸, única que conseguiu aprovar no Congresso Nacional. Além disso, Paulo Guedes colocou em andamento uma agenda silenciosa de privatizações. À exceção da Telebrás, evitou leilões que chamassem muita atenção ou demandassem aprovação do parlamento, focando em vender ações detidas da

⁴⁸ As mudanças da Previdência preveem que homens se aposentam a partir de 65 anos de idade e mulheres aos 62 anos. Também ficou definido 15 anos de contribuição mínima para mulheres e 20 anos para os homens. Quem quiser se aposentar com o salário integral, com o teto hoje de R\$ 7.087,22, tem de contribuir por 40 anos (ROCHA, 2022).

Petrobrás, Banco do Brasil, BNDESPar e CaixaPar. Grande parte do montante fruto dessas privatizações foi revertido para o pagamento de juros da dívida pública⁴⁹.

Cabe destacar que uma das primeiras ações de Jair como presidente foi a edição da medida provisória 870, que reduziu ministérios, de 29 para 22 pastas, notadamente a extinção do Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Mesmo que tenha sido recriado dois anos depois, por meio da lei 14261/21, teve impacto em termos do desmonte do sistema de proteção do trabalho no país.

De acordo com José Raimundo Trindade (2021, s.p), professor do Programa de Pós-graduação em Economia da UFPa, esse movimento de Bolsonaro logo no início da gestão indicava que “nos limites de qualquer disputa social se faria valer os interesses da ‘Faria Lima’ e não se teria qualquer concessão ao outro lado, o lado do Trabalho”. Essa decisão é simbólica no sentido de reafirmar o governo Bolsonaro como continuidade do governo anterior no que se referia ao desmonte dos direitos trabalhistas. A medida provisória que instituiu o pacote da carteira de trabalho verde e amarela (MP 905 de 11 de novembro de 2019) é outro exemplo do alinhamento de Jair Bolsonaro com as políticas ultraneoliberais implementadas por Temer. Criado para durar até 31 de dezembro de 2022, era destinado para o público jovem (entre 18 e 29 anos). A promessa do governo (e da grande imprensa) seria a geração de quatro milhões de empregos nessa faixa etária. No entanto, isso não se cumpriu. Destacam-se os pontos a seguir como elementos de extrema precarização nessa modalidade de contrato de trabalho:

- a) permite contratação sem os preceitos da CLT, bem como sem garantias de convenção coletiva;
- b) reduz o percentual depositado no FGTS do trabalhador de 8% para 2%;
- c) diminui a multa sobre o saldo do FGTS de 40% para 20% nas demissões sem justa causa;
- d) permite o parcelamento, em até 12 meses, das férias e do saldo do FGTS;
- e) minora o adicional de periculosidade de 30% para 5%;
- f) isenta os donos de empresas da contribuição previdenciária de 20%;
- g) desconsidera como acidentes de trabalho aqueles que ocorrem no trajeto de casa para o trabalho e vice-versa. Os acidentados não têm direito ao auxílio-

⁴⁹ “R\$ 110,1 bilhões em 2019, no 1º ano de gestão. Mais R\$ 59,7 bilhões em 2020. Depois, outros R\$ 57,8 bilhões em 2022. E mais R\$ 76,6 bilhões em 2022” (RODRIGUES, 2022, s.p).

doença.

Ainda no que se refere aos elementos de precarização, autorizava ao empregador a dispor do jovem funcionário também aos domingos, sem pagamento de hora dobrada, desde que fosse possibilitado ao trabalhador posterior compensação.

O predomínio de relações de trabalho que não se estabelecem em bases contratuais regulares ou fixas, definindo mecanismo de superexploração correspondente a uma lógica de crescente flexibilização no uso e gestão da força de trabalho que leva ao domínio do próprio tempo privado dos trabalhadores pelo capital, formas manifestas em ocupações do tipo PJ (Pessoa Jurídica), revendedoras de cosméticos, Uber e tantos outros. Assim a ultra flexibilidade estabelecida na própria legislação parece não fazer efeito frente uma realidade em que as condições estruturais de informalidade se impuseram e ao mesmo tempo se observa a degradação da estrutura antes formal de emprego imposta pelas novas “não regras” advindas da “modernização trabalhista” (TRINDADE, 2021, s.p).

Mesmo antes dos efeitos devastadores da pandemia do Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2), o país lidava com uma das principais consequências da radicalização da agenda neoliberal, operadas por Jair (PL) e Guedes, notadamente no que se refere aos direitos e garantias sociais e trabalhistas: o aumento brutal do desemprego e da fome. Em 2019, 61 milhões 579 mil pessoas estavam fora do mercado de trabalho, ou por desemprego ou por desalento⁵⁰. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar Contínua (IBGE, 2019), a taxa de desocupação no quarto trimestre daquele ano era 11,1% da PEA. Os mais atingidos eram os jovens (23,2%) e as mulheres (13,4%), com percentuais acima. O Rio de Janeiro era um dos estados em que os índices de desocupação da força de trabalho pontuavam acima da média nacional (13,8%), ainda em conformidade com os dados da PNAD Contínua (2019).

Por fim, somado à tragédia do desemprego, e em conformidade com Antunes (2020, p. 77), no balanço da primeira metade do mandato de Jair (PL), pode-se identificar um governo destrutivo, destacando-se resumidamente os pontos, a saber:

a) Da legislação social protetora do trabalho e da organização sindical dos trabalhadores, tanto em termos do aumento da repressão quanto da precarização, “dos quais a legalização do trabalho intermitente é o flagelo mais evidente e aberrante” (ANTUNES, 2020, p.77), outro exemplo é a promessa de campanha da

⁵⁰ No primeiro trimestre de 2014, a taxa de desocupação era de 6,6% (IBGE, 2019).

chamada “carteira verde-amarela”, que trazia dentre outros pontos, a prevalência das regras do contrato individual patrão-funcionário sobre a CLT;

b) Da seguridade social dos mais pobres, com a aprovação da reforma da Previdência em outubro de 2019 que dificultou enormemente a aposentadoria dos trabalhadores mais pobres. Relegando os mais vulneráveis ao “no máximo, um assistencialismo vergonhoso e acintoso” (ANTUNES, 2020, p.77);

c) Da natureza, por meio da leniência dos órgãos governamentais perante às queimadas e à devastação de áreas importantes de preservação ambiental, como partes consideráveis da floresta amazônica e do pantanal mato-grossense, dentre outros biomas e também a “liberação de agrotóxicos, extração de minérios, madeira etc.” (ANTUNES, 2020, p.77);

d) Do saber científico, do negacionismo perante a pandemia Covid-19 que levou a uma verdadeira catástrofe humanitária no país, através da consolidação do “culto da ignorância, na pior linhagem trumpiana, o desprezo e o combate à ciência, à saúde pública” (ANTUNES, 2020, p.77).

3.3 O vírus não escolhe as vítimas, o capitalismo, sim

Em 11 de março de 2020, Tedros Adhanom, diretor geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), declarou estado de pandemia por conta da Covid-19. O anúncio se referia à expansão geográfica da doença no mundo, que se alastrava sem nenhuma contenção por parte dos governos. A devastação neoliberal em curso no país aliada à situação pandêmica acentuou de forma descomunal a precariedade, a miséria, o desemprego e a fome no país. De fato, as respostas do governo Bolsonaro para lidar com a crise sanitária foram catastróficas.

Ainda não é possível saber o número preciso de mortes pela Covid-19 em razão da subnotificação em todo o mundo. No entanto, estima-se que cerca de 15 milhões de pessoas tenham tido suas vidas ceifadas, 13% mais óbitos do que o normalmente esperado para um período de dois anos. Os mais atingidos pela letalidade do vírus foram as trabalhadoras mais precarizadas das regiões periféricas do globo, bem como dos países em que os governos não estimularam o distanciamento social.

A desigualdade social, ponto importante da agenda neoliberal, acentuou os efeitos da crise sanitária e foi ampliada por ela. De acordo com o comunicado oficial

para o dia mundial da saúde em abril de 2021 (UN NEWS, 2021, s.p), o secretário geral da ONU, António Guterres, afirmou que: “A crise da COVID revelou quão desiguais são as nossas sociedades”, destacando a distribuição desigual de vacinas e o maior número de infectados e mortos entre aqueles que vivem “condições de vida e trabalho desfavoráveis, discriminação e exclusão social”. A OMS divulgou, naquele mesmo comunicado, 131 milhões e 21 mil casos confirmados de Covid-19, e cerca de 2 milhões, 850 mil e 520 mortes em todo o mundo. Em conformidade com o site do Instituto Butantna (2022), um dos principais centros de pesquisa de vacina contra a Covid-19 no Brasil, a partir de um estudo publicado na revista The Lancet, a subnotificação nos casos de falecimento, em diversos países, aponta para números ainda maiores.

O número de mortes por Covid-19 no mundo pode ser o triplo do que os registros oficiais indicam, chegando a 18,2 milhões de pessoas até o final de 2021, contra os 5,9 milhões divulgados oficialmente. Essas são as primeiras estimativas globais revisadas por pares sobre o excesso de mortes relacionadas à doença, baseadas nos dados de 74 países e 266 localizações subnacionais, inclusive o Brasil, entre 1 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 (INSTITUTO BUTANTAN, 2022).

A subnotificação é calculada a partir da diferença entre o número de mortes registradas por todas as doenças e as projeções realizadas por meio das tendências do passado, essa estimativa aponta um número mais preciso de pessoas que perderam suas vidas em decorrência da doença causada pela Covid-19. O excesso de mortes, nome dado ao cálculo acima, ou seja, a taxa de mortalidade não contabilizada era maior em sete países, na ordem a seguir: Índia (4,1 milhões), Estados Unidos (1,1 milhão), Rússia (1,1 milhão), México (798 mil), Brasil (792 mil), Indonésia (736 mil) e Paquistão (664 mil).

A maioria das pessoas perdeu sua vida por contrair o vírus, em razão da posição na sociedade do capital, uns por não ter direito à quarentena ou condições sanitárias para distanciamento social em suas residências, outros por não terem acesso a leitos nos hospitais (públicos ou privados) ou por estarem em regiões sem doses ou com atrasos na vacinação. As famílias mais afetadas pelo excesso de mortes estão localizadas nas regiões em que há maior concentração de renda nas mãos dos 10% mais ricos. O drama humano que o mundo assistiu desde março de 2020 não foi ocasionado somente pela existência do vírus, que jamais escolheu a quem infectar. Sobretudo, em relação aos milhões de vidas perdidas, grande parte se deu pela miséria, pobreza e a consequente precariedade de condições, no

contexto do vírus. Uma tragédia humana monumental que não mostra precedentes na história recente. Pode-se afirmar, portanto, que a cisão entre os detentores do capital e aqueles que vivem do trabalho expressada nas enormes diferenças econômicas e sociais entre classes, mas também entre regiões e países, potencializou o brutal efeito da Covid-19, escolhendo mais suas vítimas entre aqueles localizados na periferia do sistema. As regiões com maior subnotificação de mortes no mundo são o sul da Ásia e África Subsaariana, duas das mais concentradoras do globo, por exemplo.

Tabela 1. Divisão das rendas regionais em 2021 em %

	50% mais pobres	40% no meio	10% mais ricos
Oriente Médio	9	33	58
África subsaariana	9	35	56
América Latina	10	34	55
Sul e Sudeste Asiático	12	33	55
América do Norte	13	41	46
Ásia (leste)	14	43	43
Rússia e Ásia Central	15	19	47
Europa	19	45	36

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados fornecidos pelo EL PAÍS, 2022.

De acordo com a tabela, somente na Europa a metade mais pobre da sociedade chega perto de concentrar 19% da renda, dez pontos a mais do que no Oriente Médio, sendo o continente europeu o único em que a minoria rica concentra menos de 40% da renda, enquanto que na América Latina passa da metade da riqueza do país. Em 2021, o abismo social causado pela concentração excessiva de renda expressava um mundo desigual, tanto entre as regiões como internamente a cada uma delas. Durante os anos que se seguiram, a concentração de renda só aumentou em todo o globo. Os super ricos concentravam ainda mais renda durante

a pandemia da Covid-19. A nota informativa “A desigualdade mata” da OXFAM⁵¹, de janeiro de 2022, apontou para o aumento da concentração de riquezas nas mãos de poucas pessoas. De acordo com o relatório, por causa da crise sanitária, a riqueza dos 10 homens mais ricos duplicou, ao passo que a renda de 99% da humanidade piorou. “Um novo bilionário surge a cada 26 horas desde o início da pandemia. [...] mais de 160 milhões de pessoas foram empurradas para a pobreza”, resume a nota (OXFAM, 2022, s.p). A concentração de renda, portanto, foi catapultada pela pandemia ao passo que também foi ela que gerou o enorme morticínio durante os anos da crise sanitária.

Milhões de pessoas ainda estariam vivas atualmente se tivessem tido acesso a uma vacina, mas elas estão mortas, sem ter tido nenhuma chance, enquanto as grandes farmacêuticas continuam mantendo o controle monopolista dessas tecnologias. Este *apartheid* de vacinação está tirando vidas e aumentando as desigualdades em todo o mundo (OXFAM, 2022, s.p).

A enorme disparidade econômica entre as classes e grupos sociais faz com que alguns corram mais riscos de morte do que outros, ainda em conformidade com a nota informativa (OXFAM, 2022). Entre os países e regiões, essa diferença também se expressa: uma pessoa que vive em um país periférico tem duas vezes mais chances de morrer em decorrência da Covid-19 do que os que estão localizados em países centrais do capitalismo. E mesmo na Europa, internamente aos países a desigualdade se apresenta. Na Inglaterra, por exemplo, as pessoas mais pobres e abaixo dos 65 anos de idade tinham, naquele ano, quatro vezes mais chances de morrer do que as ricas, da mesma faixa etária. Aumentava o risco de morte também para os grupos racializados: “Pessoas originárias de Bangladesh tinham cinco vezes mais chances de morrer de Covid-19 em comparação com a população britânica branca na Inglaterra durante a segunda onda da pandemia” (OXFAM, 2022, p.9). E de fato morriam mais. O Reino Unido teve entre os seus grupos mais afetados os jovens pobres, os grupos de minoria étnica, os prisioneiros, sem-teto e profissionais do sexo. Outro exemplo dessa desigualdade nas

⁵¹ A OXFAM é uma Organização não-governamental que está presente em mais de 70 países fundando em 1995, com a junção de outras ONGs que busca reverter a desigualdade no mundo. O nome tem origem no Comitê Oxford para alívio da fome, formado em 1942 para ajudar a população da Grécia ocupada pelos nazistas. O estudo que deu origem ao relatório “ A desigualdade mata” tem como autor principal: Nabil Ahmed, e os co-Autores: Anna Marriott, Nafkote Dabi, Megan Lowthers, Max Lawson, Leah Mugehera. É um compilado de diversos estudos anteriores, de outros autores ou organizações e da própria OXFAM (OXFAM, 2022).

possibilidades de morte perante uma tragédia sanitária que a nota apresenta são os EUA. O relatório aponta que se a expectativa de vida entre negros e brancos, naquele país, fosse a mesma, 3,4 milhões de negros não teriam perdido as suas vidas. A pandemia também ampliou esse número que já era impressionante. Antes da chegada do vírus, 2,1 milhões de pessoas pretas estariam vivas caso houvesse igualdade na expectativa de vida entre os grupos raciais naquele país.

Os grandes contrastes da atualidade estão sendo impulsionados tanto pelo aumento da desigualdade entre os países, já que as nações ricas são capazes de vacinar a população e retornar a um nível de normalidade, quanto pelo aumento da desigualdade dentro dos países, onde as pessoas mais ricas de todas as nações foram capazes de resistir melhor ao turbilhão econômico criado pela Covid-19 (OXFAM, 2022, s.p).

Desta forma, quando se analisa os dados alarmantes apresentados pela nota informativa da OXFAM no que se refere às diferenças raciais e econômicas, mesmo no continente com menor concentração de renda e num dos países mais ricos do mundo, percebe-se que apesar de o vírus não escolher a quem contaminar, o capitalismo entregou os mais vulneráveis econômica e socialmente para terem suas vidas ceifadas.

Na América Latina, a situação não era diferente, e o Brasil foi o país mais atingido. Em 21 de maio de 2021, a diretora da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Carissa F. Etienne (OPAS, 2022), anunciou a morte de mais de um milhão de latino-americanos no contexto da pandemia Covid-19 até aquela data. De acordo com o relatório, o Brasil (44,3%) era o país com mais mortes, seguido pelo México (22,1%) e Colômbia (8,3%). A situação do país foi a pior da região, que, mesmo tendo 2,7% da população mundial, concentrou 13% das mortes no mundo.

A triste liderança do Brasil em termos regionais pode ser analisada por meio da articulação de múltiplas determinações. Destaca-se, dentre elas, a continuidade do desmonte dos direitos e garantias sociais e trabalhistas em curso com a agenda ultraneoliberal em curso no país e a política anticiência do governo federal.

3.4 O encontro de Jair com o vírus

No meu caso particular, pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou teria, quando muito, acometido de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão (BBC NEWS,

2020).⁵²

O discurso negacionista convicto de Bolsonaro e suas milícias digitais⁵³, desde o início da pandemia, ao que tudo indica, serviu para camuflar interesses políticos e financeiros. Nesse sentido, minimizar a letalidade da infecção causada pelo novo coronavírus, incentivar aglomerações sem máscara em motocicletas e passeios de jet-ski, defender remédios sem eficácia comprovada e, por fim, atrasar a compra de vacinas, ao que parece, eram uma cortina de fumaça para esconder a apropriação privada que um grupo instalado no poder do Executivo federal estava fazendo das verbas destinadas ao combate da pandemia, que lucrava em negociações comerciais de equipamentos, insumos, remédios e vacinas no Sistema Único de Saúde (SUS) e no Ministério da Saúde (MS). A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI-Covid-19)⁵⁴ descortinou o esquema de corrupção armado por detrás da aparente displicência negacionista com a saúde pública no país no contexto da pandemia. O negacionismo, como demonstrou o relatório da CPI-COVID, foi um negócio lucrativo para agentes do governo, atravessadores duvidosos e empresas com sede em paraísos fiscais. Além disso, possibilitou a Bolsonaro culpabilizar fatores alheios à sua vontade pelo fracasso retumbante da política econômica capitaneada por Paulo Guedes.

Bolsonaro justificava a incapacidade do governo em conter a disseminação do vírus com o argumento de que a economia não poderia parar. Colocou-se contrário a qualquer política de renda mínima, sofrendo uma derrota no Congresso com a

⁵² Ele se referia a uma fala do médico Drauzio Varella, que apoiadores do presidente resgataram de um vídeo de janeiro deste ano. Mais tarde, o médico gravou novo depoimento em que reconhecia que havia subestimado o novo coronavírus (BBC NEWS, 2020).

⁵³ Manteve uma articulação das milícias digitais de desinformação, repercutindo falsas notícias e avaliações enviesadas de supostos especialistas que garantiriam que não se pegaria o vírus se tomasse determinado remédio milagroso, que a saída da pandemia não se daria por vacina e sim por uma suposta imunidade de rebanho e, por fim, que todos os países que aderiram à quarentena teriam sofrido prejuízos econômicos irreversíveis. Não se tratava de negligenciar cuidados de saúde elementares para evitar a propagação da doença, e sim, de realizar uma campanha sistemática contra a orientação da ciência mundial, ativando as redes de milícias digitais para convencer os seguidores de Bolsonaro com teorias da conspiração sobre o comunismo, a China, e remédios milagrosos (AGÊNCIA SENADO, 2021, s.p).

⁵⁴ Em 13 de abril de 2021, o Senado na figura de seu presidente, Rodrigo Pacheco (Partido Social Democrático) instaura a pedido do partido Rede Sustentabilidade, mediante autorização do STF a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a pandemia. Foi criada para investigar “ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia e o colapso da saúde no estado do Amazonas”. Tendo como adendo do senador Eduardo Girão (PODEMOS) “investigar a aplicação de recursos federais por estados e municípios no combate à pandemia” (AGÊNCIA SENADO, 2021, s.p).

aprovação do Auxílio Emergencial de R\$600,00, valor que se mostrou insuficiente para conter o avanço da fome no país. O discurso negacionista desobrigava Jair Bolsonaro, enquanto chefe do Executivo, da criação de políticas públicas emergenciais para os mais pobres, e sua inépcia era camuflada pelo uso de sua antiga tática eleitoral: atacar autoridades (tanto os chefes dos poderes Legislativo e Judiciário quanto governadores⁵⁵).

O subterfúgio do governo para negar-se a fazer a quarentena nacional era “salvar a economia”. Tudo deveria funcionar normalmente, como se não houvesse perigo de contaminação, resguardando em quarentena os chamados grupos de risco e faixas etárias mais avançadas. Na prática, para as camadas mais precarizadas dos trabalhadores, não restou outra escolha: se expor ao vírus.

[...] a pressão do governo, a pretexto de recuperar a economia , obriga milhares de trabalhadores e trabalhadoras a voltar ao trabalho para garantir seu emprego. Os dados referentes às mortes por covid-19, especialmente na classe trabalhadora, falam por si só. O coronavírus tem corpo-de-classe, atingindo mais as mulheres assalariadas, negras e imigrantes (ANTUNES, 2020, p. 43).

Não houve quarentena nacional, pois o governo federal agiu intencionalmente para garantir a manutenção das atividades econômicas presenciais, em detrimento das orientações da OMS de distanciamento social, trabalho telepresencial e uso de máscara e equipamento de proteção individual (EPI) para trabalho essencial.

O discurso negacionista do chefe do Executivo federal desestimulou o isolamento social, especialmente no que se refere ao trabalho, ausentou-se de políticas públicas articuladas para a contenção da disseminação do vírus e, na prática, impediu que os trabalhadores tivessem direito à quarentena, em termos nacionais. A contaminação de parcelas expressivas da população atingiu diretamente aqueles que vivem a precariedade das relações laborais. A economia não foi salva para aqueles que vivem do seu próprio trabalho.

De acordo com o PNAD Covid-19 (s.d), na semana entre 20/09 e 26/09/2020, a ampla maioria dos trabalhadores estava em regime de trabalho presencial. Como

⁵⁵ Governadores de estados importantes, como Rio de Janeiro e São Paulo, bem como do Nordeste passaram a contrapor diretamente o negacionismo do governo federal com ações de fechamento e restrições para contenção do vírus em seus territórios. No dia 15 de abril de 2020, instado pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), o plenário do STF decidiu que os entes federativos podem ter ações autônomas em relação ao governo federal para contenção do vírus e tratamento da doença (PORTAL STF, 2020).

mostrado na tabela a seguir, uma esmagadora minoria teve acesso ao trabalho telepresencial em razão da quarentena.

Tabela 2. Força de trabalho Brasil entre 20 e 26 set. 2020

Pessoas ocupadas trabalhando	80,30%
Pessoas ocupadas e afastadas devido ao distanciamento social	2,80%
Pessoas ocupadas afastadas por outros motivos	2,50%
Pessoas desocupadas	14,40%

Fonte: Elaborada pela autora com base na PNAD COVID19 (s.d).

Ainda de acordo com a PNAD Covid-19 (PNAD COVID19, s.d) no Brasil entre 20/09 e 26/09/2020: 2,7 milhões de trabalhadores foram afastados do trabalho devido ao distanciamento social; 7,9 milhões de estavam em trabalho remoto; 15,3 milhões não procuraram trabalho por conta da pandemia ou por falta de trabalho na localidade. Além disso, em novembro daquele ano, 41,0 % dos domicílios brasileiros recebiam auxílio emergencial, 13,5 milhões estavam ocupadas e não faziam quarentena, e, por fim, 16,3 milhões de pessoas ocupadas tiveram rendimento menor do que o normalmente recebido do trabalho.

A tabela a seguir demonstra que a política negacionista teve como efeito também a redução progressiva do número de pessoas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social. Em menos de 5 meses, foi reduzida a uma minoria absoluta entre aquelas que estavam com alguma ocupação durante as semanas de referência.

Tabela 3. Afastamento do trabalho (devido ao distanciamento social) 2020

03/05 a 09/05	16 milhões 589 mil pessoas
04/06 a 20/06	13 milhões 504 mil pessoas
12/07 a 18/07	6 milhões 153 mil pessoas
30/08 a 05/09	3 milhões 427 mil pessoas
20/09 a 26/09	2 milhões 748 mil pessoas

Fonte: Elaborada pela autora com base na PNAD COVID19 (s.d).

Na prática, o desestímulo governamental reduziu o número de trabalhadores e empresas que adotaram o distanciamento social, tornando a quarentena um privilégio de poucos. A base social de sustentação de Bolsonaro, os militares, estavam entre os que tiveram a maior proporção de pessoas afastadas do trabalho devido ao distanciamento social em 2020 (7% dos Militares e servidores estatutários), sendo os trabalhadores que menos tiveram acesso aqueles mais precarizados (0,3% dos Trabalhadores familiares auxiliares, 1,2% dos Conta-própria, 1,7% dos Empregados do setor privado sem carteira assinada). No setor público, os contratados, ainda de acordo com a PNAD Covid-19 (s.d), ficaram com porcentagens de distanciamento social um pouco abaixo dos servidores efetivos e militares (6,0% dos Empregados do setor público com carteira assinada, 6,6% dos Empregados do setor público sem carteira assinada). Por fim, o nível de instrução também foi fator importante no processo de clivagem social de quem teria direito à quarentena ou não, considerando o desestímulo do chefe do Executivo, no contexto da pandemia.

O nível de instrução superior completo ou pós-graduação figurou como aquele com a maior proporção de pessoas em trabalho remoto, em 2020, com 27,1% da sua mão de obra em distanciamento social, reafirmando que a inação do governo federal para garantir quarentena para a população atingiu os mais pobres e garantiu segurança para aqueles que detêm uma condição melhor de trabalho. Estavam em trabalho remoto em novembro de 2020:

- 0,3 % das pessoas sem instrução ao Fundamental incompleto;
- 0,9 % das pessoas com Fundamental completo ao Médio incompleto;
- 4,4 % das pessoas com Médio completo ao Superior incompleto;
- 27,1 % das pessoas com Superior completo ou Pós-graduação.

No Brasil, o discurso negacionista do chefe do executivo federal desestimulou o isolamento social, especialmente no que se refere ao trabalho em distanciamento social, ausentando-se da formulação de políticas públicas articuladas para a contenção da disseminação do vírus e, na prática, impediu que aqueles que estão ocupados formalmente tivessem direito à quarentena em termos nacionais. No que se refere aos trabalhadores informais, precarizados e desempregados, a situação foi ainda pior. Conforme já pontuado, com o pretexto de “salvar a economia” e manter a austeridade fiscal, o executivo obstaculizou a criação de auxílios emergenciais para

a população mais vulnerável, ampliando ainda mais o risco de contaminação daqueles que precisavam ir às ruas para garantir a sua subsistência.

Desde o início da crise sanitária, Paulo Guedes e Bolsonaro se colocaram contrários às mudanças na lei para criação do Auxílio Emergencial no valor de R\$600,00 votado pelo Congresso Nacional em março de 2021. Com o nome de Projeto de Emenda Constitucional (PEC) emergencial, promulgada em sessão solene conduzida pelos presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG), foi aprovada após três dias de debates e votações (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021). A Emenda Constitucional suspendeu, de acordo com seu caput, as “condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19” (BRASIL, 2021, s.p).

A pressão do Congresso, dos movimentos sociais e também da imprensa garantiu o Auxílio Emergencial. No entanto, os valores não foram suficientes para garantir quarentena para parte importante do povo brasileiro, notadamente a submetida a intermitência, terceirização, “uberização” e pequenos negócios. Além da ausência de políticas públicas federais que garantissem a quarentena, deixou-se a cargo de cada empresa/unidade da federação a decisão sobre a aplicação do distanciamento social. Não houve, portanto, em momento algum, *lockdown* nacional, o que ocasionou uma maior contaminação dos grupos sociais mais precarizados.

Amplas parcelas da classe trabalhadora enfrentaram, além da inflação crescente, o maior desemprego da série histórica marcado na PNAD Contínua (IBGE, 2019). Entre os meses de agosto a setembro de 2020, de acordo com o levantamento, 14,9% da população economicamente ativa estava desempregada, o maior nível registrado desde que se começou a mensurar o desemprego no país. No trimestre encerrado em janeiro de 2021, 15 milhões 257 mil trabalhadores estavam à procura de emprego (IBGE, 2019). No segundo semestre, o país bateu outro triste recorde, cinco milhões de trabalhadores no desalento (CORREIO BRAZILIENSE, 2020). Somou-se, um contingente de cerca de vinte milhões de trabalhadores, no auge da pandemia, sem trabalho. Uma tragédia para o mundo do trabalho que atingiu diretamente os mais jovens e as mulheres. Ainda de acordo com a PNAD, 30% dos jovens (18 a 24 anos), e 18,5% das mulheres respectivamente estavam sem emprego no primeiro trimestre de 2021. O trabalho chamado informal (sem

carteira de trabalho assinada) alcançou cerca de 34 milhões de pessoas, naquele período. Somava-se ainda a esse contingente 30 milhões de pessoas que estavam subocupadas⁵⁶.

Os pronunciamentos oficiais de Jair Bolsonaro sobre o vírus desdenhavam das declarações do ministro da Saúde que ele mesmo havia indicado, Luis Henrique Mandetta. Sua demissão em abril de 2020, por levar a sério a doença e seguir as recomendações da OMS, deu sequência a outras demissões, totalizando 4 ministros da saúde durante os anos de pré-vacinação em massa. Um presidente negacionista da ciência, antivacina, que praticou abertamente o charlatanismo ao ofertar ao povo um remédio sem eficácia comprovada. Um ser humano que diante de centenas de milhares de mortos e famílias consternadas foi incapaz de se solidarizar, ao contrário, questionava a dor das pessoas com frases como “e daí, não sou coveiro”, chegando ao absurdo de imitar pessoas morrendo asfixiadas por Covid-19, em tom jocoso. Este comportamento servia como justificativa para a total ausência de políticas públicas de enfrentamento ao Covid-19 e isolamento social. Impondo ao povo brasileiro, especialmente às parcelas mais precarizadas da classe trabalhadora, o dilema entre contrair o vírus letal ou perder o emprego e morrer de fome.

3.4.1 Negacionismo ou negociacionismo?

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Pandemia Covid-19, instaurada no Senado Federal em 2021, demonstrou em cadeia nacional de televisão e cobertura completa na internet que o governo Bolsonaro foi responsável por ação e omissão pelo excesso de mortes no país. Sobretudo desvendou pistas importantes no sentido de provar que o negacionismo não era apenas um pensamento retrógrado ou obscurantista, incapaz de perceber os avanços científicos da modernidade que desvaloriza a importância do saber científico na vida humana. O que poderia parecer aos olhos de um observador menos atento como uma certa ignorância atávica, se descortinou em interesses de apropriação particular das verbas públicas por grupos particulares. De acordo com a investigação dos

⁵⁶ Pessoas subocupadas são aquelas que trabalham menos de 40h totais habitualmente trabalhadas em um local ou vários, disponibilidade de trabalhar mais, na semana de referência, ou ainda ter até 14 anos (IBGE, 2019)

parlamentares, o discurso negacionista camuflava práticas de agentes do governo e particulares que se aproveitaram do ocaso da pandemia para fazer negócio, levando vantagens em licitações duvidosas e pedidos de propinas por atravessadores de vacina, por exemplo. Os membros da comissão e todo o país, descobriram que a leniência do governo perante a crise sanitária e as falsas crenças sobre a doença escondiam a prática de um verdadeiro negociacionismo que tomou conta do Ministério da Saúde (MS).

A Constituição Federal do Brasil, no parágrafo terceiro do artigo 58 estabelece que são necessárias três condições para uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) seja instalada, quais sejam: um terço das assinaturas dos parlamentares da Casa em que ela for instaurada, um fato determinado a ser investigado, e, um tempo limitado de existência. Ela é um instrumento que dá poder ao Congresso Nacional para realizar investigações próprias em relação às autoridades judiciais. Essas comissões podem ter composição mista (senadores e deputados federais) ou por integrantes de uma só Casa. Uma CPI pode ter como resultado proposições de ações para minorar ou resolver os problemas foco da investigação, no âmbito das políticas públicas; bem como, pedir ao Ministério Público o indiciamento de indivíduos considerados responsáveis pelos acontecimentos investigados. De acordo com o jornalista Maurício de Santi, da Rádio Senado, ao relatar quais as possibilidades que uma CPI pode ter para com seu poder de investigação.

Para chegar às conclusões finais, a CPI pode pedir as quebras de sigilos bancário, fiscal e de dados, inclusive telefônico, dos investigados, bem como convocar depoentes que são obrigados a comparecer. Quem estiver na condição de suspeito tem a prerrogativa do direito ao silêncio para não se autoincriminar, já a testemunha deve assinar um termo se comprometendo a responder às perguntas e dizer a verdade(...) Além dos depoimentos e das quebras de sigilo, uma CPI pode requisitar informações e documentos de órgãos públicos, pedir perícias, exames, inspeções e auditorias e solicitar funcionários de qualquer poder para ajudar nas investigações, inclusive policiais (DE SANTI, 2021).

No caso da CPI da Covid-19, 32 senadores assinaram a petição, que precisou de decisão do STF para funcionar⁵⁷, com o prazo de 90 dias e tendo como fato

⁵⁷ Apesar da petição da CPI ter cumprido todos os requisitos constitucionais, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD), por pressão do governo, não instaurou a Comissão. Foi a iniciativa dos senadores Randolfe Rodrigues (REDE) e Jorge Cajuru (Cidadania) que ao entrar com mandado de segurança junto ao STF e ter seu pedido aceito, garantiu a criação da Comissão (AGÊNCIA SENADO, 2021).

determinado a atuação ou omissão do governo federal no enfrentamento da pandemia. A composição era diversa em termos dos partidos políticos — Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (PMDB, REPUBLICANOS, PP), Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil (PODEMOS, PSDB, PSL), Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC) e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS). No entanto, em termos da divisão de gênero, a composição da comissão era restrita a homens. Os partidos não indicaram mulheres para nenhuma das 18 vagas. A bancada feminina da Casa garantiu participação nas reuniões em rodízio depois de pressão e mobilização das senadoras. O filho 01 do presidente era suplente e apesar de presenças importantes do bloco governista, além de Flávio Bolsonaro (Eduardo Girão, Jorginho Mello e Marcos do Val) os principais cargos foram dados a parlamentares da oposição, o Presidente era o senador Omar Aziz (PSD/AM), o Vice-presidente, Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e o Relator, Renan Calheiros (PMDB/AL).

Os três senadores supracitados dirigiram os trabalhos da comissão. Concentraram-se em analisar documentos e e-mails oficiais, quebrar sigilos telemáticos e fiscais de envolvidos, realizaram interrogatórios de suspeitos e depoimentos de testemunhas. O dia a dia da investigação conduzida pela CPI era acompanhado por amplas parcelas da sociedade, dando a tônica do debate político no país. As reuniões eram assistidas por milhares de pessoas e repercutidas nas redes sociais. As disputas políticas sobre a questão de como combater o vírus de forma eficiente e salvar vidas passaram a ser manchete também nos jornais de grande circulação.

Entre os convocados estavam cientistas, médicos, acadêmicos, políticos, atravessadores, personagens da trama que se desenrolou aos olhos afoitos daqueles que estavam há meses sofrendo com os efeitos catastróficos do encontro entre Jair Bolsonaro e o vírus. Destaca-se entre os declarantes em defesa da ciência, a participação da microbiologista Natalia Pasternak. Ela apontou com propriedade a desarticulação nacional do combate ao vírus no Ministério e os brutais impactos do negacionismo como fatores de ampliação da contaminação e das mortes no país.

Pasternak fez ecoar em cadeia nacional o pequeno artigo “SOS Brasil: ataques à ciência” do professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pedro C. Hallal publicado na revista *The Lancet* em janeiro de 2021 . O artigo (HALLAL,

2021) traz um resumo de sua história como um dos principais pesquisadores do EPICOVID⁵⁸, um centro de pesquisas conduzido pela UFPel em parceria com o Ministério da Saúde (MS). De acordo com a página do Ministério (EPICOVID), o centro de pesquisas tem como objetivo mensurar a população com anticorpos ocasionados pelo contato com o vírus, com participantes dos 133 maiores municípios do país, de acordo com o IBGE. Além disso, procura determinar o número de casos assintomáticos e leves, analisar os sintomas mais comuns nos infectados, precisar os dados da letalidade da doença no país, aferir recursos hospitalares de acordo com as necessidades do enfrentamento e, por fim, “permitir o desenho de estratégias de abrandamento das medidas de distanciamento social com base em evidências científicas”. No ano de 2020, a coleta de dados foi realizada através de visitas domiciliares capitaneadas por equipes do IBOPE. Os pesquisadores realizaram testes rápidos para Covid-19 e entrevistas com os moradores. Os resultados apontaram uma situação alarmante, de acordo com Hallal (2021, p.2):

Nas três primeiras fases desse estudo nacional, nós encontramos marcantes desigualdades regionais, étnicas e socioeconômicas na pandemia de COVID-19 no Brasil, além de uma diferença de seis vezes entre os dados oficiais e a estimativa do número real de pessoas infectadas.

As conclusões da pesquisa explicitaram que a extrema concentração de renda, as grandes diferenças regionais e étnicas foram fatores importantes no excesso de mortes, bem como apontaram a carência de testes e a subnotificação de casos de contaminação, no país. A repercussão negativa da pesquisa para o governo incomodou os agentes do MS que, ao fim, descontinuaram o consórcio com a UFPel. Não foi coincidência. Em conformidade com o contexto apresentado pelo autor, ao explicar os obstáculos que enfrentou na função de pesquisador-chefe do EPICOVID, imputa ao governo Bolsonaro desde o início, uma política sistemática de ataque à ciência brasileira, notadamente, através de “corte de verbas e negacionismo” (HALLAL, 2021, p.1). O autor cita a exoneração de Ricardo Galvão, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, por exemplo, pelo simples fato

⁵⁸ A EpicovidCovid-19 é uma pesquisa coordenada pelo Centro de Pesquisas Epidemiológicas da Universidade Federal de Pelotas e financiada pelo Ministério da Saúde que tem por objetivo medir a prevalência do Coronavírus e avaliar a velocidade de expansão da Covid-19 no país (EPICOVID)

de publicizar e comentar dados reais, obtidos pelo Instituto, sobre o desmatamento no país. Ainda em conformidade com o autor, durante a crise sanitária, as demissões de dois ministros da saúde que não eram alinhados ao discurso anticiência (Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich) foram expressão relevante do desmonte. Importante ressaltar que o centro de pesquisa EPICOVID conseguiu outros parceiros e deu continuidade aos trabalhos, apesar de não ter tido mais nenhum apoio do MS, durante a gestão Bolsonaro.

No artigo, Hallal buscou entender a trágica liderança do país nas mortes por Covid-19, “dados de 17 de janeiro de 2021 mostram que o Brasil é o segundo país com mais mortes por Covid-19 e o terceiro com mais casos ao redor do mundo” (HALLAL, 2021, p.1). Se a população brasileira representa 2,7% da mundial, como poderia ter mais do que isso proporcionalmente em mortes no período da pandemia? Ao apurar as causas, além da desigualdade social, a péssima administração do governo brasileiro no enfrentamento da crise sanitária se destacou. De acordo com o autor, Bolsonaro foi a principal ameaça ao enfrentamento do vírus no país, explicitando seu papel nefasto na brutal estatística de mortes. Destaca ainda que as falas negacionistas do ex-presidente tinham como consequência, na prática, o desestímulo por parte dos agentes do governo federal a qualquer iniciativa que se propusesse a seguir as recomendações da ciência e defender a população do risco de contaminação.

As taxas de testagem estão muito abaixo da média mundial. Não há políticas de rastreamento de contatos implementadas. O distanciamento social tem sido desacreditado. Em 4 semanas, o Brasil teve três ministros da saúde. Apesar de cientistas e institutos de pesquisa brasileiros, como o Butantan e a Fiocruz, estarem fortemente envolvidos na corrida global pela vacina, a quantidade de seringas e agulhas era insuficiente para começar a campanha de vacinação (HALLAL, 2021, p.01).

3.4.2 A iniquidade parecia não ter fim

Em dezembro de 2020, Hallal foi contaminado pelo vírus ao participar de reuniões em Brasília (DF) ainda como pesquisador do EPICOVID. Um mês depois, a notícia da infecção do professor foi utilizada pelas milícias digitais para atacar Hallal e desvalorizar o trabalho do EPICOVID. O sentido do ataque era desacreditar os resultados da pesquisa, que apontavam uma piora do quadro pandêmico no país, em razão da péssima gestão da crise por parte do governo federal. Pedro C. Hallal teve sua honra atacada, foi alvo de difamação, xingamentos e perseguições.

No dia 11 de janeiro, durante uma entrevista de rádio, fui criticado por um deputado e por um jornalista: a razão sendo que se eu fui infectado pelo vírus SARS-CoV-2, isso significaria que eu não segui as recomendações que eu mesmo disseminava. No dia 14 de janeiro de 2021, Bolsonaro twittou o link para o trecho específico da entrevista no rádio no qual minha doença é mencionada (HALLAL, 2021, p.2).

O vil ataque ao pesquisador aconteceu num dos momentos mais dramáticos da pandemia no Brasil. Não por acaso. Naqueles dias, o horror havia se instalado na principal capital da região norte do país. O Brasil assistiu estupefato a vídeos (CANAL UOL, 2021) de pessoas desesperadas nas portas dos hospitais de Manaus (AM) tentando comprar cilindros de oxigênio para parentes internados com respiradores artificiais. De acordo com dados da Fiocruz (FIOCRUZ, 2021), na cidade, devido à falta de oxigênio e vagas na UTI perante a chegada da segunda onda do vírus, no ano de 2021, quadruplicou o número de mortes por Covid-19 em relação ao período anterior. O colapso do sistema de saúde do Amazonas, por falta de O₂, poderia ter feito ainda mais vítimas, se não houvesse uma mobilização da sociedade civil⁵⁹ no sentido de se solidarizar com o sofrimento daquele povo e ajudar com o envio de oxigênio para a região. Mesmo assim, na capital do estado do Amazonas, mais de 4 mil pessoas morreram, naquele ano e somente em dois dias mais de 30 pacientes internados perderam suas vidas asfixiados nas UTIs dos hospitais da cidade. Ainda de acordo com os dados da Fiocruz:

Nos primeiros dias de janeiro, morreram no Amazonas 1.654 pessoas, mais do que entre abril e dezembro do ano passado. Dados do final do mês (27/1) davam conta de que, no total, mais de 7 mil pessoas já haviam morrido por covid-19 no estado (FIOCRUZ, 2021).

De acordo com a investigação da CPI, a catástrofe das mortes por asfixias nas UTIs de Manaus poderia ter sido evitada. O Ministério da Saúde foi informado no dia 08/01/2021 sobre a iminência da falta de oxigênio e nada fez. Os primeiros cilindros enviados pelo Ministério começaram a chegar somente no dia 25/01/2021, após a repercussão negativa das imagens do desespero das pessoas nas portas dos hospitais, na cidade. Enquanto o horror transformava os CTIs da capital do

⁵⁹ “Em meio ao caos, a solidariedade veio por parte da sociedade civil organizada, artistas, jornalistas, gente famosa e anônima, que se mobilizou para ajudar. Cilindros extras de oxigênio foram enviados a Manaus inclusive pelo governo da Venezuela” (FIOCRUZ, 2021).

Amazonas em verdadeiras câmaras de asfixia de enfermos e obrigava médicos a escolherem a quem fornecer oxigênio suplementar pautados em cálculos de chance de sobrevivência, Bolsonaro aproveitava suas férias em cidades litorâneas em Santa Catarina e São Paulo. Badalado por apoiadores, passeava de *jet-ski* gerando aglomerações de pessoas sem máscaras, e compartilhava em suas redes sociais campanha de difamação contra o pesquisador Pedro C. Hallal, além de notícias falsas sobre tratamentos ineficazes para a doença. Não houve nenhuma fala por parte do ex-presidente em solidariedade ou consolo às vítimas da tragédia de Manaus.

As análises de Hallal, expostas por Natália Pasternak para os senadores na CPI, deu importante embasamento científico ao parecer de Renan Calheiros (PMDB). Por meio das conclusões do pesquisador, no artigo “SOS Brasil: ataques à ciência”, foi possível mensurar o brutal impacto do desmonte operado pelo governo Bolsonaro nas políticas de combate à pandemia: até janeiro de 2021, 156.582 pessoas morreram. A conclusão do depoimento da microbiologista apontou para o óbvio de forma contundente: esses brasileiros poderiam estar vivos, caso o Executivo Federal tivesse enfrentado de fato a crise sanitária.

No mês de junho de 2021, começaram a aparecer na imprensa denúncias de corrupção, no processo de aquisição de vacinas. O chefe de importação do Departamento de Logística do MS, Luis Ricardo Miranda denunciou ao Ministério Público Federal (MPF) ter sofrido “pressão incomum”, vinda de autoridades da pasta para dar celeridade as tratativas para a compra de doses da vacina Covaxin, da empresa Precisa Medicamentos, atravessadora da indiana *Bharat Biotech*. O servidor afirma ter alertado seu irmão, o deputado federal da base governista, Luis Miranda, que relata ter alertado pessoalmente Jair Bolsonaro sobre a transação duvidosa. Convocados como testemunhas (AGÊNCIA SENADO, 2021), relataram à CPI que o processo foi considerado suspeito pelo servidor em razão dos elevados valores das doses, chamou atenção também a participação da empresa atravessadora, que tinha sede em um paraíso fiscal. Em telegramas sigilosos obtidos pela comissão, a empresa indiana oferecia as doses no valor de U\$1,34. Porém, em fevereiro, o governo aceitou pagar U\$15 a dose, cerca de R\$80,00 na cotação da época. Era a vacina mais cara a ser comprada pelo Brasil. A tratativa foi cancelada em razão da denúncia dos irmãos Miranda à imprensa e também na CPI.

No entanto, o governo brasileiro já havia reservado 1,6 bilhão de reais para o pagamento.

O testemunho dos irmãos chamou a atenção da CPI, não só pelo alto custo da dose da vacina indiana. Sobretudo em razão do depoimento do Ministro da Saúde, à época, o general do Exército Eduardo Pazuello dias antes. Ele justificou a recusa em fechar contrato com a Pfizer pelo alto preço das doses, ainda em 2020. Acontece que a empresa estadunidense ofereceu as doses por US\$ 10,00, metade do preço cobrado por ela aos governos dos EUA e do Reino Unido. Outro motivo, apresentado pelo ex-ministro, é que a vacina da Pfizer não tinha aprovação, naquele momento, da Agência de Vigilância Sanitária (Anvisa). No entanto, a Covaxin também não tinha quando o contrato foi firmado com a Precisa Medicamentos.

Alguns dias depois, outra trama, desta feita burlesca, com personagens de sobrenomes curiosos foi descortinada por uma denúncia do jornal a Folha de São Paulo (FOLHA ONLINE, 2021). O cabo da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e também representante da empresa *Davati Medical Supply*, Luiz Paulo Domingueti Pereira acusou o diretor de logística do Ministério da Saúde (MS) de pedir propina no valor de um dólar por dose de imunizante AstraZeneca negociada. Convocado para depor na CPI, logo em seguida, deu detalhes da funesta transação. A empresa teria oferecido 400 milhões de doses da vacina inicialmente a um preço de US\$ 3,50, segundo o policial militar. Durante a negociação, o diretor de logística teria pedido uma majoração de preço, com o aumento de US\$ 1 a dose. Em nota oficial, a farmacêutica supracitada negou atuação em parceria com a *Davati Medical Supply*, afirmando não usar atravessadores para venda de vacinas Covid-19.

A CPI acabou por demonstrar que, no que se referia à aquisição de vacinas, atravessadores com nomes estranhos e de procedência duvidosa tinham fácil acesso aos agentes do Ministério da Saúde, enquanto que as grandes farmacêuticas não tiveram a mesma sorte. O caso da Covaxin é emblemático para explicar os ataques constantes de Jair Bolsonaro à Coronavac (vacina chinesa) e a demora em fechar contrato com a Pfizer, a Jansen e a AstraZeneca que negociavam sem atravessadores. Ainda de acordo com as investigações da comissão parlamentar, o propósito seria garantir um esquema que foi chamado pela imprensa de negocionismo. Ou seja, uma forma de apropriação de verbas do Ministério da Saúde, através de comissionamento por dose, criada pelos agentes públicos e empresários envolvidos nas transações de compra de vacinas.

Após seis meses de funcionamento, a CPI foi encerrada com um relatório final de 1.180 páginas que indiciava 80 pessoas⁶⁰, entre agentes públicos, atravessadores e ministros. O próprio Jair Bolsonaro foi indiciado por prevaricação; charlatanismo; epidemia com resultado morte; infração a medidas sanitárias preventivas; emprego irregular de verba pública; incitação ao crime; falsificação de documentos particulares; crimes de responsabilidade (violação de direito social e incompatibilidade com dignidade, honra e decoro do cargo) crimes contra a humanidade (nas modalidades extermínio, perseguição e outros atos desumanos). Além disso, a CPI propôs a criação de leis para minorar os efeitos da pandemia, bem como evitar uma tragédia ainda maior. A saber (AGÊNCIA SENADO, 2021):

- Criminalizar a criação e divulgação de notícias falsas (fake news), notadamente em casos envolvendo a saúde pública;
- Coibir crimes cometidos em função da situação de calamidade pública na saúde;
- Preservar a memória das vítimas da Covid-19 e o reconhecimento do trabalho de profissionais da saúde;
- Garantir renda aos "órfãos da Covid-19";
- Facilitar a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez aos gravemente sequelados pela Covid-19;
- Aprimorar a gestão da saúde, para que o Sistema Único de Saúde (SUS) atue "em observância de práticas cientificamente comprovadas";
- Regulamentar os "planos de saúde verticalizados", para coibir a interferência das operadoras nos tratamentos oferecidos aos pacientes;
- Assegurar a participação de pelo menos dois membros da Bancada Feminina do Senado nas comissões permanentes e temporárias;
- Criar meios de melhorar o processo de responsabilização de agentes públicos;
- Aprimorar os meios de fiscalização de repasses de recursos federais,

⁶⁰ As normas que basearam os indiciamentos foram: o Código Penal (CP), sobretudo nos artigos relacionados à propagação da doença - 267 (epidemia com resultado morte), 268 (infração de medida sanitária preventiva) e 286 (incitação ao crime); e à corrupção na compra de vacinas - 299 (falsidade ideológica), 319 (prevaricação) e 333 (corrupção ativa); Tratado de Roma (Decreto nº 4.388, de 2002); Lei de Crimes de Responsabilidade (Lei 1.079/1950); Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992); Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013); Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013) (AGÊNCIA SENADO, 2021).

sobretudo aqueles no âmbito da saúde.

De fato, a repercussão das investigações conduzidas pela CPI e seu relatório, além das denúncias de peculato nos gabinetes da família, abriram uma crise política no governo. Conforme o desgaste da gestão se transformava em reprovação popular e insatisfação com as respostas perante as investidas da CPI, Jair Bolsonaro se fechou e foi ficando cada vez mais autoritário, arrogante e belicoso. Parou de dar entrevistas para a imprensa oficial e aparecia sempre dialogando com seus apoiadores na entrada do Planalto, no chamado “Cercadinho”. Procurava desviar a atenção das investigações da CPI e sobre funcionários fantasmas dos gabinetes da sua família com sua tática de frases de efeito. Desta feita, voltavam-se para conspirações de todo tipo, por exemplo, sobre mudanças de sexo como efeitos da vacina e do suposto “tratamento precoce”. Neste sentido, nada fazia Bolsonaro recuar do seu negacionismo e do desmonte da política de enfrentamento à crise sanitária. A Copa América, evento que causou muita aglomeração e trouxe pessoas do mundo inteiro, aconteceu a pedido do ex-presidente, em meio às denúncias da CPI, em junho de 2021, quando o Brasil era o segundo país em mortes por Covid-19 no mundo, por exemplo.

Em dezembro de 2021, o instituto Datafolha divulgou uma pesquisa de intenção de votos para presidente⁶¹, nas eleições do ano seguinte. Os números apontaram para uma vitória expressiva de Lula (PT), já no primeiro turno, se as eleições fossem realizadas naquele mês. Jair Bolsonaro pontuava cerca de 22% enquanto que Lula, mais que o dobro (48%). Naquele momento, começavam a aparecer nos discursos de Bolsonaro para seus apoiadores o questionamento às urnas eletrônicas e se acentuam os ataques aos STF. Mesma estratégia de colocar sob suspeita o processo eleitoral foi utilizada por Donald Trump (Republicanos), nos EUA. Naquele país, o voto é impresso e a suspeição criada nas redes trumpistas sobre uma suposta fraude, levou apoiadores convocados por Donald Trump a atacar o prédio do Capitólio contra a posse de Joe Biden (Democratas) , em janeiro de 2021.

Jair Bolsonaro copiou o líder estadunidense ao usar a campanha pelo voto impresso para incitar os seus apoiadores a criar o caos no país, caso Lula fosse

⁶¹ “A pesquisa ouviu 3.666 pessoas entre os dias 13 e 16 de dezembro em 191 cidades brasileiras. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos” (G1, 2021).

vitorioso. As falas contra a votação eletrônica, os constantes ataques ao STF na figura do Ministro Alexandre de Moraes foram se misturando às frases sobre se recusar a tomar vacina contra a Covid-19, por exemplo. Como uma espécie de cortina de fumaça, Jair tentava esconder os efeitos catastróficos da sua gestão reaquecendo em sua base fiel o ímpeto de ódio contra os adversários do ex-presidente, convocando uma espécie de guerra cultural no país. No entanto, todo o desgaste gerado na vida do povo brasileiro pelo seu governo foi revertido em ampla reprovação (PODER 360, 2021).

Aos poucos, Bolsonaro se isolou e perdeu aliados. Conhecidos políticos, empresários, jornalistas e ativistas de direita como Gustavo Bebiano, Sara Winter, Sérgio Moro, Joice Hasselmann, o Movimento Brasil Livre (MBL), entre muitos outros antigos apoiadores foram se afastando, alguns deles se tornaram desafetos públicos. O próprio presidente do PSL, partido que elegeu Bolsonaro, Luciano Bivar acabou por se distanciar. Dentre outros fatores, um explica por que apesar da péssima gestão, da ampla desaprovação popular e do isolamento político, Jair Bolsonaro se manteve até o final do seu mandato, mesmo tendo mais de cem pedidos de impedimento de seu mandato no Congresso Nacional. Primeiro Rodrigo Maia (Dem), depois Arthur Lira (PP) presidentes da Câmara dos Deputados, durante seu mandato, jamais permitiram que entrasse em discussão naquela Casa, qualquer pauta que envolvesse o assunto. Não que eles fossem aliados ideológicos de Jair, ambos acabaram também por se afastar dele. No entanto, no caso de Lira (PP), demorou um pouco mais.

Ao que parece, o motivo seria um esquema de orçamento que se estabeleceu no Congresso Nacional, com o apoio do ex-presidente, que contingenciava verbas de áreas como a educação, a saúde, a assistência social, a cultura e o meio ambiente para serem revertidas aos parlamentares, de forma obscura, sem nenhum controle social. As verbas, supostamente, estariam sendo revertidas para lucro de grupos particulares ligados politicamente aos deputados que utilizavam as verbas. As verbas eram liberadas pela chamada emenda RP9, ou emenda do relator, o chamado orçamento secreto. Não é pretensão da presente tese analisar os processos que envolveram as negociatas no Congresso Nacional para que Jair Bolsonaro se mantivesse no poder. No entanto, importa pontuar que o esquema foi considerado inconstitucional após julgamento no Pleno do STF, por 6 votos a 5 (CUT, 2022).

Bolsonaro demorou em adquirir vacina, fez campanha aberta contra a ciência e a vacinação, instou seus seguidores a não aplicarem as medidas de contenção do vírus como o uso de máscaras e o distanciamento social, promoveu aglomerações e chegou a retirar a máscara de uma criança em um palanque lotado de pessoas sem proteção facial no auge da pandemia. A propagação do discurso anticiência sobre a doença era realizado através de um amplo espectro de notícias falsas disseminadas pelas milícias digitais em aplicativos de mensagens instantâneas. Desde teorias de conspiração sobre implantação de chip chinês no sangue das pessoas, mudança de sexo e infecção por HIV com o uso da vacina até a suposta imunidade de rebanho, passando por charlatanismo e curandeirismo.

Convocado para a CPI da Pandemia, Pedro Hallal, pesquisador-chefe do EPICOVID demonstrou em seu depoimento que a maioria das mortes em razão da Covid-19 seria evitada se o governo tivesse agido de acordo com a orientação da ciência. Ou seja, se o governo federal tivesse agido de forma a estimular o distanciamento social, o uso de máscara, se o Ministério da Saúde tivesse adquirido vacinas assim que possível, por exemplo, dentre os 670 mil brasileiros mortos em dois anos de contato com o vírus, muitos não teriam perdido as suas vidas (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Quatro de cada cinco mortes teriam sido evitadas se estivéssemos na média mundial. Se nós estivéssemos na média, como um aluno que tira nota média na prova, nós teríamos poupado 400 mil vidas no Brasil — disse Pedro Hallal.

De fato, a “economia” foi salva para os grandes empresários, que ganharam muito dinheiro, durante a pandemia. Os quatro maiores bancos⁶² que operam no país e negociam ações na Bolsa de Valores de São Paulo lucraram juntos R\$ 81,6 bilhões, no ano mais letal da pandemia, 2021. De acordo com a OXFAM, em seu relatório “Poder, Lucro e Pandemia”(OXFAM, 2020), pouco antes da pandemia completar seis meses, os 42 bilionários do Brasil ampliaram a riqueza em US\$ 34 bilhões. Esse fenômeno é mundial. Ainda em conformidade com o relatório , as grandes empresas optaram pelos lucros, cortando custos, demitindo, “e não reduziram riscos de contaminação em suas cadeias de fornecimento”(OXFAM, 2020). Um exemplo é o bilionário Jeff Bezos, dono da Amazon, que com seu lucro

⁶² Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Santander (BRASIL DE FATO, 2022)

exorbitante poderia ter pago um bônus em cota única para seus 876 mil funcionários, no valor de U\$105 mil e continuaria tão rico quanto era antes da chegada do vírus. Não o fez, operou como a maioria dos grandes milionários, ou seja, priorizando a acumulação em detrimento da segurança dos trabalhadores e da disseminação do Covid-19.

O discurso dos governos influenciados pelos multimilionários apontava para a necessidade de manter minimamente o funcionamento, com alguma rentabilidade para as empresas, mas na prática, o que ocorria era uma superacumulação à revelia de todo o sofrimento, da doença e das mortes. No mundo, ainda em referência ao relatório, “as 32 empresas mais rentáveis do mundo conseguiram US\$ 109 bilhões a mais em lucros durante a pandemia de Covid-19 em 2020 do que a média obtida nos quatro anos anteriores (2016-2019)” (OXFAM, 2020).

Em todo o globo, cerca de 400 milhões de trabalhadores foram demitidos, durante a pandemia. No Brasil, 13 milhões de brasileiros estavam desempregados e 600 mil micros, pequenas e médias empresas fecharam as portas. O rendimento médio do trabalhador também despencou. De acordo com a PNAD Contínua, no segundo trimestre de 2020, o rendimento médio do trabalhador brasileira era de R\$3.000,00, caindo para R\$2.580,00 no último trimestre de 2021.

De acordo com a Pnad Contínua, os impactos no mercado de trabalho foram brutais em termos de desemprego e precarização. No último trimestre de 2021, antes do ano eleitoral, 64 milhões 525 mil pessoas estavam fora da força de trabalho, três milhões a mais do que antes da pandemia. Na tabela abaixo, pode-se observar a piora nos índices do mercado de trabalho.

Tabela 4. Pessoas no mercado de trabalho no Brasil 2019/2021

	4º trimestre de 2019	4º trimestre de 2021
Em idade de trabalhar	168.997 mil pessoas	171.886 mil pessoas
Na força de trabalho	107.418 mil pessoas	106.430 mil pessoas
Fora da força de trabalho	61.579 mil pessoas	65.456 mil pessoas
Ocupadas	95.515 mil pessoas	92.976 mil pessoas
Empregadas no setor privado	47.208 mil pessoas	45.199 mil pessoas
Empregadas no setor privado com carteira assinada	34.953 mil pessoas	33.508 mil pessoas
Empregadas no setor público	11.416 mil pessoas	11.168 mil pessoas
Ocupadas informalmente	38.756 mil pessoas	37.709 mil pessoas
Desocupadas	11.903 mil pessoas	13.453 mil pessoas
Subutilizadas na força de trabalho ampliada	26.521 mil pessoas	30.743 mil pessoas

Fonte: Elaborada pela autora com base na PNADC (IBGE, 2019).

Durante os dois anos da pandemia, sob a égide do ultraneoliberalismo de Bolsonaro e Guedes, e, apesar do aumento no número de brasileiros aptos a trabalhar, houve redução significativa de pessoas efetivamente trabalhando (menos 2 milhões e 539 mil), bem como, pode-se perceber um expressivo aumento no número de indivíduos que são considerados subocupados, inclusive por insuficiência de horas trabalhadas - bicos e intermitência, por exemplo (mais 4 milhões e 222 mil). Durante aqueles anos, somou-se ao já enorme contingente de desempregados, mais um milhão e quinhentos e cinquenta mil pessoas.

Além disso, houve redução de empregados no setor privado em geral (menos cerca de 2 milhões de postos), bem como no número de funcionários com carteira de trabalho, naquele setor (menos 1 milhão e 445 mil). Os números daqueles que estão fora do mercado de trabalho impressionam por terem aumentado em 3 milhões e 880 mil trabalhadores, em apenas dois anos. Portanto, entre 2019 e 2021, a classe trabalhadora brasileira, mesmo sendo obrigada a se lançar às ruas e se expor ao vírus, em meio à pandemia, não teve seu direito ao emprego resguardado, conforme prometia o ex-presidente.

O desemprego, a desregulamentação, a precariedade se somaram à impossibilidade de ir às ruas e aglomerar, dificultando a resistência às políticas desastrosas de Jair Bolsonaro. No entanto, algumas iniciativas importantes de

organização merecem ser pontuadas, mesmo que sem a pretensão de abarcar toda a complexidade delas. As cozinhas solidárias (COZINHAS SOLIDÁRIAS) organizadas pelos movimentos sociais brasileiros, dentre eles o MTST e a distribuição de cestas básicas e kits de proteção contra o coronavírus, nas favelas cariocas, por exemplo (REDES DA MARÉ, s.a). A resistência a Bolsonaro, impossibilitada de ir às ruas protestar, foi importante para a construção de redes de solidariedade de classe em diversas localidades do país.

As consequências do desmonte do mundo do trabalho e das políticas públicas de distribuição de renda no governo Bolsonaro foram devastadoras e, certamente, ampliadas pelos efeitos da pandemia Covid-19. A junção do ultraneoliberalismo já vigente com a doença, sob a égide do pensamento neoconservador de Bolsonaro e do negociacionismo, como já destacado, levaram o país a uma catástrofe social e humana. O mandato de Bolsonaro foi marcado pela péssima gestão da pandemia Covid-19, pela política armamentista, pela ampliação das políticas ultraneoliberais iniciadas por Temer e pelo desmonte de políticas públicas.

4 NEOLIBERALISMO APORTA NA UERJ E DEVASTA OS SERVIDORES DA LIMPEZA E DA CONSERVAÇÃO

Como analisado no capítulo anterior, a principal marca do processo desencadeado com o impedimento da presidente Dilma Rousseff foi a destruição dos direitos trabalhistas e sociais, e, o desmonte dos serviços públicos, em termos nacionais. Foi destaque importante como o governo Bolsonaro e a emergência sanitária ocasionada pela chegada do coronavírus acentuaram a já deteriorada condição social daqueles que vivem do trabalho no Brasil. A catástrofe social se estendeu por todo o país de forma singular em cada região. No Rio de Janeiro (ERJ), os impactos da implementação da agenda ultraneoliberal e a péssima gestão do governo federal na pandemia, somaram-se à já difícil situação social, política e econômica do estado.

Sem a pretensão de aprofundar na história do Rio de Janeiro, importa destacar que, desde a chegada da corte portuguesa no país, o estado tem sido palco de acontecimentos importantes e diversas crises políticas e fiscais. Sendo assim, parte dos problemas que acabam por derruir as condições materiais do povo fluminense tem a ver com o passado colonial do país, com a formação da república brasileira e do próprio estado com suas particularidades. No entanto, a forma como o pacto federativo se estabeleceu no Brasil, na Constituição de 1988, também contribuiu para a deterioração do estado, nas últimas décadas. Dentre outros aspectos, porque concedeu relativa autonomia, em relação ao executivo federal, aos governos estaduais para determinadas decisões orçamentárias e fiscais, fato que abriu brecha para a implantação da agenda da Faria Lima na Constituição.

A Carta Magna de 1988, conhecida como Constituição cidadã, estabeleceu as bases que fundamentam o pacto federativo brasileiro. Ao que parece, a vontade da Assembleia Constituinte seria estabelecer uma cooperação precípua entre os entes da República. Através da formação de uma “parceria indissolúvel de estados, municípios e distrito federal” (AGÊNCIA SENADO, 2015), com autonomia na sua organização político-administrativa, porém, com responsabilidades financeiras compartilhadas. Os deputados constituintes prescreveram através de um arcabouço de dispositivos constitucionais uma “moldura jurídica” além de estabelecer, “as obrigações financeiras, a arrecadação de recurso e os campos de atuação dos entes federados” (AGÊNCIA SENADO, 2015). Em linhas gerais, o pacto federativo previsto

na Carta de 1988, apontou para o ordenamento do quanto de imposto cada ente pode arrecadar (ou abrir mão), e por quais áreas de governança cada um é diretamente responsável. O pacto federativo é, portanto, também uma forma de gerenciamento de verbas públicas por agentes do Estado, através do manejo dos serviços e contas públicas, teoricamente, de forma autônoma, resguardando o compartilhamento indissolúvel das obrigações financeiras de cada ente.

Na prática, a Constituição descentralizou os recursos, mas não foi precisa ao estabelecer as respectivas obrigações para com a realização dos serviços, dívida pública e operações financeiras, apontando para a necessidade de lei complementar a tratar destas questões, de acordo com a Carta Magna,

Art. 163. Lei complementar disporá sobre:

I - finanças públicas;

II - dívida pública externa e interna, incluída a das autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público;

III - concessão de garantias pelas entidades públicas;

IV - emissão e resgate de títulos da dívida pública;

V - fiscalização das instituições financeiras;

VI - operações de câmbio realizadas por órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - compatibilização das funções das instituições oficiais de crédito da União, resguardadas as características e condições operacionais plenas das voltadas ao desenvolvimento regional

(BRASIL, 1988).

Com efeito, em relação à aplicabilidade da divisão de responsabilidades financeiras, o pacto federativo permitiu que os governadores de estado e Assembleias Legislativas pudessem dispor de isenções fiscais e privatizações de bens e serviços públicos dos estados. No Rio de Janeiro, diversos governos concederam isenções fiscais para muitas empresas e privatizaram estatais importantes. Além disso, a constante crise política do estado que levou a diversos escândalos de corrupção, envolvendo governadores e lideranças políticas locais, contribuiu para a construção do caos que se estabeleceu no estado. Todos os governadores eleitos desde 1998, foram presos ou afastados do cargo, por exemplo (REVISTA VEJA, 2019). Diversas são as determinações implicadas na situação caótica que se encontra o estado do Rio de Janeiro, configurando elemento a ser destacado o excesso de isenções e renúncias fiscais, propiciado pela forma em que o pacto federativo brasileiro se deu ao longo dos anos. A crise fiscal que se seguiu foi utilizada como choque para que a população aceitasse a desregulamentação e privatizações, como um remédio amargo.

4.1 O Rio de Janeiro sob ataque

No final do ano de 2014 a calamidade se estabeleceu. O cenário foi chamado de “crise fiscal” pela grande imprensa e governo que justificaram o não pagamento de salários com o argumento de que o estado do Rio de Janeiro estaria falido. O colapso fiscal do governo do ERJ, notadamente no período que se estendeu até 2017, tirou o salário de centenas de servidores públicos e trabalhadores terceirizados.

Em conformidade com o artigo “O trabalho terceirizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) de Deise Mancebo et al. (2017), naquele ano, havia um “déficit de 19,3 bilhões no orçamento estadual” (MANCEBO et al., 2017, p.5). A gestão do governador Luiz Fernando Pezão (PMDB) propagava a ideia falaciosa de que a falência estaria relacionada a um excesso de despesas, por um lado, e, à redução do preço do barril de petróleo, por outro. Os autores são categóricos ao afirmar que a insolvência do estado era fruto de uma crise de receita “criada pelas desonerações fiscais, falta de cobrança da dívida ativa e pelo pagamento da dívida pública do Estado.” (MANCEBO *et al.*, 2017, p.5).

Na forma como se estruturou o pacto federativo brasileiro, a principal tributação para os entes estaduais é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O epicentro da crise do ERJ está na abdicação de valores tributáveis, para incentivo fiscal com contrapartidas sociais duvidosas, além de desonerações (sem contrapartida nenhuma) que diminuíram fortemente a arrecadação, ao longo dos anos. De acordo com o Relatório do Observatório dos Benefícios (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016), estudo realizado por um grupo de auditores fiscais do ERJ, havia irregularidades e excessos nas isenções e renúncias fiscais. No ano de 2015, por exemplo, foram R\$ 7,42 bilhões de renúncia efetiva no ICMS, mais do que a estimada para o período.

De fato, não poderia ser por aumento do número de funcionários públicos do Estado. Ao se analisar a série histórica do painel temático sobre mercado de trabalho da PNADContínua — Rio de Janeiro, no 4º trimestre de 2012, haviam 941 mil pessoas empregadas no setor público, enquanto que no último trimestre do ano de 2016, 962 mil pessoas. Neste sentido, ao que parece se constitui falácia atribuir aos 21 mil novos funcionários a culpa pela crise. Sobretudo porque, o montante abdicado de tributação, ainda em conformidade com o relatório do Observatório dos

Benefícios, poderia sustentar a folha de pagamento de ativos e inativos do ERJ por bom período.

Os números reais disponíveis ainda apresentam uma grande margem de dúvida quanto ao montante exato da perda - o valor global de R\$ 138 bilhões divulgado pela imprensa em março de 2016, correspondente aos anos de 2008 a 2013 é bastante expressivo. Este total acumulado equivale a quantidade de recursos que seriam suficientes para pagar os salários de todos os servidores ativos e inativos do Estado do Rio de Janeiro por um período de mais de 3 anos (AGÊNCIA PÚBLICA, 2016, p.1).

Soma-se a isso, o fato de que parte relevante das empresas que foram beneficiadas pelas isenções fiscais, não cumpriam requisitos para a contrapartida de geração de emprego. Seja por serem empresas online ou por serem pequenas demais para os valores concedidos. Como ilustração quase que anedótica, destaca-se o caso das empresas termas Solarium, no bairro da Lagoa, e Monte Carlo, em Copacabana, na capital do estado, que entre os anos de 2008 e 2013, conseguiram isenções que podem ter chegado ao montante de R\$ 1,8 milhão (G1, 2016). Apesar de ser notório que a crise do ERJ advinha das receitas abdicadas, o governo insistia que seria preciso reduzir a “máquina do estado”, pois havia queda na arrecadação dos royalties do petróleo produzido em terras fluminenses.

No entanto, de acordo com a agência E&P Brasil (EPBR, 2018), os dados fornecidos pelo governador Pezão sobre o preço do petróleo, em 2018, para supostamente provar que seu governo não tinha culpa pela crise, estavam errados. Ele afirmou que chegou ao governo em 2014, com o barril custando U\$115,00 e que depois teve que governar com valores abaixo de U\$30,00 e que por isso, não conseguia cumprir com as supostamente excessivas despesas com a máquina pública.

No seu primeiro ano de governo, ou seja, entre abril de 2014 e abril de 2015, o barril do petróleo tipo Brent teve cotação média de US\$ 83. No segundo ano, a cotação média caiu para US\$ 46, em linha com os US\$ 49 registrados no terceiro ano. (...)Os meses que registraram cotações mais baixas foram dezembro de 2015 e janeiro, fevereiro e março de 2016, com cotações médias mensais de US\$ 37, US\$ 30, US\$ 33 e US\$ 39. Desde agosto de 2016 a cotação média mensal do Brent está acima da casa dos US\$ 40 (EPBR, 2018).

Além das isenções fiscais, e sem a pretensão de aprofundar no tema, o montante de mais de R\$ 100 bilhões de dívida pública também deteriorava as contas do ERJ. De acordo com Deise Mancebo *et al.* (2017, p.6), a “origem desse valor astronômico está nos anos da ditadura militar, onde o governo federal

estimulava o endividamento dos estados”. Os altos juros fazem com que esse montante cresça exponencialmente, de acordo com os autores, ultrapassando impressionantes “200% da Receita Corrente Líquida” do ERJ, fato que, pela lei de responsabilidade fiscal, tornaria a dívida ilegal.

A crise de receita no estado articulada à aplicação da agenda ultraneoliberal em termos nacionais, teve como efeito para a classe trabalhadora, além dos atrasos de salários para os servidores, aumento expressivo do desemprego e da informalidade no ERJ. Conforme tabela abaixo, entre o período de 2014 e 2017, cerca de 467 mil pessoas perderam suas colocações nas empresas privadas. Além disso, somou-se novas 879 mil pessoas a mais desocupadas no estado, levando a um impressionante aumento da taxa de desocupação de quase 10%, de acordo com a PNADContínua.

Tabela 5 – Mercado de trabalho Rio de Janeiro 2014 x 2017

	4º trimestre 2014	4º trimestre 2017
Pessoas em idade de trabalhar	13.838 mil pessoas	14.240 mil pessoas
Pessoas na força de trabalho	8.099 mil pessoas	8.863 mil pessoas
Pessoas fora da força de trabalho	5.739 mil pessoas	5.376 mil pessoas
Pessoas ocupadas	7.625 mil pessoas	7.511 mil pessoas
Pessoas empregadas no setor privado	4.176 mil pessoas	3.709 mil pessoas
Pessoas empregadas no setor privado com carteira assinada	3.580 mil pessoas	3.033 mil pessoas
Pessoas empregadas no setor público	989 mil pessoas	1.007 mil pessoas
Pessoas desocupadas	473 mil pessoas	1.352 mil pessoas
Taxa de desocupação	5,80%	15,30%
Pessoas subutilizadas na força de trabalho ampliada	668 mil pessoas	1.786 mil pessoas
Taxa composta de subutilização	8,10%	19,70%

Fonte: Elaborada pela autora com base no Painel da PNADC.

Conforme já pontuado no capítulo anterior, pode-se afirmar que o processo desencadeado com o impedimento de Dilma Rousseff atingiu diretamente o mercado

de trabalho no país com uma gigantesca ampliação do contingente de desempregados e desalentados, em primeiro lugar. No estado do Rio de Janeiro, de acordo com a tabela, como analisado anteriormente, os dados impressionam.

4.2 Regime de recuperação fiscal: o ERJ na boca do leão

A necessidade de leis complementares para definir as funções precípua dos entes federativos sobre questões fiscais e de serviços oferecidos à população abriu brechas, notadamente no que se refere ao Capítulo II do Título VI da Constituição Federal (BRASIL, 1988), para a aplicação da agenda ultraneoliberal, em contextos de crises financeiras e emergências sociais. Em maio de 2017, por meio da lei complementar nº 159 (BRASIL, 2017), o Congresso Nacional decretou e Temer sancionou o Regime de Recuperação Fiscal⁶³. Nele estava contido um arcabouço de dispositivos legais que permitem o controle das contas dos entes federativos que aderirem ao regime pela equipe econômica do Executivo federal. Exigia dos estados ou municípios uma avaliação que provasse sua insolvência financeira e que estabelecesse um plano de “medidas de ajuste, com os impactos esperados e os prazos para a sua adoção” (BRASIL, 2017, s.p). A lei estabelecia quais seriam essas ações para que a dívida do ente com a União pudesse ser flexibilizada. As medidas foram modificadas, parcial ou totalmente, em 2021 (BRASIL, 2017), sem mudar a

⁶³ **Legislação Relacionada ao regime de recuperação fiscal**

Lei Complementar 159/2017 - Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016. Alterada pela Lei Complementar 178/2021.

Lei Complementar 178/2021 - Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Lei estadual nº 20.511/2019 - Dispõe sobre o Plano de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás e dá outras providências.

Decreto 10.681/2021 - Regulamenta a Lei Complementar 159, de 19 de maio de 2017, que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal.

Portaria STN nº 931/2021 - Regulamenta a elaboração de Planos de Recuperação Fiscal para fins de adesão ao Regime de que trata a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Portaria ME nº 10.123/2021 - Disciplina o trabalho dos Conselhos de Supervisão dos Regimes de Recuperação Fiscal, nos termos do disposto no art. 28, inciso I, do Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021, e dispõe sobre a compensação prevista no art. 8º, § 2º, inciso I, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

Portaria ME nº 14.082/2021 - Cria o Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal do Estado de Goiás e designa seus membros titulares.

essência do regime. Destacamos a seguir os pontos que se tornaram fulcrais para a aplicação da agenda ultraneoliberal, por dentro do pacto federativo, no texto constitucional:

1. Privatizações, leilões, concessões de ativos, e até mesmo liquidação e extinção de empresas públicas para “quitação de passivos com os recursos arrecadados” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, s.p);
2. Desregulamentação de direitos previdenciários dos servidores com criação de regime próprio, e implementação de previdência complementar. Possibilitando cobranças de taxas maiores para os aposentados e incentivando aqueles que ingressam no serviço público a adotar a previdência privada;
3. Desmonte dos direitos, notadamente, os pecuniários dos servidores públicos estaduais, para “reduzir benefícios ou vantagens não previstos no regime jurídico único dos servidores públicos da União;” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, s.p).

O ente federativo que aderisse ao regime de recuperação fiscal estaria sujeito a uma verdadeira intervenção federal na sua gestão financeira. O Ministério da Fazenda (MF) passava a ter controle sobre as contas daquele que aderisse, por meio do Conselho de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal. Formado por membros escolhidos pelo MF e dois indicados pelo Tribunal de Contas da União, foi também criado pela Lei Complementar nº 178, de 2021 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021). O Conselho tem acesso e participação no plano de recuperação. Além disso, a lei permite que ele emita relatórios sobre o processo de implementação da recuperação fiscal, convoque audiências públicas e recomende “a suspensão cautelar de execução de contrato ou de obrigação do Estado” e “a adoção de providências para o fiel cumprimento do disposto nesta Lei” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021, s.p), caso conclua que o ente não cumpriu com suas obrigações prescritas na lei complementar nº 159. Na prática, o conselho, com suas “recomendações”, acaba por obstaculizar qualquer aumento nas despesas do ente federativo, notadamente no que se refere aos rendimentos dos servidores, por exemplo.

Não é nossa pretensão aprofundar no debate sobre o Regime de Recuperação Fiscal no estado do Rio de Janeiro. No entanto, importa sublinhar que ele flexibilizou o princípio da autonomia relativa dos entes no pacto federativo brasileiro ao permitir a intervenção nas contas dos estados, por exemplo, servindo

ao propósito de aprofundar a implantação da agenda neoliberal em cada estado que aderisse ao regime de recuperação fiscal, notadamente derruindo direitos previdenciários dos servidores e privatizando empresas públicas estratégicas. Mesmo que tenha sido propagado como uma ajuda da União para os estados em situação difícil, na prática, permitiu que, independentemente do resultado das eleições, a política de austeridade seja aplicada.

Ao que parece, o motivo pelo qual, em setembro de 2017, o Rio de Janeiro tornou-se o primeiro estado a ser aceito para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, mesmo com ressalvas da Secretaria do Tesouro Nacional, teria sido as contrapartidas vantajosas oferecidas pelo governador Pezão. Dentre elas, destaca-se a venda da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae), “a única estatal lucrativa do Estado do Rio, que em 2015 rendeu R\$ 248,8 milhões em lucros líquidos aos cofres do Estado” (MANCEBO *et al. apud* BARBOSA; SAVEDRA; AQUINO, 2017, p.7) e os ataques aos direitos previdenciários dos servidores estaduais. O regime de recuperação fiscal, portanto, desferiu ataque frontal à autonomia fiscal dos entes no pacto federativo brasileiro para a implementação da austeridade ultraneoliberal, de forma verticalizada, às custas dos direitos dos servidores do estado e de serviços essenciais para a população.

Na prática, em conformidade com Deise Mancebo *et al.* (2017), em razão da resistência da população fluminense, com destaque para os sindicatos dos servidores públicos, grande parte do plano de desmonte de direitos do funcionalismo estadual com o regime de recuperação fiscal no ERJ não seguiu o curso esperado. O “pacote de maldades”⁶⁴ previa plano de demissão voluntária, aumento na alíquota de contribuição previdenciária, entre outros: “Tal pacote foi em grande parte derrotado devido à pressão das ruas, protagonizada pelos servidores públicos” (MANCEBO *et al.*, 2017, p. 7).

4.3 A UERJ resiste!

Em 4 de dezembro de 1950, foi promulgada a lei municipal nº 547 que estabeleceu a criação da nova Universidade do Distrito Federal (UDF). Em 1958,

⁶⁴ Como ficou batizado pelos sindicatos reunidos no Fórum Permanente dos Servidores Públicos do Estado do Rio de Janeiro (FOSPERJ).

seu nome mudou para Universidade do Rio de Janeiro (URJ). No ano de 1961, em virtude da transferência do Distrito Federal para Brasília, passou a ser Universidade do Estado da Guanabara (UEG). Em meio ao regime militar recebeu, em 1975, seu nome definitivo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Uma das características mais marcantes da criação da UERJ é a capacidade de fundir instituições, criando suas conformações institucionais a partir deste movimento. A partir da fusão entre a Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro, da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, da Faculdade de Filosofia do Instituto La-Fayette e da Faculdade de Ciências Médicas, nesses 72 anos de existência incorporou em sua estrutura ainda a Escola Superior de Desenho Industrial (Esdi), o Hospital Geral Pedro Ernesto (Hupe), a Escola de Enfermagem Raquel Haddock Lobo, entre outras unidades. Além disso, a universidade busca um caráter mais popularizado, destacando os diversos cursos noturnos e o pioneirismo na implementação de cotas raciais para o Ensino Superior.

A importância econômica, social, cultural e política da universidade, notadamente, em termos regionais também se justifica, pelos números apresentados no site oficial (UERJ). Atualmente, de acordo com seu site, a UERJ tem 16 campi, 43 mil alunos, 2800 docentes, 5600 técnicos, 90 cursos de graduação, 63 cursos de mestrado, 515 laboratórios e 2 unidades de saúde (UERJ). Atualmente, ainda de acordo com a página oficial, a universidade está presente nas cidades de Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Resende, São Gonçalo e Ilha Grande. Ao longo do tempo, a UERJ ampliou-se e, na atualidade, se configura como um polo de excelência em Ensino Superior, pesquisa e extensão na região Sudeste. Hoje é exemplo para todo o país pelo seu pioneirismo nas políticas de cotas e também pela assistência estudantil. Os diversos auxílios buscam reduzir a evasão de estudantes em condições financeiras adversas que sem essa ajuda não conseguiriam terminar os seus cursos. Quando entrei pela primeira vez no campus Maracanã, não havia nada disso.

Um aluno estava muito agitado em meio ao palco da Concha Acústica Marielle Franco, tentando tirar o microfone da mão de uma professora, havia tumulto. A servidora falava para uma plateia lotada, reunida em Assembleia Comunitária, contra a participação de estudantes nas decisões sobre as greves dos trabalhadores na universidade. A confusão se instaurou e o público começou a vaiar. O estudante foi contido e os debates continuaram. O ano era 1998, a primeira vez

que entrei na UERJ. Filha de professora recém-concursada da Faculdade de Serviço Social e estudante de Psicologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), visitava minha mãe na cidade e, por curiosidade, fui naquela assembleia. Não foi a primeira vez que participei de uma assembleia, porém, certamente foi uma das mais impactantes. O local estava abarrotado de estudantes, professores e técnico-universitários. Apesar das tensões, a assembleia terminou com um indicativo de greve comunitária. Após alguns meses, fiz o vestibular e ingressei na UERJ, me mudando para o Rio de Janeiro. Sendo assim, desde que entrei pela primeira vez na universidade, com algumas exceções, pude vivenciar diversas mudanças ao longo do tempo. Mas não fiquei todos esses anos na UERJ. Após concluir meu curso de graduação em Ciências Sociais, fiz mestrado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense(UFF) e estive distante por alguns anos, trabalhando em outras áreas. Em 2014 fui contratada como funcionária celetista, assessora sindical, da seção sindical na UERJ da Associação Nacional dos Docentes em Ensino Superior (Andes-SN), a Associação de Docentes da UERJ (Asduerj), cargo que ainda exerço.

Quando se passa muito tempo numa instituição como a UERJ, acaba-se conhecendo várias histórias, muitas delas sobre crises e cortes de verbas, incêndios e desabamentos por contingenciamento de verbas, falta de material didático, dentre outros problemas estruturais históricos da universidade. Destaca-se a crise de 2006/2007, em que a universidade teve que suspender o vestibular como consequência da crise financeira (UERJ, 2006). Portanto, crises de financiamento e precarização são constantes na história da instituição. Assim como é antiga também a potente capacidade de resistir da comunidade universitária, apesar dos dissensos, de forma unificada, quando necessário.

No entanto, não se ouve falar de crise maior do que a que atingiu a UERJ entre os anos de 2014 e 2018. Tendo seu ápice em 2016, quando finalizou seu ano fiscal com “mais de R\$ 416 milhões em valores não pagos, situação que se aprofundaria em 2017” (MANCEBO *et al.*, 2017, p.5) e vivenciou demissões em massa de terceirizados da faxina, além de sistemáticos atrasos no pagamento nos rendimentos dos servidores.

Em junho daquele ano, eu completei três anos como assessora sindical da Asduerj e acompanhei de perto o desgaste causado aos terceirizados, o horror de estar sem salário, sem condições de pagar o aluguel e até mesmo sem comer. A

angústia de ser demitido sem o recebimento de parte dos direitos, sem a presença do sindicato e com o dissabor de ouvir da empresa que quem quiser ser contratado terá que esquecer os salários não pagos anteriormente. V. chegou em nossa sala desolada. Chorava e sussurrava que se sentia jogada no lixo. Depois de vinte anos na universidade, agora era demitida daquele jeito. Tentamos acalmá-la, perguntando o que havia acontecido. Em vão. Ela apenas indicava o auditório 33 do Campus Maracanã. Resolvemos ir até lá e entender o que havia acontecido com a faxineira que há tantos anos limpava nosso andar de trabalho. Ao chegar no auditório, observamos impactados centenas de trabalhadores da empresa terceirizada Construir chamados pelo nome no microfone por uma encarregada. Um a um desciam da audiência para assinar suas rescisões de contrato. Para muitos era um alívio, depois de mais de seis meses sem salário e sem perspectiva, o dia do desfecho finalmente chegara. Para outros, muita tristeza e consternação. Tentamos fazer alguma coisa para evitar, mas não havia nada a ser feito. A decisão já havia sido tomada por parte do empregador que rompeu o contrato unilateralmente com a universidade, alegando não ter recebido repasses financeiros do governo estadual. C. nos contou o que estava acontecendo:

Acho injusto o que a Construir tá fazendo cá gente [sic]. Já estamos há seis meses e meio sem pagamento. O último pagamento que nós funcionários da Construir tivemos foi a primeira parcela do 13°. E até a data de hoje não recebemos mais nada. Hoje, a Construir tá fazendo [sic] uma mobilização para todo mundo assinar o aviso. Só assinar o aviso para receber Fundo de Garantia e Auxílio Desemprego. Eles mesmo fala [sic] que quem quiser receber qualquer outra coisa tem que botar na justiça. Eu acho um erro isso. Porque trabalhamos na Uerj, ficamos esse tempo todo prestando serviço, e só agora fomos comunicados sobre isso. Tem colegas que paga [sic] aluguel. Tem colegas que têm conta pra pagar, gente sendo despejada e a Construir ainda se acha no direito de pedir pra quem quiser ficar na outra empresa que vai entrar, uma tal de Construir Facility, que esqueça os seis meses e meio de pagamento. Se a pessoa abrir mão de seis meses e meio de pagamento entra na outra empresa. Eu acho isso uma injustiça com o pobre funcionário que precisa trabalhar, que necessita do seu pagamento e é isso que está acontecendo com a gente (Informação verbal).⁶⁵

Conheci C. e K., dois anos antes, em 2014, quando os salários dos faxineiros começaram a atrasar, na universidade. Era o mês de dezembro e os dois amigos, ao lado de outros trabalhadores, concentravam-se em frente ao campus Maracanã com cartazes sobre a falta de pagamento. Após a concentração, cerca de 30

⁶⁵ Fala do funcionário C. sobre a demissão em 01 jun. 2016.

terceirizados saíram em passeata nos corredores do prédio e espalharam lixo, cantando palavras de ordem sobre o não pagamento de seus vencimentos. C. era uma liderança naquele momento e, apesar das tentativas do Sindicato da Limpeza e Asseio em evitar a greve, foi um dos que se destacou na garantia do movimento paredista. O movimento ganhou destaque na imprensa (UOL, 2014). K., por outro lado, se manteve distante, observando mais do que participando, apesar de apoiar. Os faxineiros cruzaram seus braços, naquele momento, pois estavam cansados de trabalhar de graça e esperar um pagamento que nunca vinha. Muitos estavam pagando para trabalhar, pois o dinheiro da passagem não era suficiente para mantê-los toda a jornada. Naquela manifestação, eles descobriram que o lixo espalhado poderia incomodar mais do que a fome e o desconsolo da falta de pagamento. Encontraram nos atos dentro dos campi e na greve, portanto, uma forma de apelar para que a comunidade intervisse a seu favor. Naquele ano, a UERJ fechou suas portas pela primeira vez, por falta de salários para seus trabalhadores. Sem os profissionais do asseio, limpeza e conservação, os campi não tinham condições de higiene para receber os estudantes. Era final de semestre e o recesso natalino foi antecipado por alguns dias pela reitoria da época.

A precarização do trabalho das faxineiras a cada dia apontava para a impossibilidade de seguir a normalidade acadêmica na universidade. Após o recesso natalino, as aulas eram dadas em ambientes insalubres (G1, 2015), os elevadores do enorme campus vertical não tinham ascensoristas para movê-los, insetos e roedores tomaram conta dos espaços. A falta deste serviço essencial que é a limpeza levou ao fechamento também de alguns importantes serviços prestados pela UERJ à população fluminense, no ano de 2015. As Clínicas Odontológicas de Ensino (COE) da Faculdade de Odontologia, por exemplo, que realizam mais de 1000 atendimentos por semana, de acordo com o site próprio (UERJ,s.d, s.p) em que “todos os procedimentos clínicos referentes às necessidades de saúde bucal do paciente estão disponibilizados, proporcionando um atendimento integral ao nosso paciente”, fechou por falta de condições de higiene. A solidariedade da comunidade, principalmente dos alunos, foi importante naquele momento.

Querendo ou não são os nossos impostos que pagam a universidade. A gente batalhou muito pra chegar aqui. Eu não acho errado porque eles estão reivindicando os direitos deles. Quem está disposto a trabalhar de graça?”, disse Tatiane Martins, estudante de nutrição (G1, 2015, s.p).

A solidariedade dos demais segmentos da universidade se expressou tanto na escuta dos relatos dos poucos funcionários que conseguiam chegar aos espaços da UERJ quanto em doações de alimentos em campanhas realizadas por diferentes segmentos da comunidade. Naquela época era comum ouvirmos relatos de despejos, famílias em situação famélica, adoecimento e até morte entre os funcionários da empresa Construir. Em dezembro de 2015, a solidariedade se converteu também em resistência. A situação se tornou insustentável quando as bolsas dos estudantes começaram também a atrasar. O Diretório Central dos Estudantes (DCE-UERJ) ocupou o campus Maracanã da noite para o dia. A pauta era fechar as dependências da universidade até que os terceirizados e as bolsas dos alunos fossem pagos.

"Crítico mesmo é a falta de pagamento de funcionários, que têm família. São forçados pela empresa a vir trabalhar, gastando dinheiro de passagem, mesmo sem receber. As condições de insalubridade são consequência. O mais importante mesmo é que essas famílias estão sem receber", disse Álvaro Fernandes, membro do DCE da UERJ (G1, 2015).

O movimento ganhou adesão de muitos estudantes, de organizações do movimento estudantil e reivindicou também melhores condições de trabalho para os terceirizados como garantia de dignidade no ambiente de estudo. De fato, somente após o movimento, que ficou conhecido como OcupaUerj, os trabalhadores receberam o 13º salário e, os alunos, suas bolsas de estudo.

Em março de 2016, a crise de receita do ERJ chegou até parte significativa dos servidores estaduais, atingindo também os efetivos com atrasos nos seus rendimentos. Na UERJ, a situação se deteriorava intensamente. No mesmo movimento, os terceirizados foram demitidos em massa e os servidores foram ficando sem seus salários. Ainda em conformidade com Mancebo *et al.* (2017), além do atraso no pagamento da remuneração dos servidores, os valores dos aportes financeiros para os salários de terceirizados da universidade foram reduzidos drasticamente.

A verba de custeio, que contempla o pagamento das empresas terceirizadas, foi de apenas R\$ 15,5 milhões, em 2016, (dos R\$ 90 milhões anuais que são necessários). Em 2017, simplesmente ainda não houve qualquer repasse (FRANCO; CANÔNICO, 2017), impossibilitando o pagamento dos funcionários terceirizados, consequentemente, inviabilizando as condições mínimas de funcionamento da instituição (MANCEBO *et al.*, 2017, p.7).

A universidade postergou o início do semestre 2016.2 por cinco vezes, ainda

de acordo com os autores (2017). Em março daquele ano, os professores e técnicos realizaram uma greve que durou mais de 150 dias. Além de passeatas, manifestações nos campi, debates, aulas públicas, o movimento que ficou conhecido como #uerjresiste⁶⁶ ganhou amplitude nas redes e realizou um festival de música na Concha Acústica Marielle Franco, com arrecadação de alimentos para os terceirizados. No dia 16 de maio daquele ano, o movimento docente, organizado pela Comissão de Mobilização da Asduerj, ocupou por cerca de uma semana o canteiro da rua em frente ao Palácio da Guanabara. A resistência da UERJ ganhou espaço na pauta nacional quando as manifestações extrapolaram os muros dos campi.

“Nós estamos na pior condição de trabalho que até hoje já teve na Uerj. Nós temos cada vez mais uma terceirização que não cumpre com sua função, que são cartéis que deveriam ser investigados. Nós temos uma carência de reajuste salarial desde 2001, uma perda de 30% para quem entrou no regime novo e que ainda não foi beneficiada em sua inclusão na aposentadoria”, disse o diretor da associação de docentes da Uerj, Fábio Lório (G1, 2016, s.p).

Os cortes de verbas e o não pagamento dos salários impactaram diretamente o cotidiano da universidade. Os terceirizados foram retirados dos campi pelas empresas que, sem o repasse do ERJ, negavam-se a enviar seus funcionários para os locais de trabalho. O campus Maracanã viveu um cenário de terra arrasada em que *Hollywood* poderia construir sem muito esforço um platô de filmagem de produções ficcionais pós-apocalípticas, com lixo por todos os lados, mato crescendo, sem elevadores, segurança, manutenção ou jardinagem. O impacto visual era impressionante. O vazio e o abandono tomaram conta dos espaços, ao passo em que foi sendo preenchido de poeira, bolas de mato seco e sujeira arrastadas pelo vento e um silêncio que faziam dar a impressão de que até os pássaros haviam deixado os antes belos jardins do campus Maracanã.

A crise se aprofundou fazendo de 2017 um dos piores anos para a universidade. O Fórum de Diretores decidiu fechar os campi, suspendendo as atividades por tempo indeterminado (G1, 2017). O restaurante universitário ficou assim por mais de um ano. Movida por manifestação da Ordem dos Advogados do

⁶⁶ Notadamente na rede social *Facebook*, de acordo com publicação do perfil UerjResiste, “Nesta semana, nossa página atingiu a marca de 50 mil likes. Temos semanalmente entre 300 mil e 1 milhão de pessoas vendo nossas postagens” (RESISTE, 2017, s.p).

Brasil (OAB/RJ), a justiça obrigou o ERJ a pagar os salários dos servidores. A UERJ se transformou no símbolo da crise do estado, mais especificamente uma de suas maiores vítimas.

Conheci a UERJ em julho de 1998, antes da terceirização. Como já mencionado, lembro da Concha Acústica do campus Maracanã lotada de estudantes, docentes e técnico-universitários reunidos em assembleia comunitária. Naquele ano, ainda nos estertores da década de 1990, eu não pude observar nenhum terceirizado nas dependências da universidade. Havia uma luta dos estudantes e na categoria dos técnicos-universitários por concurso. Recordo conhecer faxineiros, seguranças e ascensoristas concursados e sem uniforme, sindicalizados e prestes a se aposentar. No entanto, naquele momento se ouvia falar de trabalhadores terceirizados no Hospital Universitário Pedro Ernesto.

As mudanças no plano de carreira dos técnico-universitários criaram clivagens no segmento, em que os setores como faxina, segurança, manutenção e ascensoria, por exemplo, foram destacados dos demais, com chefes próprios e estrutura específica, fato que favoreceu a terceirização de parte significativa dos quadros de trabalhadores em atividade técnico-universitária na UERJ. Atualmente muitos setores estão terceirizados, e diversas empresas atravessadoras negociam a força de trabalho de centenas de mulheres e homens que precisam se sujeitar à precariedade dessa modalidade de trabalho para sobreviver. A escolha pelo estudo da faxina se justifica não só pela importância do trabalho de limpar o ambiente, cuidar do asseio nas instalações dos prédios, mas também porque é um dos segmentos mais afetados por esta faceta do neoliberalismo, que é a terceirização na universidade.

Como ocorreu em outras instituições, foi preciso realizar mudanças no plano de carreira e nas legislações internas para que a entrada de empresas interpostas fosse possível. No entanto, percorrer os labirintos de sequências de Ato Executivo de Decisão Administrativa (AEDA) e Resoluções do Conselho Universitário (Consun) para encontrar qual normativa permitiu a terceirização na universidade se mostrou um grande desafio. O que se percebe é uma série de normativas que modificaram o plano de carreira dos técnico-universitários, e uma ou outra brecha que foi permitindo a contratação de pessoal em modalidades de trabalho precarizadas. O trabalho temporário, sem vínculo empregatício, por exemplo, “para atender à prestação de serviços de caráter temporário e permanente” (UERJ,1990), foi

normatizado pelo então reitor, professor Ivo Barbieri. Importa sublinhar que, naquele momento, a UERJ tinha autonomia para decidir as modalidades de contratação e também de plano de cargos e salários, perdida alguns anos depois.

[...] pelo menos até o início dos anos 2000, as decisões referentes à carreira dos trabalhadores da universidade esgotavam-se no âmbito da própria instituição e que a partir dessa data os pormenores legais de carreira passam a ser decididos na ALERJ, onde o governo do Estado tem forte influência. Assim, leis estaduais definem e estruturam o planejamento de cargos, carreiras e progressão salarial, evidenciando forte perda de autonomia da universidade. Além disso, as próprias licitações para contratar empresas interpostas que oferecem os serviços terceiros, também são feitas pela Secretaria da Fazenda (SEFAZ) (MANCIBO *et al*, 2017, p.8-9).

O AEDA 34, de 1990, normatizou o quadro de funcionários técnico-universitários e deu providências sobre o plano de carreira. Dentre os cargos presente no Ato Executivo, estão diversos segmentos que atualmente são contratados por meio da modalidade terceirizada de trabalho, como servente de limpeza, ascensorista, auxiliar geral, copeiro, cozinheiro, jardineiro, motorista, oficial de portaria, oficial de zeladoria, servente de limpeza e servente de obras, por exemplo. Com um total de 4311 vagas, o AEDA estabelecia 263 vagas para serventes de limpeza. Nessa organização não havia divisão em grupos ou níveis, apenas o estabelecimento de uma lista de cargos (de acordo com a atividade) e o número de vagas para cada um.

A Resolução 01 do Conselho Universitário (Consun) de 1994 instituiu nova classificação da carreira dos técnico-administrativos em que dividiu os cargos em grupos e classes, por grau de instrução exigido para a investidura no cargo e tipo de atividade. A carreira dos técnicos da UERJ ficou dividida em três grandes níveis, com subdivisões de acordo com o tipo de atividade do cargo e nível de escolaridade. Listamos a seguir as novas divisões criadas em 1994, com destaque para o nível em que foi enquadrado o setor da faxina, de acordo com a Resolução 01/1994:

- Nível de Apoio (NA): Atividades de “natureza repetitiva, envolvendo execução, sob coordenação e orientação de serviços operacionais de infraestrutura hospitalar, ou de outras Unidades, bem como trabalhos operacionais simples”. Serventes, Auxiliar de Lavanderia, Auxiliar de Serviços Gerais , **viraram Auxiliar Operacional 1(NA-01)** e Copeiro e Jardineiro, Auxiliar Operacional 02 (NA-03), ficando dividido em três classes, Auxiliar Operacional I, Ascensorista e Auxiliar Operacional II. O Auxiliar operacional 1, da área de limpeza, conservação e lavanderia,

tinha como atividade “Executar **trabalhos rotineiros de limpeza** em geral, espanando, varrendo, lavando ou encerando dependências, móveis e utensílios em geral”, com escolaridade mínima 4º série do 1º;

- Nível Intermediário (NI): Atividades de “assessoramento, planejamento simples, organização, operacionalizando a supervisão de projetos relacionados ao setor de trabalho e de rotinas administrativas nos diversos escalões da UERJ.” Ficavam neste grupo, o auxiliar de serviços de saúde, o operador de sistema micrográfico, o manipulador de câmara escura e o necropsista. Eram 7 classes de acordo com a especialização da atividade do cargo, com escolaridade mínima 2º grau completo;
- Nível Superior (NS): Atividades especializadas de nível superior ficam concentradas neste grupo. Não havia divisão de especialidades. Os médicos, assistentes sociais, químicos, nutricionistas e economistas pertenciam a um só grupo.

As mudanças foram estimuladas pelas normativas para progressão na carreira, tendo como fundamento a meritocracia e a criação/consolidação de cargos hierarquicamente superiores na estrutura da universidade. Na resolução 0004 de 1992, foram estabelecidos critérios para que o funcionário pudesse evoluir em sua carreira. A criação das Funções Gratificadas são parte desse processo, no que se refere à faxina: as funções gratificadas correspondem ao desempenho de atividades de direção e assistência intermediária com vistas à racionalização e execução de programas, normas e critérios estabelecidos pelos escalões superiores (UERJ, 1992).

No quadro IV da Resolução, ficou estabelecida a Função Gratificada (FG-3), que consistia em criar dois cargos de gestão específica para o grupo NA, quais sejam: o cargo de chefe do setor e encarregado de equipe em serviço operacional, este último atualmente terceirizado. A criação de uma chefia própria, que englobava diversos segmentos do nível de apoio sobre o mando, em setores específicos, divididos racionalmente, a partir de uma cadeia de ordem hierarquicamente constituída, foi parte importante para posterior terceirização de setores como a faxina e a jardinagem, por exemplo. Essa organização é a que as empresas usam. As Funções Gratificadas do quadro IV eram remuneradas, conforme disciplinava o artigo 18, de forma fixa em 25% para os FG-03, percentual estabelecido sobre o vencimento inicial dos cargos de nível superior em regime de trabalho de 40h.

O manual de cargos dos servidores técnico-administrativos (UERJ,1998), atualizado e revisado em setembro de 1998, foi um esforço da Superintendência de Recursos Humanos (SRH), a partir do Grupo de Trabalho para desenvolvimento do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (GTPCC). Ele continha “a descrição de cargo, suas tarefas típicas, especificações e carga horária contratual”, bem como as normativas que enquadravam cada cargo. No referido manual, se encontravam agrupados como Auxiliar Operacional NA-03, os cargos das áreas ascensoria, laboratório, conservação de jardins, almoxarifado, limpeza e conservação, lavanderia, apoio administrativo, construção civil, manutenção de equipamentos e copa. O manual de cargos dos servidores foi elaborado a partir da Resolução do Consun 10/1997 (UERJ, 1997). Nela, se estabeleceu que o cargo de Auxiliar operacional, na área da limpeza e conservação, tinha as atividades hoje realizadas pelos funcionários terceirizados da Appa: executar trabalhos de limpeza em geral das dependências, móveis e utensílios em geral; executar tarefas de transporte, arrumação, limpeza e acondicionamento de materiais, máquinas e instrumentos utilizados no setor de trabalho; e, transportar cadáveres da anatomia patológica para o necrotério ou capela.

Conforme já mencionado, a partir dos anos 2000, a UERJ perdeu a autonomia para realizar mudanças nas carreiras dos seus servidores. Em conformidade com Deise Mancebo *et al.* (2017, p.8), “os pormenores legais de carreira passam a ser decididos na ALERJ, onde o governo do Estado tem forte influência.” Os autores (2017) ressaltam ainda que é a Secretaria de Fazenda quem faz as licitações que definem quais empresas poderão se interpor para contratação de mão de obra na universidade.

Em 29 de junho de 2006, a então governadora Rosinha Garotinho (União Brasil) sancionou a Lei nº 4.796 (RIO DE JANEIRO, 2006) que reestruturou a carreira dos técnico-universitários da UERJ. Com a promulgação da lei, a UERJ teve que adequar o seu manual de cargos. No ano seguinte, a SRH normatizou a carreira, de acordo com o novo plano. Estabelecia novo nome para os cargos de escolaridade nível fundamental, agora intitulado Auxiliar Universitário (900 cargos), com progressão de carreira a partir de titulação e avaliação, com nível inicial 01 e final 20, realizando carga horária de 40h semanais, sem mudar as tarefas do enquadramento anterior.

Em 2019, foi lançado pela universidade o novo Manual de Cargos e Perfis

(UERJ, 2019). Ele adequou a carreira dos técnicos às leis que regulam o novo PCC⁶⁷, visando à atualização dos cargos e à criação de perfis de carreira, complexificando a progressão. A introdução pontua que os perfis extintos, que não têm mais servidores, não constam do manual. Nele, aparece o perfil em Quadro Suplementar, o cargo de auxiliar técnico-universitário I – Ensino Fundamental, de serviços operacionais em limpeza e conservação, com carga horária semanal de 40h, sem nenhuma mudança nas atividades prescritas anteriormente. Nesse ponto, importa destacar que as tarefas que os terceirizados realizam o colocam dentro do plano de carreira dos servidores da casa. Mesmo que estando em modalidade de contrato de trabalho diferente, pertencem à mesma categoria em termos práticos. Trabalham no mesmo local, realizam a mesma atividade, com carga horária semelhante. Quando perguntado sobre quais tarefas desempenhava como terceirizado da faxina no prédio da Faculdade de Medicina, B. descreveu as funções do cargo de auxiliar técnico-universitário I aplicadas ao ambiente em que estava alocado:

— *Como é o seu trabalho? O que você faz?*

— *Eu varro lixo de árvore agora no hospital⁶⁸ tem mais coisa para fazer. Eu varro geralmente folha de árvore na área externa e na área interna limpeza geral, de lavar banheiro a tirar o lixo hospitalar, lixo de laboratório, né? (B.)*

Ou seja, os cargos ora preenchidos por funcionários terceirizados ainda seguem existindo no Manual de Cargos e Perfis da universidade. Isso evidencia, desta forma, que é a condução neoliberal da política no país, especialmente no ERJ, localmente na universidade que impede novos concursos públicos para preenchimento das vagas, o que reduziria drasticamente a precarização do funcionário que hoje realiza a atividade do perfil auxiliar técnico-universitário I, notadamente, na limpeza e conservação. Em conformidade com o artigo “O trabalho terceirizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro” (Mancebo *et al.*, 2017), faltou vontade política.

Assim sendo, do ponto de vista legal, esses perfis seriam cabíveis de serem contratados por concurso público como era feito outrora. Contudo, não há indícios de vontade política para que isso seja feito. Pelo contrário, os gastos com as empresas que oferecem os serviços terceiros aumentaram,

⁶⁷ Lei nº 6701/2014, Lei nº 7426/2016 e Lei 7701/2017.

⁶⁸ Se referindo ao prédio da Faculdade de Ciências Médicas que fica dentro do terreno do Hospital Universitário Pedro Ernesto.

consideravelmente, nos últimos anos (MANCEBO *et al.*, 2017, p.9).

No artigo, os autores (2017) realizam uma robusta análise sobre os valores que foram transferidos do tesouro do governo para as empresas atravessadoras em diferentes órgãos do ERJ, em 25.205 contratos realizados entre 1978 e 2017. No que se refere à UERJ, encontraram 2542 contratos, dos quais 2073 haviam sido realizados no HUPE, entre os anos de 2002, e terminam em 2014 no valor total de quase três bilhões⁶⁹ de reais.

No início da série histórica considerada, os contratos eram em pequeno número, mas eles aumentam ao longo do tempo, voltando a declinar a partir de 2014. Esse declínio pode ter uma dupla interpretação: pode significar simplesmente a não atualização da Tabela publicada pela Secretaria, ou indicar o início da crise do Estado e o decorrente descaso que o governo vem assumindo com a universidade (MANCEBO *et al.*, 2017, p.11).

Importa salientar que os contratos analisados incluem diversos serviços para finalidades diferentes, como compra de materiais e locação de imóveis, além daqueles celebrados com empresas atravessadoras de mão de obra para suprir a falta de concurso público para a categoria auxiliar técnico-universitário I na universidade. Embora os autores não tenham analisado todos os contratos, no que se refere à limpeza e conservação, a empresa Construir, por exemplo, entre 2002 e 2013, teve 14 diferentes contratos para serviços como:

limpeza e higienização do HUPE e da Policlínica Piquet Carneiro; serviços gerais de limpeza e conservação da UERJ; desinsetização, limpeza e desinfecção dos reservatórios de água potável; manutenção predial e de equipamentos; prestação de serviços de condutores de veículos. (MANCEBO *et al.*, 2017, p.12).

A falta de transparência nos gastos com interpostas de mão de obra, notadamente com a empresa Construir Facilities é ponto a ser destacado. Atualmente, no site de compras do governo do ERJ há um aviso sobre a falta de dados, remetendo o internauta ao portal de transparência do Governo do Estado. No entanto, o próprio portal de transparência indica que os dados estão na página de compras do governo. Assim, não foi possível encontrar as informações sobre o total gasto com contratação de empresas terceirizadas para limpeza e asseio na UERJ. No entanto, no portal de compras-rj (RIO DE JANEIRO), acessamos 8 entradas para

⁶⁹ Especificamente, os autores encontraram o valor de R\$2.946.994.449,48. (MANCEBO *et al.*, 2017).

contratação tendo como fornecedor a empresa Construir Facilities. Elas estavam incompletas, faltando muitos dados, como nome do gestor responsável pela compra, anexo com os termos do contrato ou faturas, data de vigência, e a maioria deles não apresenta valor total executado.

No entanto, foi possível mensurar que, no período de 2012 a 2016 (excetuando 2015, em que não há nenhum registro), de acordo com o Anexo A, R\$124.541.961,45 foram os valores empenhados pela UERJ com a empresa Construir Facilities. O total efetivamente gasto daqueles contratos que tem o dado disponível no site para o período foi de R\$6.558.277,46. Atualmente, a empresa perdeu força no governo do ERJ, aparecendo em poucos contratos, a maioria com o Corpo de Bombeiros. Podemos inferir que os valores executados, desde o primeiro contrato da Construir com a UERJ até o momento em que a empresa saiu da universidade, sejam astronômicos.

Quando se busca a empresa Appa Empregos, interposta que substituiu a Construir, é possível acessar mais dados, mantendo ausências de dados que são importantes, como o valor de fato executado da maioria dos contratos, por exemplo. No entanto, foi possível mensurar que no contrato celebrado com a UERJ no ano de 2016, para serviço de limpeza, a Appa Empregos faturou, em termos de valores recebidos somente naquele ano, o valor de R\$ 39.286.196,53. O contrato previa o suntuoso valor total de R\$56.188.999,98, e foram executados ao longo até o final, em 2022, o suntuoso valor de R\$52.745.787,98. Mesmo com a ausência dos valores executados, bem como os gastos com o contrato atual, salienta-se que foi possível demonstrar que a terceirização está longe de ser econômica para a administração pública. O argumento de que seria mais barato terceirizar do que contratar diretamente (CLT) ou recrutar por meio de concurso público mostrou-se no mínimo inconsistente.

Da mesma forma que os autores do artigo “O trabalho terceirizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro” (MANCEBO *et al.*, 2017), também construímos exercícios matemáticos de possibilidades de contratação de faxineiros com os valores pagos pelo Estado do Rio de Janeiro à empresa Appa, somente no ano de 2016. Como não se encontra no site de transparência a informação de quantas pessoas foram contratadas naquele ano, não podemos afirmar ao certo o quanto a mais a universidade estaria despendendo de suas finanças apenas para o lucro dos donos da empresa. No entanto, é possível projetar quantos faxineiros

poderiam ser contratados com o montante gasto.

O acordo coletivo (CONVENÇÃO, 2016) estabelecido em 2016, o Sindicato dos Empregados em Edifícios Residenciais, Comerciais, Mistos, Condomínios e Similares do Município do Rio de Janeiro e o Sindicato das Empresas de Conservação e Vigilância, Limpeza e Asseio de Imóveis e Condomínios Residenciais, Comerciais e Terceirizados do Estado do Rio de Janeiro definiu o salário mínimo para Servente, Faxineiro e demais empregados da categoria profissional em R\$ 1.031,50. Ao dividirmos o montante recebido pela empresa, naquele ano, pelo valor mínimo estabelecido pelo acordo coletivo do sindicato da categoria, desconsiderando os encargos trabalhistas, seria possível a Appa contratar cerca de 38.086 faxineiros, aproximadamente 13 funcionários para cada professor.

Em um segundo exemplo hipotético, utilizamos uma calculadora de custos de funcionários, disponível gratuitamente no site *idinheiro.com.br* (IDINHEIRO) para entender quanto a empresa gastaria por mês com um funcionário, naquele momento. Ela leva em consideração os gastos da empresa com encargos, vale-refeição, transporte e provisão de 13º e férias. Nele estipulamos, pautados no salário mínimo do acordo coletivo da categoria de 2016, somando R\$140,00 e R\$ 400,00 de vale-transporte e alimentação, respectivamente. Conforme demonstramos no Anexo B da presente tese, um funcionário custaria para a empresa R\$ 2.007,02 mensais. Sendo assim, seria possível a empresa Appa, no ano de 2016, contratar cerca de 19.574 faxineiros terceirizados com os valores repassados pelo governo do ERJ. Se a Appa utilizasse esses valores para pagar os vencimentos de um funcionário por 4 anos, ela gastaria R\$ 96.336,96 em 4 anos, o que daria para pagar 407 funcionários, no período. No entanto, de acordo com relatório preliminar para estudo de contratação de nova empresa de limpeza e asseio, realizado pela prefeitura dos campi, no ano de 2019 havia 276⁷⁰ faxineiros na universidade. Confirmando também na faxina da UERJ, o que já têm apontado outras análises: a terceirização é mais cara do que a contratação direta. De acordo com estudo realizado pelo DIEESE, a pedido da CUT, “o Estado paga a empresas que terceirizam, um valor quatro a seis vezes maior, do que os dispendidos com servidores concursados” (MANCIBO *et al.*, 2017, p.12). Portanto, há uma tendência para que a terceirização seja também mais

⁷⁰ Ver Anexo C.

dispendiosa do que a contratação por meio de concurso de provas e títulos para investidura em cargo público.

A falta de transparência estimula a burla de direitos e a consequente precarização do trabalho do terceirizado na universidade. Soma-se, ainda, o fato de que não há justificativa para os gastos exorbitantes com a empresa Appa, por exemplo. Os vencimentos dos funcionários não passam, em sua maioria esmagadora, do salário mínimo exigido pelo acordo coletivo, bem como não há pagamento de plano de saúde ou qualquer outro benefício que explique, além dos lucros do patrão, porque foram entregues mais de trinta milhões de reais para a empresa Appa, somente em um único contrato, no ano de 2016.

4.4 Terceirizado da UERJ: invisível, porém essencial

Como já analisado, a figura do trabalhador terceirizado surge na UERJ no final da década de 1990. Não foi possível encontrar registro de normativa própria da universidade que tenha definido uma data para a permissão de interposição através de empresa atravessadora de mão de obra terceirizada na universidade. No entanto, a partir de 1992, foi aberta a possibilidade de contratar pessoas, seja para o cargo de docente ou servidor técnico-administrativo, sem vínculo empregatício, sendo esse o ano de referência para a implantação de modalidades de precarização de trabalho nas carreiras da UERJ.

Do ponto de vista quantitativo, foi possível encontrar alguns dados importantes por meio da consulta do processo administrativo SEI-260007/000745/2020, criado para pregão eletrônico de nova empresa em razão do fim do contrato com a Appa. Em 2021, para esse processo de mudança, a universidade realizou um estudo técnico preliminar sobre prestação de serviço asseio, limpeza e conservação predial assinado pela servidora Elizabeth Lahamar. Elaborado a partir de estudo do contrato em vigor à época, encontrou-se cerca de 235 auxiliares de limpeza, sendo 2 diaristas⁷¹. A maioria se concentrava no campus Maracanã, e 136 faxineiros estariam localizados no Pavilhão João Lyra Filho(PJLF). Como esses números foram coletados há dois anos, e sabe-se que houve demissões, é possível que a universidade esteja operando com menos do que isso.

⁷¹ Ver Anexo C.

Sendo assim, possivelmente, na atualidade, a UERJ conte com menos de 130 faxineiros no campus Maracanã para limpar as 283 salas de aula, os 75 laboratórios, as 16 salas RAV, os 23 auditórios e anfiteatros, além das 11 bibliotecas e todos os banheiros dos andares do Pavilhão João Lyra Filho. Mesmo com as equipes reduzidas, impera o discurso de austeridade para justificar o parco aumento no quadro de funcionários de um contrato para o outro.

É importante estabelecer que por conta da crise atualmente vivida pelo Estado do Rio de Janeiro e agravada pela pandemia do SARS-Cov-2, a necessidade de se efetuar contratações com atenção para os Princípios da Economicidade e Eficiência fica ainda mais evidenciada e por este motivo fizemos um acréscimo discreto no quadro de auxiliares de limpeza, mas que acreditamos que melhore consideravelmente a qualidade do serviço prestado (LAHAMAR. 2021, p. 8).

O “acréscimo discreto” seria, no caso do PJLF, 8 novos faxineiros e em toda a UERJ, 45 pessoas a mais (Anexo D). O ideário neoliberal tem sido o fundamento que conduz as contratações em regime de trabalho terceirizado na casa. Além de balizar as decisões pelo discurso de suposta austeridade, naturaliza a interposição de empresas privadas no âmbito da instituição que é pública, como se fosse fruto caído da árvore da vida⁷²: “A terceirização de serviços é uma realidade no Serviço Público que atualmente concentra seus esforços nas atividades-fim, transferindo a execução de atividades-meio para empresas especializadas” (LAHAMAR, 2021, p.3).

O estudo técnico constata, a partir da análise dos espaços da universidade, que é preciso aumentar o quantitativo na limpeza. No entanto, se reprime a demanda em nome da “economicidade e eficiência”. Conforme já pontuado, os valores transferidos do governo do ERJ para a Appa, somente em 2016, de econômicos, não tinham nada.

Os terceirizados do asseio, limpeza e conservação estão vinculados ao Departamento de Serviços Gerais (Dseg), da Prefeitura dos campi. Mais precisamente vinculados à Divisão de Serviços Auxiliares (Disau), que, de acordo com o site oficial (PREFEITURA), é responsável pelas atividades de “zeladoria/portaria, transporte de mobiliário e equipamentos, jardinagem, limpeza,

⁷² Expressão utilizada por Karl Marx em sua Obra “O XVIII do Brumário de Luís Bonaparte” para explicar que os acontecimentos analisados não surgiram aleatoriamente e, sim, foram parte de uma construção histórica.

operação de elevadores, coleta de lixo e estacionamento de veículos”. Ou seja, grande parte da mão de obra terceirizada da universidade está subordinada ao comando dos servidores concursados com Funções Gratificadas, no caso da faxina, a Disau, por exemplo. No entanto, os chefes imediatos dos faxineiros (os encarregados) e os líderes de turma estão preenchidos por trabalhadores terceirizados.

Além do que já é pacificado na bibliografia analisada sobre a precarização do trabalho na modalidade terceirizada de contratação, destacamos a rotatividade do setor. Do que pude observar ao longo de dez anos trabalhando como assessora sindical da Asduerj, poucos são os que permanecem muito tempo. O contrato que permite demissão e recondução pode ser considerado como a principal diferença entre os terceirizados da faxina e os servidores concursados da UERJ. De fato, a possibilidade de ser demitido transforma completamente os efeitos da relação de trabalho para quem corre o risco de perder o emprego. Como analisado no capítulo anterior, foi um servidor de carreira quem denunciou à CPI-COVID um suposto esquema de atravessamento de vacinas com pagamento de propina — fato que só foi possível porque aquele trabalhador tinha estabilidade no emprego. Nesse sentido, a possibilidade da demissão favorece o silenciamento de denúncias de assédio moral, corrupção, abusos de toda sorte e obriga o terceirizado a trabalhar com atrasos constantes em seu pagamento, ou, ainda, a se expor ao vírus da Covid-19 em meio a uma pandemia, por exemplo.

O trabalhador terceirizado, por falta de estrutura de trabalho, ausência de plano de carreira e conseqüentemente grandes incertezas, tem sua dimensão futura muito prejudicada e sua subjetividade fragmentada. (...) A solidariedade também é afetada diretamente, pois se encontra, no mesmo ambiente, trabalhadores regidos por legislações distintas, o que dificulta imensamente qualquer tentativa de defesa coletiva, entre elas, a organização sindical (MANCEBO et al., 2017, p.9).

O faxineiro terceirizado não tem direito à participação política nas questões da universidade. Não tem direito a votar para reitor, nem para nenhum cargo de gestão elegível, bem como não tem representação nos Conselhos Superiores da instituição. Não recebe nenhuma informação a esse respeito, é completamente apartado da vida política e institucional da casa em que trabalha. O Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públicas do ERJ (Sintuperj) não aceita filiar terceirizados. Em seu estatuto está explicitado que apenas aqueles admitidos por concurso público podem se filiar. Os argumentos que correm pelos corredores variam com o tempo. Alguns

dão conta de um congresso em que se decidiu não aceitar a filiação, pois isso seria naturalizar a terceirização da categoria. Não encontramos nenhum registro de decisões deste congresso, nem no sindicato, nem no site. Outros argumentam que os faxineiros já são representados por outro sindicato e que teriam tido problemas jurídicos com o Sindicato dos Enfermeiros por filiá-los. No entanto, o Sintuperj aceita a filiação de docentes que têm carta sindical própria do Andes e seção regional na universidade, a Asduerj. Não há informação oficial no site do Sintuperj sobre o porquê de não filiarem esses funcionários.

Em termos de direitos, pudemos identificar que, ao contrário dos técnico-universitários, faxineiros terceirizados não recebem adicional de insalubridade, a não ser que estejam diretamente contratados para a coleta de lixo. Aqueles que são contratados para a limpeza e acabam por cumprir tarefas como tirar lixo de banheiro e limpar locais insalubres, não. Ao responder sobre como são as condições de trabalho, o terceirizado menciona que não recebe o adicional, apesar de exposto à urina de ratos.

Mais ou menos. Não é que seja ruim porque é um trabalho muito tranquilo. Mas, por esse lado por ser lixo hospitalar, mexer com urina de rato e lixo de laboratório se torna uma coisa mais pesada. E a gente não ganha insalubridade para isso. (B.)

Há, ainda, as diferenças aparentes: uso do uniforme da empresa e a ausência de crachá, como os servidores técnico-universitários efetivos para identificação. Além disso, não têm acesso ao Restaurante Universitário do campus Maracanã para alimentação, por exemplo. A alimentação é feita em refeitório próprio, localizado longe do Restaurante Universitário, no subsolo do Pavilhão João Lyra Filho, ou nas copas dos andares.

Em seu artigo “Trabalho terceirizado e universidade pública: uma análise a partir da UERJ”, Deise Mancebo (2019) apresenta os resultados da pesquisa realizada com terceirizados na universidade.

[...] a redução salarial é superior a 36% para os perfis de ascensoria e limpeza, visto que os trabalhadores terceirizados recebem um salário mínimo local (R\$ 1.136,53) e um Auxiliar Técnico Universitário I (em que estão inseridos os funcionários de carreira com esses perfis) percebe R\$ 3.140,00 de salário base. Deve-se destacar que os funcionários de carreira fazem jus, ainda, a adicional por tempo de serviço, auxílio creche, auxílio alimentação e auxílio para dependentes excepcionais, o que não é devido aos terceirizados (MANCEBO, 2019, item 3.3.3/SN).

A autora (2019) destaca, portanto, a diferença salarial existente entre os

técnico-universitários concursados e os terceirizados, apontando redução expressiva nos valores de um para outro. Soma-se à apresentação uma breve descrição dos resultados das 12 entrevistas com seguranças e faxineiros em que a autora pôde observar que os depoimentos:

- Não expressaram problemas com a hierarquia dos servidores e sim, questões relacionadas a tratamentos diferentes por parte dos gestores a cada terceirizado. Faziam referência a “injustiças, falta de reconhecimento e tratamento diferenciado para apadrinhados” (MANCEBO, 2019, item 3.3.3/SN);
- Reclamaram de se sentirem ameaçados pelos supervisores que podem “admitir e demitir trabalhadores, o que sempre funciona como um instrumento de pressão e assédio” (MANCEBO, 2019, item 3.3.3/SN);
- Reconheceram a existência do sindicato, mas não a sua atuação, “denotando um claro enfraquecimento da organização sindical para esses grupos” (MANCEBO, 2019, item 3.3.3, s.p);
- Queixaram-se do aumento da carga de trabalho, “já que não é rara a diminuição do número de trabalhadores para atuar em determinado setor” (MANCEBO, 2019, item 3.3.3, s.p);
- Atestaram gostar de trabalhar na universidade, apontando duas razões principais: “o fato de terem um emprego numa situação de crise e o respeito e consideração com que são tratados por alunos, professores e funcionários de carreira da UERJ” (MANCEBO, 2019, item 3.3.3, s.p).

Por fim, ainda de acordo com Deise Mancebo (2019, s.p), no que se refere ao momento em que estavam com meses de salário atrasado, os terceirizados entrevistados procuraram abstrair a tensão vivida no ambiente de trabalho. Agir como “se nada tivesse acontecendo”, para a autora, pode ser considerado uma atitude autodefensiva perante o caos a que estavam submetidos, “de alguma forma evitava o adoecimento, ainda que o sofrimento psíquico se fizesse presente, obviamente” (MANCEBO, 2019, item 3.3.3, s.p).

O faxineiro da Uerj, em condição de terceirização, portanto, apesar de gostar de trabalhar na universidade, convive constantemente com a precarização do trabalho, por meio da alta rotatividade, vencimentos baixos e não pagamento de adicionais importantes, atrasos constantes nos salários e assédio das chefias. Elas são a ponta de lança do neoliberalismo na universidade. O laboratório para que o

processo de transferência de verbas públicas para a iniciativa privada se estabeleça na instituição. A brecha aberta para a privatização da mão de obra na universidade. É a consolidação do trabalhador apartado na sua relação laboral, disciplinado pelo uniforme e pela falta de participação sindical, ou seja, o trabalhador próprio da era neoliberal.

Ao mesmo tempo em que as empresas lucram valores exorbitantes e os trabalhadores são deixados à míngua, a resistência às relações impostas pela política neoliberal na instituição se enfraquece. A atomização sindical e a desresponsabilização da universidade sobre esses trabalhadores atinge diretamente toda a comunidade, não somente em termos de abrir brechas para possíveis novos segmentos serem terceirizados, como também nos momentos de choque de crise fiscal.

5 “MELHOR NÃO FALAR”: O MEDO DO DESEMPREGO E OS DESGASTES NO CAMPO DA PESQUISA

O sentido da presente tese surgiu no dia em que os faxineiros da Construir foram demitidos. Perplexa diante de tanta iniquidade, o sofrimento cotidiano de centenas de mulheres e homens que nada tinham a fazer perante a precariedade, à mercê de uma empresa que não dava nenhuma satisfação, ao final, assisti atordoada à demissão em massa daqueles funcionários. A decisão de entender os mecanismos que levaram àquela clivagem entre os trabalhadores da universidade surgiu no dia em que V. adentrou a sala da Associação de Docentes aos prantos por sua demissão. Comecei a me questionar quais as diferenças que faziam com que a OAB e parte relevante da sociedade civil se mobilizasse para uns e não para outros. Algo que ia para além das óbvias e visíveis disparidades, como o uso de uniforme.

As hipóteses que me moviam e que foram confirmadas ao longo do estudo foram:

- Que a terceirização na UERJ tem servido como política de transferência de recursos públicos para a iniciativa privada no estado do Rio de Janeiro;
- Que tem como consequência imediata a precarização do trabalho de parte relevante da mão de obra da universidade;
- Que há um tratamento diferente para aqueles submetidos a essa modalidade de emprego dentro da instituição;
- Que tem como impacto último a inviabilização das atividades acadêmicas em momentos de crise financeira do ERJ.

Nesse sentido, o projeto de doutoramento se propunha a estudar os impactos da terceirização nas atividades de limpeza da universidade, nos anos de 2014 a 2016. A ideia era pesquisar a cronologia dos impactos tanto na vida daqueles trabalhadores quanto nas chamadas atividades-fim da instituição. No entanto, logo no início dos estudos, as principais personagens que vi lutarem contra os atrasos de salários ou saíram da UERJ ou, dos que ficaram, apenas K. se disponibilizou a conversar, o resto se calou por medo de retaliação da nova empresa, a Appa. Seria preciso redesenhar o campo de pesquisa, pela primeira vez.

Como já mencionado, vivenciei ao lado das mães trabalhadoras terceirizadas seis meses sem salário. A angústia de dezenas de chefes de família desesperadas, sendo despejadas, passando fome. Mas também vivenciei a solidariedade possível

entre elas e principalmente dos estudantes para mitigar os efeitos de tamanha rapinagem feita pela empresa Construir e o governo do Estado contra aqueles trabalhadores em 2014/2015. Pensando nessa resistência, comecei a reconstruir a pesquisa de campo, ainda refletindo sobre um fenômeno interessante que se apresentou naqueles dias de falta de salário: a união dos estudantes da universidade com os terceirizados. Notadamente, em 2015, com a ocupação dos campi pelos estudantes, em defesa do pagamento imediato dos salários dos funcionários da Construir. A aliança inusitada entre os dois segmentos chamou a minha atenção, e os resultados positivos da ocupação me fizeram decidir modificar a tese, dentro da pesquisa de campo, para analisar essa dinâmica. Entrar em contato com o grupo “Invisíveis na luta” favoreceu a opção pela mudança.

No ano em que Jair Bolsonaro assumiu a presidência, conheci o grupo que, segundo relatos iniciais, seria composto por estudantes e funcionários da empresa Appa. Eles teriam ramificações em outras universidades, especialmente na Universidade Federal de Juiz de Fora e Universidade Federal Fluminense. Eu conhecia um dos estudantes que eram articuladores do Invisíveis. Ao comentar com ele sobre as mudanças na minha tese, recebi o convite para participar do grupo e, por intermédio dos terceirizados organizados por eles, realizar o campo do doutorado. Os ajustes teóricos foram para trabalhar a ideia da pesquisa a partir da articulação das resistências às condições precárias de trabalho dos terceirizados, tanto no contexto da crise quanto na atuação do grupo Invisíveis, como um passo a mais na organização da solidariedade entre alunos e terceirizados na UERJ. A metodologia também seria ajustada à minha participação nas reuniões, articulando a pesquisa social com a ação política no grupo em defesa dos terceirizados.

No site oficial do Invisíveis, a apresentação traz um apelo para a participação dos trabalhadores, além de descrever as atividades, apontando a composição social do grupo.

Somos pequenos grupos de trabalhadores de empresas públicas e privadas. Temos uma página no facebook, um site e boletins impressos para divulgar os problemas e fortalecer nossas lutas. Nenhum de nós é advogado, especialista ou amigo de jornalistas da Record, Globo ou SBT. Mas sabemos nossos direitos (INVISIBLES, s.d, s.p).

O nome se refere ao nó invisível de solidariedade que o grupo procura estimular entre os trabalhadores, especialmente os mais precários. Ainda no site, na seção “Forme um nó invisível”, há uma espécie de manual que ensina a organizar

uma célula invisível no trabalho. Alerta o funcionário para que seja discreto para atuar, de forma a evitar a vigilância dos chefes e debater com os outros trabalhadores, as questões que os afligem.

Um *Nó Invisível* é um grupo pequeno de trabalhadores e trabalhadoras na empresa ou no local de trabalho que garante o acesso dos trabalhadores daquele lugar às informações dos outros trabalhadores e informa o restante dos trabalhadores sobre o que tá rolando no local. São as pessoas que assumem a responsabilidade de tentar encorajar e fortalecer a solidariedade no local de trabalho (INVISÍVEIS, s.d, s.p).

Sendo assim, o campo de pesquisa do doutoramento voltou-se para o estudo do “nó invisível” da UERJ com meu ingresso no grupo. A princípio estava tudo certo, eu aguardava apenas ser chamada para a primeira reunião. No entanto, de fato o que ocorreu é que meu nome foi vetado por um terceirizado. O argumento exposto para o veto era de que estava com medo de ser delatado para a chefia da Universidade. Ele havia me visto conversando com muitos docentes, inclusive alguns ligados à administração central, e tinha receio que eu estivesse me aproximando para delatar os terceirizados que por ventura estivessem ali à chefia da Disau ou a algum servidor, seja técnico-universitário ou docente que pudesse demiti-lo. Dessa forma, fiquei pela segunda vez sem campo.

Naquele momento, refleti sobre como a instabilidade nas relações de trabalho do terceirizado era fator que dificultava de forma acentuada a pesquisa do tema em tela. E que, talvez, ser assessora sindical da Asduerj pudesse piorar ainda mais a situação. Na Associação, estou constantemente em contato com docentes e servidores, seja da base de filiados, seja dos cargos dirigentes da universidade. Pela própria característica do cargo que exerço não poderia ser diferente. Seria possível terminar a tese com o mesmo objeto? Como poderia ganhar a confiança de terceirizados, se todos estariam me vendo ao lado de professores, nos corredores, no sindicato, na reitoria, na prefeitura dos campi? Seria o meu trabalho como assessora sindical da Asduerj um empecilho para a pesquisa?

Passei os meses seguintes em tratativas com os estudantes do “nó invisível”, tentando recompor o campo e ganhar a confiança dos terceirizados. A ideia era evitar buscar novo campo para a tese. Felizmente, no início de 2020, quando os primeiros casos do vírus SARSCOV-2 começaram a ser noticiados na imprensa internacional, consegui participar de uma reunião. A pauta era a questão da luta por adicional de insalubridade, e foram apresentadas algumas queixas de pressões

vindas da chefia da Disau com relação ao horário de trabalho e intensificação de trabalho, considerando as equipes que já estavam reduzidas na época.

Com a pandemia, o então reitor, Ricardo Lodi, publicou o AEDA 35/2020 que regulou o funcionamento da UERJ perante a pandemia da Covid-19. Considerando a emergência sanitária e a necessidade do distanciamento social, suspendeu as aulas até o dia 31 de agosto de 2020. O artigo 4º estabelecia que seriam executadas presencialmente somente as tarefas “administrativas consideradas essenciais e que não possam ser realizadas por meio remoto” (UERJ, 2020). O artigo 5º definiu o que eram consideradas as tarefas essenciais, ou seja, aquelas que deveriam ser realizadas presencialmente. Dentre setores diretamente envolvidos na linha de frente do combate à pandemia, na área de saúde da universidade, profissionais de folha de pagamento e manutenção de sistema, em seu décimo tópico trazia “a limpeza e segurança dos campi universitários”. Ou seja, durante a pandemia, os terceirizados da faxina tornaram-se trabalhadores essenciais para a normativa da prevenção do contágio e enfrentamento ao Covid-19, sendo convocados a trabalhar presencialmente. A Asduerj passou a operar online e os funcionários trabalharam até a chegada da segunda dose da vacina em regime de trabalho remoto.

Importa destacar o parágrafo único do artigo 2º do referido AEDA. Nele a universidade repassou a responsabilidade para as empresas em “adotar todos os meios necessários para conscientizar seus funcionários quanto aos riscos da COVID-19” e também “quanto à necessidade de reportarem a ocorrência de sinais e sintomas da doença”. Por fim, estabelecia regras para o trabalho presencial e determinava o afastamento do trabalho de pessoas do grupo de risco e de sintomáticos.

Dentre as regras estava “garantir a distância mínima de 1 (um) metro entre as pessoas”, o que para o terceirizado era possível praticar dentro da universidade, porém impraticável para operacionalizar, no trajeto de casa para o trabalho, considerando que a maioria dos terceirizados acessam os campi utilizando transporte público lotado. Outra regra contida no AEDA 35/2020 era quanto aos EPIs dos funcionários, notadamente o “uso de máscara de proteção respiratória, seja ela descartável ou reutilizável, de forma adequada”. A empresa nunca forneceu máscaras para os funcionários. E não há registro de treinamento nem cartazes ensinando como utilizar ou destacando a importância de lavar as mãos, por exemplo. Destacamos, ainda, a organização de escala. Como elemento comum,

houve uma redução de jornada e de dias trabalhados e quarentena para os grupos estabelecidos no AEDA 35/2020. Nos primeiros meses, de fato essa organização foi mantida. No entanto, ao longo do tempo, passaram a ser convocados a trabalhar todos os dias, ainda com horário reduzido. E as pessoas com mais idade, comorbidades e grupos de risco, foram convocadas ao trabalho presencial após a chegada das primeiras doses de vacina.

Foi possível acompanhar a realidade dos que estavam trabalhando à distância através dos relatos por WhatsApp de K. e de pessoas que conheci no grupo, notadamente B., que no grupo do Invisíveis relatava o que vivia no cotidiano daqueles primeiros dias de universidade esvaziada. O medo de se contaminar e infectar a família não durou muito tempo. Afirmava que ouvia falar de casos de contaminação, de gente que estava em casa e até mesmo de incursões inesperadas de agentes da empresa para saber se estavam trabalhando. Que logo no início ficaram sem saber o que ia acontecer e observaram a universidade esvaziar. Nos primeiros dias, apenas a indicação de apresentar a carteira de trabalho no trem foi dada por parte dos supervisores. Ainda de acordo com o relato dele, no grupo do Invisíveis, os horários só foram reduzidos tempos depois. Com o tempo, o grupo foi ficando esvaziado e as postagens foram diminuindo, ao passo em que a pandemia ia se prolongando.

Pela dificuldade de acesso ao campus por parte dos estudantes e a desarticulação dos terceirizados no contexto da pandemia, os Invisíveis acabaram por deixar de se reunir. Somou-se a isso o fato de os membros estudantes se interessarem pelos movimentos de entregadores, voltando sua atenção militante em todo o país para as greves que ficaram conhecidas como os “breques dos *apps*”. Todo o processo de distanciamento social praticamente inviabilizou o campo de pesquisa pela terceira vez, pois o grupo encerrou as suas atividades organizativas. Após isso, apenas publicavam em suas redes sociais denúncias, mas sem articular de forma orgânica os terceirizados.

Perante mais um campo impedido, por um lado, e a contundência da nova realidade imposta pela pandemia, por outro, novamente fui obrigada a redesenhar o trabalho de campo e a tese. Considerando a intensidade dos tempos que vivíamos, escolhi analisar a divisão dos trabalhadores da UERJ entre os efetivos e os terceirizados, mantendo as hipóteses iniciais, no sentido de refletir sobre as consequentes disparidades de direitos e condições laborais na categoria técnico-

universitária, adentrando a intensificação dessas desigualdades no contexto da pandemia do vírus SARS-COVID2. Neste sentido, o objetivo da tese passou a ser também analisar as circunstâncias laborais dos profissionais contratados pela empresa Appa, responsável pela limpeza da UERJ, durante a pandemia do vírus SARS-COVID2, notadamente durante os meses de março de 2020 e julho de 2021. Além das hipóteses iniciais, somou-se, então, a análise de que o combate ao vírus acabou por servir como uma reificação das disparidades entre os trabalhadores efetivos e terceirizados no âmbito da universidade, bem como a hipótese de que o extremo risco de trabalhar presencialmente na pandemia era preocupação central daqueles trabalhadores, o que não se comprovou no decorrer da pesquisa. Para eles, a grande pandemia era o desemprego.

A ideia inicial era fazer a análise por meio de relatos em áudios e mensagens de WhatsApp e visitas eventuais ao campus Maracanã. O que não foi possível. No entanto, pude ter algum acesso ao cotidiano deles por meio dos relatos posteriores de B. e K. Analisando suas falas, e para efeito de melhor compreensão, dividimos as fases da pandemia para os terceirizados da UERJ da seguinte forma:

- 1) Primeira fase: nos primeiros dias após o anúncio da OMS, havia muitas incertezas, os terceirizados não tinham informações de como seria o trabalho deles na nova situação. Nessa fase, a comunidade entrou em quarentena e eles continuaram como estavam antes. Supervisores da empresa Appa faziam visitas surpresas para saber se as pessoas estavam comparecendo;
- 2) Segunda fase: nos meses seguintes ao AEDA 35/2020 que colocou a categoria como essencial, obrigando o trabalho presencial, com rodízio de dias, em que os idosos e pessoas com comorbidades fizeram quarentena. Nessa fase, o auxílio alimentação foi cortado totalmente para os que ficaram em casa e de acordo com os dias não trabalhados para os que foram convocados presencialmente;
- 3) Terceira fase: nos meses subsequentes à vacina e antes da retomada presencial, todos são convocados a trabalhar presencialmente, sem rodízio, porém com redução da jornada diária, com pagamento de alimentação. Foi também elemento da última fase os atrasos pontuais e poucos dias do pagamento do salário.

Naquele momento, os prazos para terminar o doutorado se esvaíam e o

trabalho em *home-office* intensificava minha jornada, reduzindo drasticamente o tempo disponível para os estudos. Somava-se o trabalho doméstico e, como mãe solteira, o cuidado com meu filho, à época pré-adolescente e em ensino remoto. Além disso, há um fator emocional que desestabilizou o cotidiano de grande parte dos que cumpriram quarentena, qual seja, o isolamento social perante a emergência de um vírus letal, sensação acentuada pelo fato de ser grupo de risco, por problemas respiratórios crônicos. No meu percurso, o impacto prático e emocional da pandemia foi um problema incontornável. Não é nossa pretensão aprofundar sobre os impactos psicológicos do distanciamento social no ser humano. No entanto, vale destacar que foi emocionalmente desgastante estar dentro de casa, sem poder sair, vendo centenas de milhares de pessoas morrendo, com medo de morrer também, tendo a vida suspensa por tempo indeterminado, lidando com um presidente negacionista, tendo que se adaptar a uma rotina de trabalho remoto, sem divisão entre espaço doméstico e laboral por meses a fio. Desgastada emocionalmente e premida pelas atividades cotidianas, não tive como dar continuidade às minhas observações no grupo dos Invisíveis, e perdi o contato com B. A sábia decisão do Colegiado do PPFH em modificar os prazos de qualificação e defesa de trabalhos e o imprescindível apoio psicológico, intelectual, teórico, metodológico e emocional que recebi de Deise Mancebo na orientação da tese me ajudaram a não desistir do doutorado naquele momento.

Com a chegada das vacinas e a retomada das atividades presenciais, parecia possível recompor o campo presencialmente. Com novos prazos para a entrega da tese e a compromisso de entrevistar presencialmente B. e K., comecei a trabalhar no roteiro do questionário⁷³. Em junho de 2022, comecei as entrevistas. Primeiramente por B.⁷⁴, e depois K., os dois funcionários que já haviam se comprometido a conversar comigo no local de escolha deles. Naquele momento, havia um boato entre os funcionários da Appa de que o contrato com a empresa estaria chegando ao fim. Não havia nenhuma informação oficial sobre o assunto. Apenas um diz-que-me-disse constante nas rodas de conversa nos corredores do subsolo do Pavilhão João Lyra Filho, do refeitório e das copas, dos bancos da entrada do campus

⁷³ Ver Anexo E.

⁷⁴ Ver anexo F.

Maracanã. Uma apreensão sobre uma nova possível demissão em massa, nos moldes do que ocorreu com a Construir. Dentre os rumores, havia uma suposta promessa de readmissão daqueles que “trabalharam direitinho”, de acordo com relato de K., que teria ouvido de um encarregado que teria, por sua vez, escutado de um dos chefes da Disau, que a Uerj mandaria uma lista com esses nomes. O medo do desemprego era constante. Eles sabiam que a situação social e econômica do Brasil havia piorado com a pandemia, e que o fim do contrato entre a UERJ e a Appa poderia significar somarem-se ao já enorme contingente de desempregados do país.

De fato, como já analisado, o Estado do Rio de Janeiro foi um dos mais atingidos pela chamada crise fiscal e também pela pandemia, em termos de mercado de trabalho. Em 2022, mesmo com melhoras nos índices gerais de ocupação no ERJ, a taxa de desemprego seguia alta, 12,30% da PEA e 20% da mão de obra subutilizada. Destacamos o aumento da informalidade.

De acordo com a tabela abaixo, podemos perceber que, em um ano, foram somadas ao já enorme contingente de trabalhadores informais 112 mil pessoas:

Tabela 6. Mercado de Trabalho no Estado do Rio de Janeiro 2021/2022

Estado do Rio de Janeiro	3° trimestre 2021	3° trimestre 2022
Pessoas em idade de trabalhar	14.688 mil pessoas	14.772 mil pessoas
Pessoas na força de trabalho	8.941 mil pessoas	8.994 mil pessoas
Pessoas fora da força de trabalho	5.747 mil pessoas	5.777 mil pessoas
Pessoas ocupadas	7.519 mil pessoas	7.887 mil pessoas
Pessoas empregadas no setor privado	3.502 mil pessoas	3.773 mil pessoas
Pessoas empregadas no setor privado com carteira assinada	2.746 mil pessoas	2.841 mil pessoas
Pessoas empregadas no setor público	1.088 mil pessoas	1.119 mil pessoas
Pessoas ocupadas informalmente	2.880 mil pessoas	3.000 mil pessoas
Pessoas desocupadas	1.422 mil pessoas	1.107 mil pessoas
Taxa de desocupação	15,90%	12,30%
Pessoas subutilizadas na força de trabalho ampliada	2.277 mil pessoas	1.881 mil pessoas
Taxa composta de subutilização	24,40%	20,10%

Fonte: Elaborada pela autora com base na PNADContínua/Painel.

Os terceirizados da Appa estavam, portanto, premidos a aceitar qualquer condição para se manter como faxineiros na universidade e com medo de falar para qualquer pessoa que pudesse gravar suas vozes, identificá-los, delatá-los e, em seguida, perderem a “oportunidade” de continuar na nova empresa. Mesmo com a garantia do anonimato⁷⁵, as pessoas que K. me indicou, por exemplo, agradeceram o convite para a entrevista, porém se negaram. Uma delas chegou a externalizar, com certa insatisfação, que até gostaria de participar, mas considerava “melhor não falar”. O plano inicial era fazer 7 entrevistas qualitativas, gravadas e transcritas, mas não foi possível. De fato, somente consegui entrevistar os dois.

As duas entrevistas renderam cerca de uma hora de conversa cada uma. Falamos sobre o cotidiano do trabalho deles, como é ser terceirizado na universidade, sobre a trajetória de vida deles e a pandemia.

Primeiro conversei com B. numa sala de aula da UERJ. Ele tem aproximadamente 35 anos e mora em um bairro periférico da cidade do Rio de Janeiro, distante da UERJ. Quando deu entrevista, estava como faxineiro da Appa há 4 anos. Indicado por seu avô, que era funcionário terceirizado na zeladoria, pela primeira vez trabalhando como faxineiro, também fazia graduação na universidade. Esse foi o motivo apresentado por ele para ser funcionário da Appa. De acordo com ele: “daí como eu estudava lá eu pedi uma vaga onde seria mais próximo da faculdade. Para eu estudar e trabalhar no mesmo lugar.”

Alguns dias depois, conversei com K., na mesma sala. Ela tem aproximadamente 50 anos, também mora em um bairro distante da universidade. K. está na faxina da UERJ desde o contrato com a Construir e trabalhou a vida inteira como faxineira. Quando chegou da Paraíba, em dezembro de 1999, foi indicada por um amigo que era servidor da UERJ para o cargo na empresa. O motivo para ela aceitar foi, segundo ela, a melhor alternativa que tinha por causa da sua baixa escolaridade. Relatou que, em razão disso, passou a vida sendo faxineira primeiramente em “casa de família” e, posteriormente, como diarista. Nesse sentido, aceitou ser terceirizada da faxina da UERJ como uma forma de sair da condição mais precária ainda, passando a ter carteira assinada, com direitos como férias e 13º salário. Entrar na UERJ, para ela, foi uma evolução na carreira e melhora na

⁷⁵ Conforme sinalizado na introdução do presente trabalho, os nomes dos entrevistados foram trocados e as informações sensíveis foram omitidas.

condição de vida. São os vencimentos recebidos pela Appa, por exemplo, que permitem que K. pague o aluguel da casa em que mora com a família. Na época em que ficou sem pagamento, teve que mudar de casa e fazer vários bicos para não ser despejada.

Importa destacar que mesmo os dois funcionários que aceitaram participar da entrevista, no momento em que liguei o gravador no celular, mudaram as suas posturas, tanto corporais, nos gestos mais contidos, quanto no tom de voz, denotando constrangimento. K., por exemplo, não repetiu para ser gravada nenhuma das reclamações que fazia comigo sem o gravador. E B. foi conciso em todas as suas respostas, sem apresentar os detalhes que sempre adicionava sem o gravador. No decorrer da entrevista, K. se soltou um pouco mais, não sobre as reclamações, essas foram evitadas a todo o momento. Por diversas vezes, provoquei os assuntos que ela costumava reclamar antes da entrevista, sem surtir efeito. Ela buscava sempre resgatar a Construir como uma empresa ruim, contrapondo à Appa e à chefia da Uerj como boas. E as frases se baseavam na ideia de que “pelo menos a Appa paga direitinho”, “pelo menos tenho esse emprego”, “pelo menos tô recebendo um salário”. Mesmo B., que reclamou um pouco durante a entrevista, notadamente sobre a questão do adicional de periculosidade, não se aprofundou nas respostas, e diversas queixas que eram colocadas antes da entrevista não foram detalhadas durante ela. O constrangimento de ser gravado foi a alegação de, pelo menos, duas pessoas procuradas para não participar.

Os áudios das entrevistas ficaram muito pesados e não consegui retirá-los do celular, bem como não foi possível enviar nem para a nuvem nem para alguém que pudesse transcrever pela mesma razão. Busquei alternativas, em aplicativos de transcrição automática, mas não consegui encontrar nenhum compatível com o formato do arquivo. Para não paralisar a tese ainda mais, pois esse processo já durava meses, decidi transcrever eu mesma os áudios.

5.1 O medo dá origem ao mal, o homem coletivo sente a necessidade de lutar

(Chico Science, Monólogo Ao Pé Do Ouvido)

Fundamentalmente, foi preciso ressignificar o processo da emergência sanitária, separando como ela impactou o meu percurso de como atingiu os

funcionários da Appa. A contingência de perceber, nas entrevistas, que a grande preocupação dos terceirizados não era a pandemia e, sim, o desemprego foi o início do caminho. O receio constante da demissão por diferentes razões e momentos mostrou-se imperativo no campo durante todo o processo. Tanto nas entrevistas quanto na negativa delas. A alta rotatividade intrínseca à terceirização e o conseqüente medo de perder o emprego a qualquer hora se apresentaram como dado inescapável que se sobrepôs a todo o resto. Tudo se torna aceitável desde que não se perca o emprego: não ser cumprimentado por pessoas que passam, ter salário atrasado, não receber insalubridade, ter que trabalhar em meio à pandemia, ser destrutado pela chefia, não reclamar de injustiças, ou não querer falar como é seu trabalho para uma pesquisadora da própria universidade em que está lotado. Portanto, é dado relevante que embasa a negativa a dar entrevista, mesmo naqueles que aparentam ter muito o que falar, o medo de ser identificado e punido. Esse é um fator de precarização nesta modalidade de contrato de trabalho, a instabilidade. Ao contrário dos técnicos-universitários concursados da UERJ que, além de terem ouvidoria própria para denúncias de assédio moral, por exemplo, para perderem seus cargos, precisam passar por processo administrativo com direito à ampla defesa, e somente se tiver como comprovada a má conduta estarão passíveis de exoneração.

Nesse sentido, perante a possibilidade de estar desempregado, a contaminação com o vírus não se mostrou uma grande preocupação para os dois entrevistados, sendo o centro das atenções a possibilidade de perder o emprego. Tanto para um quanto para outro era um prazer poder trabalhar presencialmente durante a pandemia, sabendo que continuariam empregados. Até mesmo quando houve cortes no auxílio alimentação, a preocupação maior era com a manutenção do emprego e a regularidade do pagamento dos salários. Para K., isso era muito importante, pois sentiu na pele o que é estar meses a fio sem receber salário e depois ser demitida sem nada. K. processou a Construir Facilities em busca dos seus direitos. Até o presente momento, ela ainda não recebeu nada e não consegue ter informações sobre o processo. Sendo assim, percebemos, na entrevista, que a preocupação central deles não era a contaminação pelo vírus ao ter que trabalhar presencialmente, por mais que o resto da comunidade estivesse em trabalho remoto. E que essa diferença entre aqueles que ficaram nos espaços dos campi e os que foram para casa, nesse quesito, não impactou a vida prática dos

terceirizados — embora houvesse relatos de um certo tédio, pois não havia muito o que limpar naquele momento. A preocupação com a contaminação e o adoecimento a partir dela mostrou-se lateral e tangente perante a instabilidade no emprego em meio à crise econômica e social do país.

Aproximadamente um mês após as conversas, no dia 22 de julho de 2022, o boato se confirmou. Todos os funcionários da Appa assinaram aviso-prévio, o contrato da UERJ com a empresa havia terminado. Próximo ao fim do prazo do aviso, em 19 de agosto, e no sentido de compor uma matéria para a *Asduerj* (ASDUERJ, 2022), eu e o jornalista Sérgio Franklin conversamos com a técnica-universitária Elizabeth Lahamar, em sua sala, no corredor da Prefeitura dos campi.

Tive acesso ao áudio e realizei a transcrição que pode ser lida no Anexo G da presente tese. Na UERJ, desde 2014 e formada em Administração, ela concedeu a entrevista como assessora do prefeito e explicou que estava responsável por conduzir os processos licitatórios dos serviços que o setor presta, exceto as obras. Ela informou que, de acordo com a lei de licitações, há um limite para prorrogação de contratos, e que a UERJ e a Appa não tinham mais como prorrogar, pois já havia ultrapassado inclusive os 12 meses previstos como excepcionalidade.

Além disso, confirmou que a licitação para contratação de nova empresa, iniciada no ano de 2020, estava parada na justiça há meses. A empresa vencedora foi inabilitada e recorreu à decisão, alegando ter sido prejudicada, o que teve como efeito uma decisão pela suspensão do certame: “Suspenso mesmo, nem foi encerrada, nem mandaram refazer nem nada. Como também não deixaram a gente dar andamento.” Elizabeth procurou demonstrar que a universidade estava se movimentando para resolver a situação, mas que encontrava dificuldades. Mesmo após recorrer ao Supremo Tribunal de Justiça (STJ), foi mantida a suspensão do processo licitatório. Por se tratar de um serviço imprescindível para a realização das atividades da universidade, “quando o serviço é contínuo e essencial”, ela relatou que a prefeitura foi obrigada a abrir uma contratação em regime emergencial. A prefeitura remeteu o processo emergencial para análise jurídica da Procuradoria da UERJ (PGUERJ), no sentido de evitar novas suspensões judiciais. Elizabeth explicou o procedimento da escolha da vencedora para a contratação emergencial após uma rigorosa pesquisa de mercado, em suas palavras:

— *A empresa que apareceu e ofertou o melhor preço, o método de escolha é esse: eles apresentam o documento, estando com os documentos de*

habilitação ok e apresentou o melhor preço, a gente fecha com o menor preço (Lahamar, Anexo G).

No entanto, o jurídico da universidade descobriu que a empresa que ficou em primeiro lugar para o contrato emergencial, na pesquisa de mercado realizada pela prefeitura, havia tentado enganar a instituição. O procurador responsável pela análise entrou em contato com ela via WhatsApp e avisou do problema: “A empresa agiu de má-fé e mandou documentos para você que não tem mais validade”. Quanto a isso, não resta nada para a prefeitura dos campi da UERJ fazer a não ser garantir um bom sistema de verificação de documentos entregues por elas. Operando para o impedimento da primeira colocada, a Appa acabou por continuar, pois era a segunda colocada no contrato emergencial. E, pela fala da prefeitura, tudo estaria resolvido na semana seguinte.

— Só que, aí vem a parte mais ou menos boa, né? O segundo colocado dessa pesquisa para o contrato emergencial é a empresa que já está prestando serviço para a gente (que é a Appa) (Lahamar, Anexo G).

Naquela sexta-feira, parecia que, no máximo na terça-feira, deveriam estar todos no contrato emergencial. “*Então, eu quis contar a história para vocês, mas já está meio que resolvido porque vai ficar a Appa mesmo.*” (Lahamar, Anexo G). Mais à frente na entrevista, a servidora conta como a Appa interveio no processo no sentido de revelar a má-fé da primeira colocada.

— Então, assim, eu não vou conseguir fazer o trâmite da coisa, mas a empresa, quem deu esse caminho das pedras foi até essa empresa mesmo, a Appa, que já presta serviço para a gente, ela entrou com uma representação no Tribunal de Contas, mandou a cópia para a gente e tal. Falando isso que essa decisão judicial que dispensava a empresa de apresentar as certidões fiscais dela que são um dos documentos habilitatórios dizia, né? O documento que ela me deu era uma decisão de uma juíza dizendo que ela estava dispensada de apresentar essas certidões. Eu anexei o documento no processo e mandei para o jurídico. Aí nessa representação eles falam que essa decisão judicial foi reformada e que ela não tem mais validade e aí por conta disso não pode ser realizada a contratação com essa empresa (Lahamar, Anexo G).

Ao que parece, no que se refere a escolhas de empresas para a faxina da UERJ, antiguidade é posto. A Appa já havia se adequado anos antes às exigências da UERJ e, aparentemente, acompanha de perto os certames e processos de escolhas, intervindo diretamente quando considera necessário. Supostamente ficaria mais fácil para a UERJ a Appa ganhar as concorrências, notadamente a emergencial, pois é uma empresa que já foi habilitada pelo Tribunal de Contas e

difícilmente passaria por uma rejeição dele.

Destacamos ainda as respostas dadas pela servidora sobre a questão das demissões, fator de constante preocupação para aqueles trabalhadores. Explicando sobre como se daria a questão do aviso-prévio já assinado, ela explicitou, ao que parece, as relações que a universidade estabelece com o funcionário terceirizado, bem como se expressou na linguagem utilizada a visão de que o trabalhador é propriedade da empresa de forma bastante naturalizada. A desresponsabilização da casa sobre como esses trabalhadores são tratados pela empresa, se seus direitos estão sendo garantidos, se serão demitidos ou não, por exemplo, se evidencia.

— A gente tem que lembrar que os funcionários são da empresa. Se eles quiserem demitir todo mundo e recontratar outras pessoas pro contrato emergencial que vai ser outro contrato é da empresa (Lahamar, Anexo G).

Ainda de acordo com a assessora, normalmente as empresas escolhem manter o mesmo quadro de funcionários para economizar: “Quem vai querer gastar com recrutamento de pessoal? Vamos aproveitar as pessoas, é sempre uma opção, né?”. E que a universidade pode “devolver para a empresa” um funcionário que falta muito ou que não atende às necessidades da instituição, por exemplo.

— A gente não pede demissão, a gente retorna para a empresa, na maioria das vezes, para não ter o custo de demissão eles aproveitam em outro contrato . [...] O que posso responder para vocês aqui é como eles não são funcionários da Uerj e sim da empresa o que eles fazem com os funcionários não é nossa responsabilidade (Lahamar, Anexo G).

No entanto, os relatos dos funcionários afirmam o contrário. O funcionário do RH da Appa informa não ter vaga em outro lugar aos que são devolvidos pela UERJ, ao chegarem no escritório da empresa são demitidos. A assessora demonstrou o tempo todo preocupação em resolver logo a situação, sensível ao drama das pessoas que estavam sem saber o que poderia acontecer após o encerramento do contrato. No entanto, ela, mesmo assim, não tinha muito o que fazer, além de seguir os trâmites já previstos. De fato, as coisas não se resolveram na terça-feira e todos os terceirizados da Appa foram demitidos.

O que tem se confirmado, no dia a dia, é a desresponsabilização trabalhista da instituição perante a parte terceirizada da sua categoria técnico-universitária. Reafirma também a dificuldade de se estabelecer laços de solidariedade, como um nó invisível, entre funcionários terceirizados e efetivos. Em primeiro lugar, porque ambos não se entendem como parte da mesma categoria. A naturalização da

modalidade interposta de contrato de trabalho causa esse efeito. Ignora-se o fato de que, apesar de estar terceirizada, a atividade de asseio, limpeza e conservação, desempenhada pelo funcionário da Appa, está definida como perfil do cargo de Auxiliar Universitário no plano de carreira do segmento. De fato, esse desconhecimento contribui para a atomização sindical e enfraquecimento político da categoria como um todo.

Antes da terceirização, a categoria tinha dois sindicatos, a Associação dos Servidores da Uerj (Asuerj) e a Associação dos Servidores do Hupe (Ashupe). Esses dois sindicatos juntos eram capazes sozinhos de parar a universidade em uma greve, por exemplo. E conquistar vitórias para a categoria, sem que houvesse o risco de demissão, o que dava mais força para eles perante os outros segmentos e os governos. Eles tinham a capacidade de mobilizar faxineiros, ascensoristas, seguranças e o pessoal da manutenção para sua base social e também em manifestações e movimentos paradiastas. Em segundo lugar, pela aceitação passiva das demissões de terceirizados, uma vez que, para os efetivos, isso não é um problema que afete a sua carreira. Mesmo que individualmente haja alguma empatia, não há de fato a construção de nenhum laço coletivo entre eles, e a rotatividade naturalizada como característica da terceirização não encontra resistência organizada.

No período entre o final do aviso-prévio e a homologação do contrato emergencial com a Appa, os terceirizados foram convocados pela prefeitura dos campi a comparecerem sem uniforme, em contrato temporário “de boca” diretamente com a universidade, que seria responsável por pagar os valores referentes aos dias trabalhados. Os funcionários não eram informados sobre o que estava de fato acontecendo. Apenas que havia problemas na escolha da nova empresa. Naqueles dias, conseguiram comparecer os que tinham condições de arcar com os gastos de passagem e alimentação. Somente em dezembro de 2022, depois de uma manifestação de estudantes no campus Maracanã, diversas denúncias em redes sociais e pressão da comunidade, eles receberam os valores referentes aos dias trabalhados regidos por aquele contrato temporário “de boca” estabelecido diretamente com a UERJ, em setembro de 2022.

Cerca de dez dias depois do fim do contrato normal com a Appa, o emergencial foi finalmente celebrado. K. foi mantida, a maioria também. No entanto, ocorreram diversas demissões, dentre elas, B. Não houve comunicação de nenhum

supervisor do motivo pelo qual ele estava sendo demitido, além da troca de empresa. Apenas foi avisado que seria devolvido. Ele supôs que havia ligação com a demissão da encarregada, que ocorrera dias antes, porém nada oficial. A encarregada era uma senhora mais velha e alguém que dava segurança a B., pela sua liderança acolhedora, conforme afirmou na entrevista. No dia em que aconteceu, encontrei com ele no campus Maracanã. De acordo com o relato feito na conversa sobre o momento da demissão, após ser comunicado do “devolvimento”, foi conduzido pela segurança patrimonial também terceirizada para pegar os pertences no armário da empresa, que fica localizado em uma sala no prédio da Faculdade de Medicina, nas dependências do HUPE, e convidado a se retirar. Ao chegar na empresa, foi demitido, recebendo, dias depois, todos os seus direitos trabalhistas, o que nos faz inferir que a demissão não foi por justa causa.

Revoltado com a “injustiça” sofrida por B., um colega dele, G., resolveu vir conversar comigo. No entanto, no dia anterior à conversa, no final de outubro de 2022, fui assaltada e, dentre várias coisas, roubaram o meu celular. Perdi os áudios das entrevistas, as conversas de WhatsApp, o contato do novo entrevistado e a própria conversa do dia seguinte. Apenas consegui avisar minutos antes do combinado que não conseguiria encontrá-lo, entre cancelar o cartão do banco e fazer o Boletim de Ocorrência virtual, para depois ir pessoalmente à delegacia. Faltando poucos meses para o prazo final da entrega da tese, ou seguíamos com a pequena parte da entrevista de B. (Anexo F), que já tinha sido transcrita, buscando na memória fragmentos de informação sobre as conversas ou não teria como terminar a tese.

Sem a pretensão de aprofundar no tema sobre metodologia científica, memória e verdade na pesquisa social, destacamos brevemente a reflexão perante o desconforto no campo da pesquisa, perante a realidade de perder os áudios das entrevistas e ter que rememorar detalhes de acontecimentos de tempos atrás. Cabe acentuar que as memórias e sentimentos associados a elas são formas engendradas no correr histórico, sujeitas a mudanças, variando no tempo, no espaço e nos afetos. Nesse sentido, salientamos que, partimos do pressuposto de que o conhecimento científico é construído socialmente, historicamente demarcado e implicado com as relações sociais existentes num determinado país, conjuntura, cultura, sujeitos. Para Suely Rolnik (1993), tal dispositivo de saber adquire um caráter acentuado de transitoriedade, sujeita a intempéries e transformando-se em

situações diferentes. Desta forma, as verdades científicas são percebidas como consequências de construção do conhecimento, da razão humana, eivada de implicações subjetivas e objetivas que atravessam a vida do pesquisador/interlocutor e a construção do saber científico.

O pensamento exercido deste modo funciona por constrangimento e acaso; só que o que constrange aqui não são regras que se deve seguir para que se revele uma verdade já dada — ou seja, não se trata neste caso do constrangimento de um método —, o que constrange aqui é a pressão da violência das marcas que se fazem em nosso corpo ao acaso das composições que vão se tecendo (ROLNIK, 1993, p.5).

A pesquisa e a escrita são composição de fluxos de linhas de tempo, não há sequência evolutiva necessária. E vivenciar os processos que ela nos impõe é também permitir-se enfrentar as contingências do campo, na tessitura da criação textual. A surpresa é parte da imanência na pesquisa, pode tomar de afetos o pesquisador, intensificando sua composição no fluxo. Para a autora, esse processo pode ser violento e doloroso, pois implica em olhar as marcas no corpo deixadas pelas relações com os outros. Há marcas que fazem a pesquisa avançar, outras que a fazem desestabilizar. Variam de acordo com outros movimentos, ênfases, olhares, momentos. A violência se dá quando a intensidade da transformação ocasionada pelo encontro com outros fluxos constrói novo formato ao corpo como forma de pensar, de agir, de ser e, também, de deixar ser.

Ora, o que estou chamando de marca são exatamente estes estados inéditos que se produzem em nosso corpo, a partir das composições que vamos vivendo. Cada um destes estados constitui uma diferença que instaura uma abertura para a criação de um novo corpo, o que significa que as marcas são sempre gênese de um devir (ROLNIK, 1993, p.2).

Em conformidade com a autora, no que se tornou visível no campo, há uma relação de si com o outro, em separado e independente. No entanto, há uma “textura (ontológica)” que se engendra de maneira mais sutil em “fluxos, conectando-se com outros fluxos” (ROLNIK, 1993, p.2), dando forma à nossa composição. Em determinados momentos, essa composição se tornou diversa do que era antes, causando desconforto. Constrangendo-nos e reconstruindo a tese, gerando uma sensação de desassossego em relação a como compor o texto com as marcas que adquiri nos processos de desestabilização do encontro entre a teoria e a prática, no momento anterior. Porque o que se tornou marca no desequilíbrio antes se manteve como potência de algo real, nas linhas de tempo. Não havia como prescindir dos

desequilíbrios, pois eles compunham o fluxo incontornável da imanência do objeto em tela. Sendo assim, tornaram-se os ovos da linha do tempo na tessitura da tese. Ou seja, pontos que foram reativados, de acordo com os fluxos que se interpuseram no processo. Os ovos da linha do tempo como essas marcas que permaneceram em potência e reviveram, causando outros desassossegos, novamente estrangendo e recriando as composições dos corpos, nos processos sociais. Nas demissões, nas negativas de entrevistas, nas perdas materiais, no gesto retezado quando o gravador foi ligado. Um dos maiores desafios postos à composição da escrita e da pesquisa foi tecer-se na composição dos afetos deixados pelas marcas de si e do outro no decorrer da construção do conhecimento ora apresentado nesta tese.

No presente capítulo, buscamos tecer um fio de continuidade, por meio dos ovos da linha do tempo, capaz de refletir as vicissitudes da construção da pesquisa, inclusive em termos do estrangimento da relação com as regras e hipóteses pré-estabelecidas, na tentativa de construção de uma reflexão que pudesse de fato trazer à luz aqueles que estavam invisibilizados e calados. Neste sentido, cabe uma reflexão sobre as contingências do fazer científico e como elas acabam por transformarem-se em dados da pesquisa, evitando o enrijecimento das teorias e métodos, quando do seu encontro com a prática. Caso o pesquisador esteja disposto a lidar com as marcas deixadas pela ação do outro, ele poderá compor novas metodologias e teorias, enriquecendo o saber científico ao transformar-se a si e as ferramentas da pesquisa a partir das contingências na vivência do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da presente tese, analisamos como as respostas para as crises econômicas e políticas do capital tem levado a uma verdadeira hecatombe social, em termos globais e nacionais, para aqueles que vivem do trabalho. Desde o final dos anos de 1960, passando pela construção da ideia neoliberal do Estado como o vilão da sociedade, assiste-se à consolidação de leis para garantir tanto a desregulamentação dos direitos trabalhistas quanto a ampliação da apropriação das verbas públicas por agentes privados.

De um ponto de vista da questão nacional, analisamos como isso foi implantado no Brasil, com seus avanços e retrocessos, ao longo de diversos governos. A implantação desta agenda neoliberal criou novas formas de trabalho, pautadas na precarização e na burla de direitos, como a terceirização, por exemplo. O novo trabalhador, precário e com suas garantias flexibilizadas, não sabe ao certo porque foi parar naquela situação. Sua consciência de classe, notadamente no que se refere à organização sindical, é frágil e sujeita às intempéries da precarização. Isso não significa que ele não saiba as diferenças sociais e não sinta a tragédia do neoliberalismo bater como um chicote em suas costas, todos os dias. Debateremos as apostas deste setor precarizado da classe trabalhadora nas políticas da era petista e o posterior transbordamento de suas pautas nas ruas em junho de 2013. Acentuamos que o processo desencadeado com a queda da presidente Dilma Rousseff e os impactos da agenda neoliberal pós governo Temer, eleição de Bolsonaro e advento da pandemia trouxeram uma verdadeira hecatombe social para o cotidiano desses trabalhadores, especialmente o fantasma do desemprego. Analisamos a ascensão de Jair Bolsonaro, ancorado em um movimento de extrema direita, e os impactos do seu governo de destruição. Apresentamos o contexto regional como parte importante do processo de desregulamentação do pacto federativo, no Rio de Janeiro, em nome do Regime de Recuperação Fiscal, para vender estatais e retirar direitos garantidos de servidores. Apresentamos a UERJ como ponta de lança e também como uma das principais vítimas da implantação do neoliberalismo no ERJ.

Buscamos compreender como o neoliberalismo se infiltrou na UERJ, atingindo frontalmente a sua categoria de técnico-universitários por meio da terceirização. A desídia do ERJ para com a universidade e os direitos dos seus

servidores e trabalhadores terceirizados por um lado; por outro, a volumosa transferência de recursos públicos para as empresas atravessadoras de mão de obra, Construir Facilities e Appa Empregos. Demos visibilidade à dor e ao sofrimento causados pela falta de pagamento, demissões em massa, alta rotatividade e precariedade nos contratos terceirizados. Confrontamos as diferenças nas condições de trabalho no contexto da pandemia da Covid-19, com as hipóteses apresentadas. Refletimos, assim, sobre as formas diferentes que cada um foi atingido pela emergência sanitária.

Tecemos um fio de continuidade, com pontos no tempo e espaço, para refletir sobre as contingências do campo, perpassando os nós invisíveis de solidariedade entre estudantes e trabalhadores. Reconstruímos o percurso da pesquisa, o que se fez avançar e o que se perdeu, de modo a expressar as inquietações geradas pelos fluxos e refluxos no encontro da teoria com a prática.

Por fim, importa destacar que modificamos a forma de apresentação dos resultados do campo após sugestão da banca de qualificação, no sentido de fazer adentrar no texto a minha experiência na universidade como elemento importante no construto das hipóteses, do campo, das reflexões e das conclusões. Nesse movimento, apresentamos a relação afetiva que construí tanto com a UERJ quanto com seus trabalhadores ao longo desses mais de vinte anos de convivência nos corredores do campus Maracanã, sendo quase a metade como assessora sindical da Asduerj. Procuramos esperançar⁷⁶ a amplificação das vozes que resistem ao neoliberalismo e sua guerra ao trabalho. Esperançando a desconstrução da naturalização da desigualdade social, da fome e da miséria. Se a presente tese foi capaz de se colocar a serviço do processo de construção da UERJ como uma universidade em que seus trabalhadores e estudantes são respeitados, que seja, de fato popular, mantendo seu caráter público e gratuito, sem perder a sua excelência acadêmica e ampliando a sua capacidade de ser socialmente referenciada, ela já terá cumprido o seu papel.

⁷⁶No sentido em que Paulo Freire estabelece em sua obra *Pedagogia da Esperança* “É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir!”

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. CPI da Covid é criada pelo Senado. **Agência Senado** [Site institucional]. Publicado em: 13 abr. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/13/senado-cria-cpi-da-covid>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. STF confirma liminar que mandou instalar CPI da Covid. **Agência Senado** [Site institucional]. Publicado em: 14 abr. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/14/stf-confirma-liminar-que-mandou-instalar-cpi-da-covid>. Acesso em: 05 fev. 2023.

_____. CPI ouve irmãos Miranda nesta sexta sobre denúncia na compra da Covaxin. **Agência Senado** [Site institucional]. Publicado em: 26 jun. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/cpi-ouve-irmaos-miranda-nesta-sexta-sobre-denuncia-na-compra-da-covaxin>. Acesso em: 10 fev. 2023.

_____. Pesquisas apontam que 400 mil mortes poderiam ser evitadas; governistas questionam. **Agência Senado** [Site institucional]. Publicado em: 24 jun. 2021. Disponível <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/06/24/pesquisas-apontam-que-400-mil-mortes-poderiam-ser-evitadas-governistas-questionam>. Acesso em: 12 fev. 2023.

_____. CPI da Pandemia: principais pontos do relatório. **Agência Senado** [Site institucional]. Publicado em: 20 out. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/cpi-da-pandemia-principais-pontos-do-relatorio>. Acesso em: 29 jan. 2023.

_____. Pacto Federativo: Entenda o Assunto. **Agência Senado** [Site institucional]. Publicado em: 16 out. 2015. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/pacto-federativo>. Acesso em: 04 mar. 2023.

ALVES, G. A revolta do precariado no Brasil. **Blog da Boitempo**. Publicado em: 24 jun. 2013. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-precariado-no-brasil/>. Acesso em: 25 nov. 2021.

AMBRÓZIO, L. Balanço da agenda de reformas econômicas na gestão Bolsonaro. **Voto Consciente** [Site institucional] . Publicado em: 10 maio 2022. Disponível em: <https://votoconsciente.org.br/2022/05/10/balanco-da-agenda-de-reformas-economicas-na-gestao-bolsonaro/>. Acesso em: 08 jan. 2023.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E; GENTILI, P. (Orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

_____. O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

_____. O continente do labor. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. As Afinidades Eletivas entre Temer e Bolsonaro: Intermitentes e Imprevidentes. **Le Monde Diplomatique**. Publicado em 9 abr. 2019. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/temer-e-bolsonaro-intermitentes-e-imprevidentes>. Acesso em: 25 nov. 2021.

_____. Capitalismo Pandêmico. São Paulo: Boitempo Editorial, 2022.

AGÊNCIA PÚBLICA. Relatório Observatório dos Benefícios. **Agência Publica** [Site institucional]. Publicado em: 28 jun. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2016/11/Relato%CC%81rio-Observato%CC%81rio-dos-Benefi%CC%81cios.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2023.

ASDUERJ. Suspensão de licitação pode levar, mais uma vez, à precarização do serviço de limpeza e à demissão de terceirizados na Uerj. **Associação de Docentes da UERJ** [Site institucional]. Publicado em: 23 ago. 2022. Disponível em: <https://asduerj.org/suspensao-de-licitacao-pode-levar-mais-uma-vez-a-precarizacao-do-servico-de-limpeza-e-a-demissao-de-terceirizados-na-uerj/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

BBC NEWS. 2 momentos em que Bolsonaro chamou covid-19 de 'gripezinha', o que agora nega. **BBC News Brasil** [online]. Publicado em: 27 nov. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 31 jan. 2021

BRAGA, R. Cidades Rebeldes: sob a sombra do precariado. Publicado em 14 de ago. 2013. Rádio Nacional de Brasília. **Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=719QUAuuQoM#t=279>. Acesso em: 18 mar. 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais: RAIS 2012**. Brasília (DF), 2013. Disponível em <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF808081419E9C900141B74A39245892/Principais%20Resultados%20-%20Ano%20base%202012%202.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. **Súmula nº 301 do TST. AUXILIAR DE LABORATÓRIO. AUSÊNCIA DE DIPLOMA. EFEITOS** (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. Disponível em: https://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas_com_indice/Sumulas_Ind_301_350.html. Acesso em: 25 nov. 2016.

_____. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Brasil: Evolução do Emprego Formal Rais 2003/2012**. 2012. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/rais_anual/rais-2012.htm. Acesso em: 1 jan. 2015.

_____. Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974. Dispõe sobre o trabalho temporário

nas empresas urbanas e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6019-3-janeiro-1974-357401-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 nov. 2021.

_____. Lei nº 13.429 de 31 de março de 2017. Altera dispositivos da lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2013.429-2017?OpenDocument. Acesso em: 05 nov. 2021.

_____. Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967. Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Texto compilado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm. Acesso em: 26 nov. 2021.

_____. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13467.htm. Acesso em: 26 nov. 2021.

_____. Medida provisória nº 905, de 11 de novembro de 2019. Institui o Contrato de Trabalho Verde e Amarelo, altera a legislação trabalhista, e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/mpv/mpv905.htm. Acesso em: 15 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>. Acesso em 26 jan. 2023.

_____. PNAD COVID19. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. **IBGE** [Site institucional]. Disponível em: <https://covid19.ibge.gov.br/>. Acesso em: 26 jan. 2023.

_____. Emenda Constitucional nº 109, 16 de março de 2021. Altera os arts. 29-A, 37, 49, 84, 163, 165, 167, 168 e 169 da Constituição Federal e os arts. 101 e 109 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; acrescenta à Constituição Federal os arts. 164-A, 167-A, 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G; revoga dispositivos do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e institui regras transitórias sobre redução de benefícios tributários; desvincula parcialmente o superávit financeiro de fundos públicos; e suspende condicionalidades para realização de despesas com concessão de auxílio emergencial residual para enfrentar as consequências sociais e econômicas da pandemia da Covid-19. 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/emenda-constitucional-n-109-308527609>. Acesso em: 04 fev. 2023.

_____. EPICOVID. **Ministério da Saúde** [Site institucional]. Disponível em:

<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/e/epicovid-19>. Acesso em: 06 fev. 2023.

_____. FIOCRUZ. Falta de oxigênio causa mortes e revela colapso em Manaus, que já soma mais de quatro mil mortes em 2021. **Informe ENSP** [online]. Publicado em: 04 mar. 2021. Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/50926>. Acesso em: 07 fev. 2023

_____. Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988. Capítulo 2, Das finanças públicas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Constituicao/Constituicao.htm#titulovicapitulo i. Acesso em: 07 mar. 2023

_____. Lei complementar 159, de 19 de maio de 2017. Institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal e altera as Leis Complementares 101, de 4 de maio de 2000, e nº 156, de 28 de dezembro de 2016. Alterada pela Lei Complementar 178/2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/Lcp159.htm. Acesso em: 03 mar. 2023.

BRASIL DE FATO. Bancos brasileiros têm lucro recorde em pior ano da pandemia. **Instituto de Economia da Unicamp** [Site institucional]. Publicado em: 24 fev. 2022. Disponível em: <https://www.eco.unicamp.br/midia/bancos-brasileiros-tem-lucro-recorde-em-pior-ano-da-pandemia>. Acesso em: 08 fev. 2023.

BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO, [s.d]. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 14 mar. 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A reforma do estado dos anos 90**: lógica e mecanismos de controle. São Paulo: Lua Nova, 1998.

CAETANO, M. **Jornadas do trabalho rebelado**: apontamentos para uma análise de classes das manifestações de junho de 2013. Dissertação, mestrado em Sociologia. Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2015.

CALVEIRO, P. Políticas de miedo y resistencias locales. **Athenea Digital**, n.15, v. 4, 2015, p.35-59. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5565/rev/athenea.1577>. Acesso em: 25 jul. 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Projetos de lei e outras proposições. **Portal Agência Câmara dos Deputados**. Disponível em: https://www.camara.leg.br/internet/sileg/Prop_lista.asp?Autor=0&ideCadastro=74847&Limite=N&tipoProp=2. Acesso em: 07 jan. 2023.

_____. Congresso promulga emenda constitucional que garante volta do auxílio emergencial **Portal Agência Câmara dos Deputados** [Site institucional]. Publicado em: 15 mar. 2021. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/736147-CONGRESSO-PROMULGA-EMENDA-CONSTITUCIONAL-QUE-GARANTE-VOLTA-DO-AUXILIO-EMERGENCIAL>. Acesso em : 04 fev. 2023.

_____. Lei complementar 178, de 13 de janeiro de 2021. Estabelece o Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal e o Plano de Promoção do Equilíbrio Fiscal; altera a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016, a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, a Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, a Lei nº 12.348, de 15 de dezembro de 2010, a Lei nº 12.649, de 17 de maio de 2012, e a Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicom/2021/leicomplementar-178-13-janeiro-2021-790988-norma-pl.html>. Acesso em: 17 fev. 2023.

_____. Nota técnica nº 1, Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), Resumo dos Aspectos Fiscais. **Portal Agência Câmara dos Deputados** [Site institucional]. Publicado em: 12 fev. 2007. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2007/NT%2001%20RESUMOFISCAL_PAC%2012%2002%2007.pdf. Acesso em: 25 set. 2023.

_____. Da militância contra a ditadura à presidência: veja a trajetória de Dilma Rousseff. **Portal Agência Câmara dos Deputados** [Site institucional]. Publicado em: 01 jan. 2011. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/208560-da-militancia-contr-a-ditadura-a-presidencia-veja-a-trajetoria-de-dilma-rousseff/>. Acesso em: 25 set. 2023.

CANAL UOL. Falta de oxigênio em Manaus: "Só queremos o direito de comprar para os nossos familiares". **Youtube**. Publicado em 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LwSSDfs0OTE>. Acesso em: 07 fev. 2023.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança: movimentos sociais na era da Internet**; Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CHESNAIS, F. O capitalismo tentou romper seus limites históricos e criou um novo 1929, ou pior. **Revista Herramienta**. Revista de debates y crítica marxista, n. 39, 2008. Disponível em <http://www.herramienta.com.ar> Acesso em: 20 mar. 2009.

CONVENÇÃO Coletiva de Trabalho. Sindicato Dos Emp. Em Edif. Resid. Comerc. Mistos Condomínios E similares do M.R.J E Sindicato Empresas C.V.L.A.Imo.Cond.R.C.T.Est.R.J. Publicado em: 27 jun. 2016. Disponível em: <https://apsa.com.br/sites/default/files/legislacao/2017-05/CCT%20-%20Rio%20de%20Janeiro%202016-2017%20%281%29.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE. Desalento sobe ao recorde de 5,8 milhões de pessoas, diz IBGE. **Agência Estado Correio Braziliense** [online]. Publicado em: 27 nov. 2020 Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/economia/2020/11/4891644-desalento-sobe-ao-recorde-de-58-milhoes-de-pessoas-diz-ibge.html>. Acesso em: 07 jan. 2023.

COZINHA SOLIDÁRIA. Disponível em: <https://www.cozinhasolidaria.com/>. Acesso

em: 07 fev. 2023.

CUT. STF acaba com orçamento secreto e exige transparência para distribuição de dinheiro. **Central Única dos Trabalhadores** [Site institucional]. Publicado em: 19 dez. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/stf-acaba-com-orcamento-secreto-e-exige-transparencia-para-distribuicao-de-dinhe-41ee>. Acesso em: 03 fev. 2023.

CUT. Entenda o que é 'acordado x legislado' e que acordos valem mais do que a lei. **Central Única dos Trabalhadores** [Site institucional]. Publicado em: 15 jul. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/entenda-o-que-e-acordado-x-legislado-e-que-acordos-valem-mais-do-que-a-lei-580a>. Acesso em: 25 set. 2023.

DATAFOLHA. **Largo da Batata reuniu 65 mil, a maioria novatos na onda de protestos**. São Paulo, 2013. Disponível em: <http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2013/06/1297654-largo-da-batata-reuniu-75-mil-a-maioria-novatos-na-onda-de-protestos.shtml>. Acesso em: 30 jun. 2013.

DEMIER, F.; HOEVELER, R. (Orgs.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

DE SANTI, M. Saiba como funciona uma Comissão Parlamentar de Inquérito. **Rádio Senado** [online]. Publicado em: 09 abr. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2021/04/09/saiba-como-funciona-uma-comissao-parlamentar-de-inquerito>. Acesso em: 05 fev. 2023.

DIEESE. **Rotatividade e Flexibilização no Mercado de Trabalho**. São Paulo, DIEESE, 2011. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/livro/2011/livroRotatividade11.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2021.

_____. **Nota à Imprensa: Cesta básica aumenta em 14 capitais**. 2015. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2015/201502cestabasica.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2015.

_____. **Nota Técnica 175: Terceirização e trabalho temporário**. 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec175TerceirizacaoTrabalhoTemporario.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2021.

_____. **Estudos e pesquisas: O emprego no setor de telecomunicações 10 anos após a privatização**. São Paulo, 2009. Disponível em <http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2009/estPesq46PrivatizacaoTelecomunicacoes.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2021.

_____. **Desempenho dos Bancos em 2013: Resultados diferenciados e fechamento de postos de trabalho caracterizam o desempenho do setor bancário em 2013**. São Paulo, 2014. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/desempenhodosbancos/2013/desempenhoDosBancos2013>

.pdf. Acesso em: 22 mar. 2015.

_____. **Desemprego cresce em fevereiro**. São Paulo, 2003. Disponível em <http://www.dieese.org.br/analiseped/2004/200402pedbsb.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2015.

_____. **Resultado da Pesquisa de Empregos 2004**. São Paulo, 2005. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/analiseped/2004/200402pedbsb.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. **Tabela de comparação: Salário-mínimo Nominal e Necessário**. [S.l], [S.d]. Disponível em: www.dieese.org.br/analisecestabasicasalarioMinimo.html. Acesso em: 10 fev. 2015.

_____. **Tabela 3**. Pesquisa Nacional da Cesta Básica: Comprometimento do salário-mínimo com a compra de cesta básica. [S.l], [S.d]. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasicasalarioMinimo.html>. Acesso em: 24 fev. 2014.

DRUCK, M. G. **Terceirização: (Des)Fordizando a fábrica: um estudo do complexo petroquímico**. São Paulo: Boitempo; Edufba, 1999.

EL PAÍS. Os 10% mais ricos com 76% do patrimônio do planeta, o retrato da desigualdade na pandemia. **El País** [online]. Publicado em: 07 dez. 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/economia/2021-12-07/os-10-mais-ricos-com-76-do-patrimonio-do-planeta-o-retrato-da-desigualdade-na-pandemia.html>. Acesso em: 02 fev. 2022.

_____. O laço de Paulo Guedes com os 'Chicago boys' do Chile de Pinochet. **El País** [online]. Publicado em: 31 out. 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540925012_110097.html. Acesso em: 25 set. 2023.

EPBR. Pezão cita dados errados ao culpar royalties pela crise no Rio. **EPBR** [Site institucional]. Publicado em: 19 fev. 2018. Disponível em: <https://epbr.com.br/pezaocita-dados-errados-ao-culpar-royalties-pela-crise-no-rio/>. Acesso em: 05 mar. 2023.

EQUIPE INNOVARE. Quem é e o que pensa o manifestante de Belo Horizonte. **Instituto Innovare**. Publicado em: 23 jun. 2013. Disponível em: <http://www.innovarepesquisa.com.br/blog/quem-e-e-o-que-pensa-o-manifestante-de-belo-horizonte/>. Acesso em: 20 fev. 2015.

EXAME. O que aprender com o desastre de Belo Monte. **Exame.com** [online]. Publicado em: 29 mar. 2023. Disponível em: <https://exame.com/colunistas/ideias-renovaveis/o-que-aprender-com-o-desastre-de-belo-monte/>. Acesso em: 25 set. 2023.

FOLHA ONLINE. EXCLUSIVO: Governo Bolsonaro pediu propina de US\$1 por dose,

diz vendedor de vacina. **Folha de São Paulo** [online]. Publicado em: 29 jun. 2021. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/06/exclusivo-governo-bolsonaro-pediou-propina-de-us-1-por-dose-diz-vendedor-de-vacina.shtml?utm_source. Acesso em: 08 fev. 2023.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Carta ao povo brasileiro. **Fundação Perseu Abramo** [Site institucional]. Publicado em: 22 jun. 2002. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/wp-content/uploads/2010/02/cartaaopovobrasileiro.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2023.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES; PMDB. **Uma ponte para o futuro**. 2016. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GAZETA DE S.PAULO. Memória: Faria Lima, como surgiu o principal centro financeiro do Brasil. Gazeta de S. Paulo [online]. Publicado em 24 abr. 2021. Disponível em: <https://www.gazetasp.com.br/noticias/memoria-faria-lima-como-surgiu-o-principal-centro-financeiro-do-brasil/1088741/>. Acesso em: 25 set. 2023.

Leia mais em: <https://www.gazetasp.com.br/noticias/memoria-faria-lima-como-surgiu-o-principal-centro-financeiro-do-brasil/1088741/>

G1. Veja pesquisa completa do Ibope sobre os manifestantes. **G1** (globo.com). Publicado em 24 jun. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2013/06/veja-integra-da-pesquisa-do-ibope-sobre-os-manifestantes.html>. Acesso em: 04 abr. 2023.

_____. Datafolha: Lula tem 48% no primeiro turno, contra 22% de Bolsonaro, 9% de Moro, 7% de Ciro e 4% de Doria. **G1** (globo.com). Publicado em: 16 dez. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2021/12/16/datafolha-lula-tem-48percent-no-primeiro-turno-contra-22percent-de-bolsonaro-9percent-de-moro-7percent-de-ciro-e-4percent-de-doria.ghtml>. Acesso em: 29 jan. 2023.

_____. Isenções concedidas pelo Estado do Rio beneficiaram até mesmo termas. **G1** (globo.com). Publicado em: 27 out. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/10/isencoes-concedidas-pelo-estado-do-rio-beneficiaram-ate-mesmo-termas.html>. Acesso em: 08 mar. 2023.

_____. Estudantes da Uerj sofrem com falta de coleta de lixo. **G1** (globo.com). Publicado em: 11 maio 2015. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2015/05/estudantes-da-uerj-denunciam-descaso-com-universidade.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Professores e funcionários da Uerj entram em greve nesta segunda-feira. **G1** (globo.com). Publicado em: 07 mar. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2016/03/professores-e-funcionarios-da-uerj-entram-em-greve-nesta-segunda-feira.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Uerj suspende ano letivo de 2017 por tempo indeterminado. **G1**

(globo.com). Publicado em: 31 jul. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/uerj-suspende-ano-letivo-de-2017-por-tempo-indeterminado.ghtml>. Acesso em: 13 mar. 2023.

GOUNET, T. **Fordismo e Toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

HALLAL, P., C. SOS Brasil: ataques à ciência. **The Lancet** [online]. Publicado em: jan. 2022. Disponível em: [https://www.thelancet.com/cms/10.1016/S0140-6736\(21\)00141-0/attachment/fcf2469f-a410-47e2-be9b-7ccb191bf321/mmc1.pdf](https://www.thelancet.com/cms/10.1016/S0140-6736(21)00141-0/attachment/fcf2469f-a410-47e2-be9b-7ccb191bf321/mmc1.pdf). Acesso em: 05 fev. 2023.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

_____. **O Enigma do Capital e as crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. **17 Contradições e o fim do Capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo Editorial, 2016.

HORA DO POVO. Terrorismo de baixa potência. **Jornal Hora do Povo** [online]. Publicado em: 16 ago. 2018. Disponível em: <https://horadopovo.com.br/terrorismo-de-baixa--vezes-maior-do-que-os-registros-oficiais-indica-estudo-americano>. Acesso em: 02 fev. 2023.

INFOMONEY. Roberto Jefferson depõe e reitera acusações, mas diz que Lula é inocente. Portal **Infomoney**.com [online]. Publicado em: 04 ago. 2005. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/roberto-jefferson-depoe-e-reitera-acusacoes-mas-diz-que-lula-e-inocente/>. Acesso em: 25 set. 2023.

INTERCEPT_BRASIL. Caso Adriano da Nóbrega: 5 fatos estranhos que envolvem o assassinato do miliciano e Bolsonaro. **Intercept_Brasil.com** [online]. Publicado em 09 abr. 2022. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2022/04/09/caso-adriano-nobrega-fatos-estranhos-bolsonaro/>. Acesso em: 26 set. 2023

INSTITUTO BUTANTÃ. Número de mortes globais por Covid-19 pode ser três vezes maior do que os registros oficiais, indica estudo americano. Instituto Butantã [Site institucional]. Publicado em: 11 mar. 2022. Disponível em: <https://butantan.gov.br/noticias/numero-de-mortes-globais-por-covid-19-pode-ser-tres-vezes-maior-do-que-os-registros-oficiais-indica-estudo-americano>. Acesso em 15 mar. 2023.

IPEA. Conheça os BRICS. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA [Site institucional]. Publicado em: mar. 2014. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/forumbrics/pt-BR/conheca-os-brics.html>. Acesso em: 25 set. 2023.

INVISÍVEIS na luta. [Site institucional] Disponível em: <https://invisiveisluta.milharal.org/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

JAIR Bolsonaro (Jair Messias Bolsonaro). *In*: **ARQUIVO**. Rio de Janeiro: Centro de

Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 2022. Disponível em <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/jair-messias-bolsonaro>. Acesso em: 20 dez. 2022.

JORNAL DA USP. A invasão do Capitólio à luz da História: a extrema direita como uma das tradições dos Estados Unidos. *Jornal da USP* [online]. Publicado em: 15 jan.2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/artigos/a-invasao-do-capitolio-a-luz-da-historia-a-extrema-direita-como-uma-das-tradicoes-dos-estados-unidos/>. Acesso em: 25 set. 2023.

LAHAMAR, Elisabeth. **Estudo Técnico Preliminar** - Prestação de Serviços de Asseio, Limpeza e Conservação de Fevereiro de 2021. Prefeitura dos Campi, UERJ.

MANCEBO, D. Contemporaneidade e efeitos da subjetivação. In: BOCK, A.M.M (Org.). **Psicologia e o compromisso social**. 2 ed. São Paulo: Vozes, 2009. p 75-92.

_____. **Subjetividade Docente**. Texto didático, estudado na disciplina Teorias da Formação Humana II. Rio de Janeiro, Curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas, Filosofia e Humanidades, PPFH/UERJ, s/d.

_____. Dossiê Temáticos: Trabalho terceirizado e universidade pública: uma análise a partir da UERJ. **Eccos Revista Científica**, n.44. Publicado em: 20 jun. 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-92782017000300159&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2023.

MANCEBO, D. et al. O trabalho terceirizado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). XXV Seminário da Rede Universitas/Br, 2017, Brasília. **Anais do XXV Seminário da Rede Universitas/Br**. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/1/folders/0Bw_ptl_xxOGFTmZQYW9mM0dGdkU. Acesso em: 17 fev. 2023.

MARCONSIN, C. **Cerco aos direitos trabalhistas e crise do movimento sindical no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado, Escola de Serviço Social/PPGSS. Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2009, 262f.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010. Tradução e notas de Jesus Ranieri.

MEMÓRIAS DA DITADURA. Carlos Brilhante Ustra (Major Tibiriçá). Memórias da Ditadura [Site institucional]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/biografias-da-ditadura/ustra/>. Acesso em: 25 set. 2023.

MARX, K., ENGELS, F. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Col. Novas Direções. 2a ed., São Paulo: Martins Fontes, 1983.

NADER, V.; BRITO, G. **Falência do PT gera instabilidade política**. *Correio da Cidadania*. Publicado em: 16 mar. 2015, Disponível em:

http://www.correiodadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=10596%3Amanchete160315&catid=34%3Amanchete&. Acesso em: 18 mar. 2015.

POCHMANN, M. **Nova classe média?** O trabalho na base da pirâmide social brasileira. 1ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

PREFEITURA dos Campi, UERJ. Departamento de Serviços Gerais (DESEG). Disponível em: <https://www.prefeitura.uerj.br/prefeitura/deseg/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

O GLOBO. Mulher de miliciano trabalhou por mais de uma década no gabinete de Flávio Bolsonaro. **O Globo** [online]. Publicado em: 22 jan. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/mulher-de-miliciano-trabalhou-por-mais-de-uma-decada-no-gabinete-de-flavio-bolsonaro-23392834>. Acesso em: 07 jan. 2023

OPAS. América Latina e Caribe ultrapassam um milhão de mortes por COVID-19. **Organização Pan-Americana de Saúde** [Site institucional]. Publicado em 21 mai. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/21-5-2021-america-latina-e-caribe-ultrapassam-um-milhao-mortes-por-covid-19>. Acesso em: 03 fev. 2023.

OXFAM. Relatório “A desigualdade mata”. **OXFAM Brasil** [Site institucional]. Publicado em: jan. 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/a-desigualdade-mata/>. Acesso em: 03 fev. 2023.

_____. Relatório Poder, Lucros e Pandemia. **OXFAM Brasil** [Site institucional]. Publicado em: set. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/poder-lucros-e-pandemia/>. Acesso em: 07 fev. 2023.

PODER 360. Poderdata: Governo Bolsonaro Encerra 2021 Reprovado Por 63%. Portal **Poder 360** [Site institucional]. Publicado em: 23 dez. 2021. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poderdata/poderdata-governo-bolsonaro-encerra-2021-reprovado-por-63>. Acesso em: 05 fev. 2023.

PORTAL STF. Ministro Alexandre de Moraes prorroga inquérito das milícias digitais por mais 90 dias. **Portal do Supremo Tribunal Federal**. Publicado em: 12 jul. 2022. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=490420&ori=1> . Acesso em: 16 dez. 2022.

_____. STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19. **Portal do Supremo Tribunal Federal**. Publicado em: 15 abr. 2020. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447&ori=1>. Acesso em: 26 set. 2023.

PSOL. Juliano Medeiros. Por uma história do PSOL. Portal **PSOL50** [Site institucional]. Publicado em: 16 set. 2015. Disponível em: <https://psol50.org.br/por-uma-historia-do-psol/>. Acesso em: 25 set. 2023.

REDES DA MARÉ. Direito à Saúde Maré diz NÃO ao Coronavírus. **Redes da Maré** [Site institucional]. Disponível em: <https://www.redesdamare.org.br/br/info/72/mare-diz-nao-ao-coronavirus>. Acesso em: 07 fev. 2023.

RESISTE, Uerj (#UerjResiste). **Quer colaborar com o #UerjResiste?** Rio de Janeiro, 23 maio 2017. UerjResiste. Facebook: UerjResiste. Disponível em: <https://www.facebook.com/uerjresiste/photos/pb.100064706015804.-2207520000.772744092850239/?type=3>. Acesso em: 12 mar. 2022

REVISTA EXAME. Em vídeo, Bolsonaro apoia greve de caminhoneiros contra alta do diesel. **Revista Exame** [online]. Publicado em: 21 maio 2018. Disponível em: <https://exame.com/brasil/em-video-bolsonaro-apoia-greve-de-caminhoneiros-contralta-do-diesel/>. Acessado em: 07 jan. 2023.

REVISTA VEJA. Todos os governadores eleitos desde 1998, no Rio, foram presos. **Revista Veja** [online]. Publicado em: 03 set. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/pecao-e-o-quarto-governador-do-rio-de-janeiro-preso/>. Acesso em: 08/03/2023.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 4.796, de 29 jun. de 2006. **Dispõe sobre a reestruturação do quadro de pessoal dos servidores técnico-administrativos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Uerj e dá outras providências.** Disponível em: <https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/88180/lei-4796-06>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Portal de Compras do Governo do Estado do Rio de Janeiro. **Compras Públicas** [Site institucional]. Disponível em: <https://www.compras.rj.gov.br/Portal-Siga/Contrato/buscar.action>. Acesso em: 11 mar. 2023.

ROCHA, R. Herança maldita: Reforma da Previdência de Bolsonaro é mais cruel para os pobres. **Portal da Central Única dos Trabalhadores** [Site institucional]. Publicado em: 09 jun. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/heranca-maldita-reforma-da-previdencia-de-bolsonaro-e-mais-cruel-para-os-pobres-1b00>. Acesso em: 12 out. 2022.

RODRIGUES, D. Bolsonaro arrecada R\$ 304,2 bilhões com privatizações. **Poder360** [Site institucional]. Publicado em: 17 jul. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/bolsonaro-arrecada-r-3042-bilhoes-com-privatizacoes/>. Acesso em: 05 jan. 2023.

RODRIGUES, M. A Doutrina do Choque (The Shock Doctrine) - Naomi Klein [completo]. Publicado em: 3 maio 2011. **YouTube**. Disponível em: <https://youtu.be/Y4p6MvwpUeo>. YouTube

ROLNIK, S. Pensamento, corpo e devir – uma perspectiva ético/estético/política no trabalho acadêmico. **Caderno de Subjetividade**, São Paulo (PUC-SP), V.1, N2 -set-fev, 1993. Disponível em: <https://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/pensamentocorpodevir.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

SEVCENKO, N. **A corrida para o século XXI, no loop da montanha-russa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SIGNIFICADOS.COM. **Significado de monetizar**. Significados.com [online]. Disponível em: <https://www.significados.com.br/monetizar/>. Acesso em: 25 set. 2023.

SOUZA, P. H. G. F.; OSORIO, R. G.; LUIS HENRIQUE PAIVA, L. H.; SOARES, S. Os Efeitos do Programa Bolsa Família sobre a Pobreza e a Desigualdade: um balanço dos primeiros quinze anos. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2499.pdf. Acesso em: 20 out. 2021.

THE LANCET. Estimating excess mortality due to the COVID-19 pandemic: a systematic analysis of COVID-19-related mortality, 2020–21. **The Lancet** [online]. Publicado em: 10 mar. 2022. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)02796-3/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)02796-3/fulltext). Acesso em: 02 fev. 2023.

TRINDADE, J.R. Dois anos de desgoverno – a extinção do Ministério do Trabalho. **Portal A terra é redonda** [Site institucional]. Publicado em: 15 jan. 2021. Disponível em: https://aterraeredonda.com.br/dois-anos-de-desgoverno-a-extincao-do-ministerio-do-trabalho/?utm_source=feedly&utm_medium=rss&utm_campaign=dois-anos-de-desgoverno-a-extincao-do-ministerio-do-trabalho. Acesso em: 15 out. 2022.

TV BOITEMPO. Ruy Braga analisa as manifestações de junho. **YouTube**, 22 jun. 2013. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=M4Fb5YMD2tU> 2013. Acesso em: 22 mar. 2015.

UERJ. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. **Uerj.br** [Site institucional]. Disponível em: <https://www.uerj.br/>. Acesso em: 07 fev. 2023.

_____. Faculdade De Engenharia (FEN-UERJ). Greve - Notícias 11. **FEN UERJ** [Site institucional]. Publicado em: 27 maio 2006. Disponível em: <http://www.eng.uerj.br/noticias/1148771536-Greve++Noticias+11>. Acesso em: 07 fev. 2023.

_____. Faculdade de Odontologia. Clínica Odontológica de Ensino (COE). **FO UERJ** [Site institucional]. Disponível em: <http://www.odontologia.uerj.br/comunidade.php>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Resolução nº 004, de 14 out. 1992. Altera o anexo à Resolução nº 04 de 02/03/90. Disponível em: http://www.boluerj.uerj.br/pdf/re_00041992_14101992.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Superintendência de Recursos Humanos. Manual de Cargos dos Servidores técnico-administrativos da UERJ, de set. 1998. Disponível

em:<https://www.slideshare.net/diegodisf1/manual-cargos-setembro98>. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Resolução n° 010, de 22 dez. 1997. Agrupa os cargos de Auxiliar Operacional I e Auxiliar Operacional II. Disponível em:file:///C:/Users/user/Downloads/ATOS%20BOLUERJ_por%20tipo_ATOS%20EXECUTIVOS_ae_00101990_28091990.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Ato Executivo n° 010, de 28 set. 1990. Estabelece normas sobre a contratação de pessoal temporário na UERJ. Disponível em:
http://www.boluerj.uerj.br/pdf/re_00101997_22121997.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Superintendência de Recursos Humanos. Manual Cargos e perfis, de out. 2019. Disponível em:
http://www.sgp.uerj.br/site/images/Manual_de_Cargos_UERJ.pdf. Acesso em: 10 mar. 2023.

_____. Ato Executivo de Decisão Administrativa (AEDA) 35 de 29 jul. 2020. Regula o decreto n° 47.176, de 21 de julho de 2020, no âmbito da UERJ, que trata das medidas temporárias de prevenção ao contágio e de enfrentamento da propagação decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e estabelece o trabalho remoto e presencial durante a pandemia. Disponível em:
http://www.boluerj.uerj.br/pdf/aeda_00352020_29072020.pdf. Acesso em: 28 mar. 2023.

UN NEWS. COVID-19 lays bare social inequality says UN chief, as COVAX doses top 36 million. **Organização das Nações Unidas** [Site institucional]. Publicado em: 5 abr. 2021. Disponível em: <https://news.un.org/en/story/2021/04/1089042>. Acesso em: 02 fev. 2023.

UOL. Trabalhadores terceirizados da Uerj fazem greve por falta de salários. **UOL** [portal online]. Publicado em: 12 dez.2014. Disponível em:
<https://educacao.uol.com.br/noticias/2014/12/17/trabalhadores-terceirizados-da-uerj-fazem-greve-por-falta-de-salarios.htm>. Acesso em: 09 mar. 2022.

WALLERSTEIN, I. **Levantes aqui, ali e em toda parte**; Tradução: Gabriela Leite. Blog da Boitempo. Publicado em 18 jul.2013. Disponível em:
<http://blogdaboitempo.com.br/2013/07/18/levantes-aqui-ali-e-em-toda-parte/>, Acesso em: 30 mai2023.

ANEXOS

ANEXO A - VALORES CONTRATOS CONSTRUIR FACILITIES E APPA EMPREGOS

CONSTRUIR FACILITIES		CNPJ:	42.407.445/0001-30	UERJ/PREFEI - Prefeitura dos Campi	
CONTRATAÇÃO	DATA	UNIDADE	VALOR CONTRATADO	VALOR EXECUTADO	OBJETO DO CONTRATO
2016001591	11/04/16	UERJ -HUPE	R\$ 32.300.000,00	R\$ 3.298.301,93	Serviço de limpeza e conservação da UERJ + Fornecimento de material
2016001411	30/03/16	UERJ - ADMINISTRACA O CENTRAL	R\$ 21.241.968,00	R\$ 2.624.858,06	Serviço mão de obra Especializada
2016000963	09/03/16	UERJ - ADMINISTRACA O CENTRAL	R\$ 67.392.000,00	R\$ 635.117,47	Empresa especializada asseio Hospital
2014010544	08/12/14	UERJ - ADMINISTRACA O CENTRAL	R\$ 5.133.120,00		Asseio e Serv Gerais Hospitalar
2013007742	16/09/13	UERJ - ADMINISTRACA O CENTRAL	R\$ 5.910.000,00		Condutores de veículos
2012002332	24/04/12	UERJ - ADMINISTRACA O CENTRAL	R\$ 1.315.857,35		Serviço limpeza
2012002335	24/04/12	UERJ - ADMINISTRACA O CENTRAL	R\$ 2.292.136,10		Limpeza e conservação
2012002417	25/04/12	UERJ - ADMINISTRACA O CENTRAL	R\$ 2.119.317,24		Limpeza e conservação
TOTAL			R\$ 124.541.961,45	R\$ 6.558.277,46	

Appa		CNPJ:	05.969.071/0001-10	UERJ/PREFEI - Prefeitura dos Campi	
CONTRATAÇÃO	DATA	UNIDADE	VALOR CONTRATADO	VALOR EXECUTADO	OBJETO DO CONTRATO
2022008124	20/10/22	UERJ – ADM. CENTRAL	R\$ 7.153.500,96		Serviço de apoio operacional
2022006466	29/08/22	UERJ – ADM. CENTRAL	R\$ 6.981.940,77		Contrato Emergencial de limpeza e Conservação exceto Unidades hospitalares
2019002283	03/06/19	UERJ – ADM. CENTRAL	R\$ 1.417.301,92	R\$ 2.495.381,20	Uezo Contratação de apoio Administrativo
2016005355	09/11/16	UERJ – ADM. CENTRAL	R\$ 1.419.386,14		Condutores de veículos
2016003951	25/08/16	UERJ – ADM. CENTRAL	R\$ 56.188.999,98	R\$ 52.745.787,98	Serviço de Limpeza
	TOTAL		R\$ 73.161.129,77	R\$ 55.241.169,18	

ANEXO B - ESTIMATIVA DOS CUSTOS DO FUNCIONÁRIO PARA A EMPRESA

Descrição	Valor
Salário bruto	R\$ 1.031,50
Vale transporte	R\$ 140,00
Desconto de vale transporte	-R\$ 61,89
Vale refeição	R\$ 400,00
Provisão de 13º	R\$ 85,96
Provisão de 1/3 férias	R\$ 28,65
FGTS	R\$ 82,52
Provisão de FGTS sobre décimo terceiro e férias	R\$ 9,17
INSS	R\$ 206,30
Provisão de INSS sobre décimo terceiro e férias	R\$ 22,92
Custo total do funcionário	R\$ 2.007,02

ANEXO C – DISTRIBUIÇÃO DE FUNCIONÁRIOS ASSEIO, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - 2021

UNIDADE/ CARGO	AUX. DE LIMPEZA	ENCARREGADO	LÍDER DE TURMA
Lote 1			
FEN	6		
CAP	16	1	
ESDI	5		
PJLF	136	5	2
PHLC	14	2	
FEBF	6		
FFP	14		
IESP	5		
CCR/FAT	8		
CEADS*	9		
FCM/IBRAG	16	2	
IPRJ/DAU/DTUR	16		
TOTAL	251	10	2
Lote 2			
ENF/ODONTO	25	2	
TOTAL GERAL	276	10	9

* dois funcionários diaristas

ANEXO D – NOVA DISTRIBUIÇÃO PROPOSTA PELO ESTUDO TÉCNICO

UNIDADE/ CARGO	AUX. DE LIMPEZA	ENCARREGADO	LÍDER DE TURMA
Lote 1			
FEN	6		1
CAP	20	1	
ESDI	5		1
PJLF	144	7	
PHLC	26		2
FEBF	6		1
FFP	14		1
IESP	6		1
CCR/FAT	10		1
CEADS*	14		1
IPRJ/DAU/DTUR	14		
TOTAL	265	8	9
Lote 2			
FCM/IBRAG	16	2	
ENF/ODONTO	40	2	
TOTAL LOTE 2	56	4	
TOTAL GERAL	321	12	9

* dois funcionários diaristas

ANEXO E – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

Identificação

Sexo:

Raça () Negro () Branco () Outro Qual?

Idade:

Formação:

Experiência profissional. Em outras empresas?

Tempo de serviço nas empresas:

Tempo na UERJ?

Você sabe quantos trabalham na sua função, na UERJ?

Como foi chamad@? Como foi sua aproximação com a firma?

Assinaram tua carteira?

Houve treinamento?

Como é o seu trabalho? O que você faz?

Condições de trabalho?

Gosta do trabalho, aspectos positivos e negativos?

Relações com colegas?

Vocês têm alguma forma de comunicação, fora do trabalho? Ex: whatzap?

Vamos falar sobre a sua relação com a chefia? Você tem uma encarregada é isso?

Quanto é o salário?

Quais os direitos trabalhistas? Férias? 1/3 de férias? 13º salário?

Você desenvolve outras atividades remuneradas?

Quantos são em sua casa?

Há outras fontes de renda na sua casa?

Por que trabalha como ...,

Vocês têm um Sindicato? Você participa? Como?

Você trabalhou presencialmente durante a pandemia covid?

Se sim, por quanto tempo?

Como foi o trabalho presencial na pandemia?

Você teve algum desconto de salário ou vale refeição durante a pandemia covid 19?

Como foi a relação com a chefia da empresa durante a pandemia?

Como foi a relação com a chefia da UERJ durante a pandemia?

Você pegou covid?

Tomou vacina?

Você indicaria mais alguém para fazermos essa pesquisa?

ANEXO F - ENTREVISTA PARCIALMENTE TRANSCRITA

Identificação B.

Sexo: masculino

Formação: superior incompleto

Experiência profissional. Em outras empresas?

- *Terceirizadas não. Sim, em outros ramos*

Tempo de serviço nas empresas:

- *minha vida inteira, desde os 18 anos*

Tempo na UERJ?

- *4 anos*

Você sabe quantos trabalham na sua função, na UERJ?

- *Não*

Como foi chamad@? Como foi sua aproximação com a firma?

- *Através do meu avô, que já trabalhava na UERJ e conhecia daí como eu estava lá eu pedi uma vaga onde seria mais próximo da faculdade. Para eu estudar e trabalhar no mesmo lugar. E ele conseguiu para mim.*

Assinaram tua carteira?

- *Sim.*

Houve treinamento?

- *Não.*

Como é o seu trabalho? O que você faz?

- *Eu varro lixo de árvore agora no hospital⁷⁷ tem mais coisa para fazer. Eu varro geralmente folha de árvore na área externa e na área interna limpeza geral, de lavar banheiro à tirar o lixo hospitalar, lixo de laboratório, né?*

Condições de trabalho?

- *Mais ou menos. Não é que seja ruim porque é um trabalho muito tranquilo. Mas, por esse lado por ser lixo hospitalar, mexer com urina de rato e lixo de laboratório se torna uma coisa mais pesada. E a gente não ganha insalubridade para isso.*

Gosta do trabalho, aspectos positivos e negativos?

- *Então, é um trabalho bem tranquilo, de todos os que eu tive é um trabalho bem tranquilo. E os meus superiores diretos não são tão ruins. Então, não é um trabalho ruim. De positivo não tem nada. Só a chefia que é tranquila, legal tudo, mas de positivo não tem. negativo tem isso, essa questão de ter que mexer com lixo de laboratório e não receber por isso.*

Relações com colegas?

- *Boa, muito boa. É boa só no ambiente de trabalho.*

Vocês têm alguma forma de comunicação, fora do trabalho? Ex: WhatsApp?

- *Não, não. É boa só alí dentro. Na UERJ⁷⁸ é mais complicado tem umas fofocas, por ter mais gente. É mais difícil. É, o convívio é mais difícil. Hoje eu tô no hospital, então são dois homens junto comigo. Ah, lá é pior. É pior. Sim, se você for fazer essa entrevista com alguém que esteja trabalhando no maracanã as respostas serão totalmente contrárias.*

Vamos falar sobre a sua relação com a chefia? Você tem uma encarregada é isso?

- *Sim.*

Como é a relação com ela?

- *Minha relação com ela é muito boa. É como uma tia minha, muito gente boa. Ela consegue ter uma liderança sem precisar forçar nada, gritar, sem precisar pressionar.*

Quanto é o salário?

- *Um salário mínimo, eu acho*

Quais os direitos trabalhistas? Férias? 1/3 de férias? 13º salário?

- *Todos esse ai*

Você desenvolve outras atividades remuneradas?

⁷⁷ Se referindo a Faculdade de Ciências Médicas que fica dentro do terreno do Hospital Pedro Hernesto.

⁷⁸ Se referindo ao campus maracanã.

- *não*

Por que trabalha como ...,

- *porque preciso e estudo na universidade e fica mais tranquilo para mim trabalhar aqui.*

Vocês têm um Sindicato? Você participa? Como?

- *Não, não participo*

Você trabalhou presencialmente durante a pandemia covid?

- *Sim*

Se sim, por quanto tempo?

- *Todo o tempo*

Você teve algum desconto de salário ou vale refeição durante a pandemia covid 19?

- *sim, do vale refeição referentes aos dias do rodízio que não era para ir na escala. Na semana que fui segunda, quarta e sexta, não recebi alimentação da terça e da quinta.*

Você pegou covid?

- *Sim, depois da vacina*

Tomou vacina?

- *sim*

Você indicaria mais alguém para fazermos essa pesquisa?

-*Sim*

ANEXO G - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA DA ASDUERJ

Com assessora da Prefeitura dos Campi, Elizabeth Lahamar conduzida por Sérgio Franklin e Mira Caetano realizada em 19 ago. 2022

Elizabeth: - Na fase de habilitação da licitação, uma empresa foi (...) inabilitada e foi chamada a próxima. Nessa que foi chamada a próxima, a que foi inabilitada se sentiu prejudicada e entrou na justiça. Aí, acho que perdeu na primeira instância ou na segunda, eu não entendo bem desses trâmites jurídicos. Mas, assim o desembargador mandou suspender o certame. Então, a gente não tem responsabilidade nisso. A empresa que foi inabilitada parece que não apresentou documentação toda que consta no edital de licitação e por isso ela foi inabilitada. Ela não tinha um dos requisitos que constavam no edital. Mas, ela ainda assim se achou na razão de entrar na justiça com mandado de segurança. E o desembargador pediu para suspender. A PG-UERJ já tentou duas vezes, está em contato direto com eles sempre e fizemos uma reunião com o procurador geral também para tentar sanar isso porque o prazo estava se esgotando e a gente não queria fazer emergencial porque é uma situação especialíssima, né? Só que a gente é obrigado a abrir um processo emergencial nessas situações. Quando a gente não tem a contratação e quando o serviço é contínuo e essencial. Então a gente abriu o processo emergencial tudo direitinho. É uma coisa assim que o tribunal de contas não gosta, então a gente foi conversar com o jurídico justamente por isso, né? E aí eles falaram assim, não a gente vai fazer outra manobra jurídica lá, entraram no Superior Tribunal de Justiça (STJ), com um pedido não sei muito o nome das peças e aí ontem ou anteontem chegou outra negativa do desembargador, isso sobre a licitação. Tivemos que suspender qualquer atividade relacionada ao processo e ficou assim por meses. O judiciário não se pronunciou mais e aí houve essa provocação dias atrás e a doutora Fernanda que é quem está cuidando deste processo me mandou ontem a decisão e falou, olha infelizmente não foi uma decisão boa porque permaneceu suspenso o certame. Então assim, a contratação por meio de licitação está suspensa. Suspenso mesmo, nem foi encerrada, nem mandaram refazer nem nada como também não deixaram a gente dar andamento. Então, a palavra é essa mesmo: suspensa. E aí, concomitante a isso, a gente abriu o processo emergencial que a gente é obrigado a fazer porque não existe mais possibilidade de prorrogação (da Appa). Estamos fazendo, ele demorou um pouquinho para sair porque tem algumas coisas que a gente precisa cumprir que é o que preconiza o decreto, então a gente tem que abrir uma pesquisa de mercado, tem que ser uma pesquisa ampla de mercado porque a gente não pode contar com qualquer empresa. Então, assim tive que fazer uma pesquisa e o processo mesmo, a instrução do processo leva uns dias mesmo. Eu acabei fechando o processo com uma empresa que apareceu e ofertou o melhor preço, o método de escolha é esse: eles apresentam o documento, estando com os documentos de habilitação ok e apresentou o melhor preço, a gente fecha com o menor preço. Neste momento a gente não tem uma empresa emergencial ainda porque está no jurídico, sendo analisada. Um pouquinho antes de vocês chegarem, o procurador ligou para mim e falou:- olha Beth deu um problema aqui a gente não vai poder contratar com essa empresa, a empresa agiu de má-fé mandou documentos para você que não tem mais validade, né? Uma questão lá judicial deles também e fica tranquila porque você não tinha como saber isso quem tem que ver é a gente mesmo e é isso, vou devolver dizendo que não tem como contratar essa empresa. Só que, aí vem a parte mais ou menos boa, né? O segundo colocado dessa pesquisa para o contrato emergencial é a empresa que já está prestando serviço para a gente (que é a Appa). Então, eu quis contar a história para vocês, mas já está meio que resolvido porque vai ficar a Appa mesmo.

Mira: - Ninguém vai ser demitido segunda-feira? (data que acabava o aviso prévio do contrato encerrado)

Elizabeth: - olha, como hoje é sexta-feira provavelmente eu não vou conseguir falar mais com a empresa e eu não recebi o processo de volta. Isso foi uma informação que me veio via WhatsApp, né? Embora seja o procurador quem me deu essa informação, é isso. Então, assim, eu não vou conseguir fazer o trâmite da coisa, mas a empresa, quem deu esse caminho das pedras, foi até essa empresa mesmo, a Appa que já presta serviço para a gente, ela entrou com uma representação no Tribunal de Contas, mandou a cópia para a gente e tal. Falando isso que essa decisão judicial que dispensava a empresa de apresentar as certidões fiscais dela que são um dos documentos habilitatórios dizia, né? O documento que ela me deu era uma decisão de uma juíza dizendo que ela estava dispensada de apresentar essas certidões. Eu anexei o documento no processo e mandei para o jurídico. Aí nessa representação eles falam que essa decisão judicial foi reformada e que ela não tem mais validade e aí por conta disso não pode ser realizada a contratação com essa empresa.

Sérgio:- Isso falando da empresa que saiu em primeiro lugar no emergencial?

Elisabeth:- sim, isso no emergencial. Aí essa informação não sei como vocês vão tratar essa informação porque ela não é oficial, não está escrita no processo ainda. Mas, eles me informaram isso que não vai poder fazer, e eu posso dizer para vocês que a segunda colocada é a Appa, que já tá aí. Então acredito que se a gente tiver discutindo a idade do serviço, vai ser pequeno, um ou dois dias para fechar a contratação, porque aí vem a burocracia . Vou ter que reabrir no sistema, inserir a documentação da segunda colocada, desclassificar a outra. Isso assim, no desespero eu consigo fazer em um dia. Só que eu não tenho esse um dia porque hoje é sexta-feira e o prazo fica um pouquinho apertado.

Mira:- sobre o aviso prévio, ele vai ser cumprido então por falta de tempo hábil dele ser anulado é isso?

Elisabeth: - eu não sei te dizer. Porque a gente tem que lembrar que os funcionários são da empresa. Se eles quiserem demitir todo mundo e recontratar outras pessoas pro contrato emergencial que vai ser outro contrato é da empresa.

Mira: - Mas, a UERJ vai ter uma posição no sentido de uma preferência por quem já está?

Elisabeth:- a gente não pode. É uma recomendação do Tribunal de Contas e a Controladoria Geral não podemos indicar funcionários. Então, se a empresa quiser manter, que geralmente é uma preferência da empresa . Quem vai querer gastar com recrutamento de pessoal? Vamos aproveitar as pessoas, é sempre uma opção, né? Sempre a opção escolhida pelas empresas. O que posso responder para vocês aqui é como eles não são funcionários da UERJ e sim da empresa o que eles fazem com os funcionários não é nossa responsabilidade.

Mira: - A UERJ não manda, por exemplo, para a empresa uma lista de funcionários ? Porque quem controla a entrada e saída no campus de funcionários é a chefia da UERJ, não?

Elisabeth:- Sim a gente tem a Disau, uma área que o fiscal é lotado lá , o chefe da divisão ele faz esse tipo de controle que eu não sei te dar detalhado. Ele faz o controle de frequência porque a gente tem que descontar da empresa, se o funcionário não veio e não foi repostado, isso tem que ser descontado na nota. Então, assim, tem essas o funcionário vem faltando muito, a gente pode pedir para ele retornar para a empresa.

Mira: - A UERJ não tem ingerência nessa lista, então? Não apresenta a lista de funcionários que ela quer que continue?

Elisabeth:- Não, a gente não pode fazer isso.

Mira:- Não está autorizado a fazer?

Elisabeth: - é a gente não pode , como se falam indicar pessoas

Sérgio: - Nem para permanecer, nem para sair?

Elisabeth:- Para sair a gente pode, desde que justificado. Desde que a gente diga, olha fulano de tal não tem comparecido ao serviço, não está atendendo as necessidades da universidade e pedimos substituição. Isso a gente pode fazer. Porque isso acarreta prejuízo para a universidade. Mesmo que a gente desconte, né do cupom fiscal, isso pode acarretar prejuízo por questões do ambiente não estar limpo, da gente receber reclamação dos usuários que não tem auxiliar de limpeza naquela área. Então, isso é uma prerrogativa do fiscal do contrato, sim. A gente não pede demissão, a gente retorna para a empresa, na maioria das vezes, para não ter o custo de demissão eles aproveitam em outro contrato . O que eles fazem a gente não (...), tô só exemplificando para vocês. A gente não tem ingerência sobre isso. A gente pede a substituição do funcionário tal porque não está atendendo as necessidades da universidade. Mas, indicar mesmo pessoas não podemos fazer.

Mira: - Estou perguntando isso, porque é o que está no corredor. Que a Uerj mandaria uma lista para a empresa, no caso, se for continuar a Appa em que constariam apenas aqueles que “trabalham direitinho”

Elisabeth:- risos

Mira: - você não confirma essa informação?

Elisabeth: - Desconheço essa informação.

Sérgio: - tem restrição com relação a esse emergencial ou é até resolver o outro?

Elisabeth: - tem restrição , no máximo 180 dias, 6 meses. O processo emergencial não pode ser prorrogado. Se acontecer de não haver decisão judicial na licitação até o próximo término desse contrato, a gente que fazer outro contrato emergencial. Tudo desde o início, pesquisa de mercado e tal. Enquanto não entrar alguém e dizer, vocês tem que cancelar essa licitação, anular essa licitação ou alguém para liberar a nossa licitação, a gente vai ter que viver de emergencial.

Mira: - Existe alteração de valor, a UERJ está gastando mais por causa disso?

Elisabeth: - não, ao contrário. A gente até conseguiu uma certa economia num dos valores. Tô falando isso porque está público no processo, tem a diferença dos valores que a gente paga hoje. Mas, isso também existe uma diferença de valores por outros motivos, porque no emergencial a

gente enxuga um pouquinho

Mira: - Então, se a licitação já tivesse tudo ok, tivesse entrado a nova empresa... a UERJ estaria gastando menos do que fazendo essa emergencial?

Elisabeth: - não tenho como te dar essa informação. Mas, tenho como justificar porque não tenho. Seguinte, quando a licitação foi suspensa a gente tava com uma convenção coletiva. Porque toda licitação se baseia, a base dela é a convenção coletiva de asseio e conservação. O salário era um, hoje o salário já é outro, houve uma repactuação aí. Só que como o processo está suspenso, as propostas não foram revalidadas e precisam ser revalidadas. Primeiro porque com o tempo decorrido já venceram, segundo porque existe outra convenção coletiva em vigor que houve um aumentozinho no salário. Por isso, eu não tenho como te dizer se seria mais em conta o emergencial ou a licitação

Sérgio:- Você falou que provavelmente a burocracia não permitirá que no término deste contrato agora que o serviço seja repostado imediatamente . Como vocês estão pensando em resolver esse período, em que eles já vão estar demitidos ou rompido o contrato e ainda não tem o emergencial? Mesmo que seja a mesma empresa.

Elisabeth:- antigamente a gente dizia que andava com o processo no braço, quando a gente precisava que muitas áreas andassem rápido, hoje em dia a gente usa o WhatsApp, né? A gente fala olha preciso que você libere esse processo , por favor, para ontem. Como eu estava falando com o procurador agora. Então, assim, eu acredito que na segunda-feira, vou ter que fazer esse papel de andar com o processo embaixo do braço para a gente poder finalizar a contratação dentro da segunda-feira para o contrato estar assinado na terça-feira.

Mira:- para que na terça-feira já esteja todo mundo normal.

Elisabeth:- Exatamente.

Mira: - Mas, e se não tiver?

Elisabeth: - Olha, eu não tenho como te dar essa informação. Pq assim eu vou correr para que tudo esteja pronto até lá. Se houver uma interrupção a gente já tava conversando aqui, que no passado a gente teve um problema, com a suspensão do serviço e tal. Então assim, se acontecer, vai ser no máximo dois dias não vai criar o caos na universidade.